



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RUBIO JOSÉ FERREIRA

**AGRICULTURA NA CIDADE DO RECIFE – PE: COMPLEMENTARIDADES
RURAL-URBANAS E DINÂMICA ESPACIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife/PE, março de 2009.



Ferreira, Rubio José

Agricultura na cidade e Recife – PE complementaridades rural-urbanas e dinâmica espacial /

Rubio José Ferreira. - Recife: O Autor, 2009.

159 folhas : il., fig., fotos., tab., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2009.

Inclui: bibliografia, anexos e apêndices.

1. Geografia. 2. Agricultura - Urbanismo. 3. Planejamento urbano. 4. Dinâmica – Espaço. I. Título.

911

CDU (2.

UFPE

910

ed.)

BCFCH2009/24

CDD (22. ed.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA –CMG

RUBIO JOSÉ FERREIRA

**Título: “AGRICULTURA NA CIDADE DO RECIFE – PE:
COMPLEMENTARIDADES RURAL – URBANAS E DINÂMICAS
ESPACIAL”**

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: *Cláudio Jorge Moura de Castilho*
Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (UFPE)

1º. Examinador: *Maria Ângela de Almeida Souza*
Profa. Dra. Maria Ângela de Almeida Souza (UFPE)

2º. Examinador: *Alcindo José de Sá*
Prof. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

APROVADA em 11 de março de 2009.

RCMS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradecer é hora refletir, não com perspectivas acadêmicas, mas com sentimento de reconhecimento da força que recebemos dos amigos, companheiros, família, professores, funcionários dos órgãos visitados etc. Esta reflexão nos faz voltar no tempo, lembrar de detalhes de todo o processo de estudos que ocorre paralelo à vida pessoal. O melhor do momento é que questionamentos e inquietações foram apaziguados, mas, surgiram novos; frustrações foram superadas e já nos preparamos para as próximas. Enfim, este foi mais um ciclo que se fecha vinculado a outros que virão.

Para tornar mais clara minha gratidão, vou mencionar os nomes de algumas pessoas e tenho a intenção de que os que, porventura, não forem citados, sintam-se abraçados do mesmo jeito, afinal sou grato a todos que sabem que contribuíram para a realização do curso ao qual encerro com este trabalho, como também com os que contribuem e participam da minha vida como um todo.

Início agradecendo ao Arquiteto do Universo, que o fez, e o mantém de uma forma tão especial, que tantas ciências não o conseguem interpretar na sua plenitude. E, Ele mesmo assim, ainda toma conta de cada detalhe, e especialmente do melhor de sua criação, nós.

Agradeço à minha família: Mãe, irmãos (Rute e Rubia), sobrinhas (Aninha e Gaby), Titia e primos que mais uma vez me apoiaram em sua casa.

Ao meu orientador: Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, que mais uma vez me surpreendeu com sua sabedoria, conhecimento e generosidade. Obrigado pela força. Terminei mais uma etapa, agora, vamos para terceira.

Aos professores e funcionários da pós-graduação, em especial à Rosa e aos professores com os quais cursei disciplinas: Caio, Alcindo, Jan, Antônio, Nilson e Marlene.

Aos colegas, os da graduação e os novos. Aos amigos: Cacau, Débora, Priscila, Filipe, Cris, Keilha, Ananda, Vanessa.... (Cacau, Débora e Keilha formaram minha comissão de impressão, sem vocês os examinadores não teriam lido o trabalho à tempo).

Aos amigos que participam da minha vida de forma mais próxima. A participação destes é menos formal, mas, não menos importante: Denys, Crys, meu Anjo, Rute... A lista é enorme.

Aos meus alunos em Nazaré, que me levaram a refletir sobre diversos assuntos, os quais eu não sabia que poderia. Em especial a Cristiane e Alcione, que confiaram a mim as orientações de suas monografias.

Aos funcionários das bibliotecas, órgãos públicos (só os que me atenderam direitinho).

A CAPES, pela força com a grana no segundo ano de pesquisa.

A todos os agricultores urbanos e todos os entrevistados, que forneceram informações caríssimas ao meu trabalho.

A todos os que foram citados e os que não foram, mas, sabem que contribuíram com meu trabalho e minha vida. Muito Obrigado!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE FOTOS.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: DA APRESENTAÇÃO DO TEMA AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
2. ASPECTOS DO RURAL NO URBANO: COMPLEMENTARIDADES E DINÂMICA ESPACIAL.....	29
2.1 O URBANO E O RURAL NA ATUALIDADE: DICOTOMIA INTEGRADA UNIDADES, DICOTÔMICAS, OU COMPLEMENTARIDADES PECULIARIZADAS?.....	31
2.1.1 Espaço Rural: delimitando a sua complexidade.....	32
2.1.2 Espaço Urbano: uma funcionalidade heterogênea.....	35
2.1.3 Relações rural-urbanas e espaço periurbano: integração híbrida.....	39
2.2 AGRICULTURA URBANA COMO ARTIFÍCIO DE REPRODUÇÃO ESPACIAL QUE FUNCIONA COMO INTEGRADOR DO RURAL COM O URBANO: O FIM DA DICOTOMIA.....	42
2.2.1 As Teorias do <i>Continuum</i> Rural-urbano.....	43
2.2.2 Aspectos Conceituais da Agricultura Urbana.....	48
2.2.3 Espaços da Agricultura Urbana no Mundo Contemporâneo.....	61
3. O ESPAÇO URBANO DO RECIFE, A AGRICULTURA URBANA E A SUA DINÂMICA ESPACIAL.....	64
3.1 O ESPAÇO URBANO E OS FATORES LIMITANTES E INCENTIVADORES DA AGRICULTURA URBANA.....	66
3.1.1 Caracterização do Espaço Urbano do Recife Mediante as Dimensões da Agricultura Urbana.....	66
3.1.2 Caracterização Geral da Agricultura Urbana em Recife: Diversidade de produtos e de situações.....	80
3.2 OS LUGARES DA AGRICULTURA URBANA EM RECIFE: ASPECTOS DA DINÂMICA ESPACIAL URBANA ATRELADOS À AGRICULTURA.....	86



3.2.1 Agricultura Urbana às Margens das Rodovias: negação dos princípios agroecológicos.....	87
3.2.2 Pomares e Hortas Comunitárias Urbanas.....	115
3.2.3 Agricultura Urbana às Margens de Reservas Florestais.....	120
4. A AGRICULTURA URBANA: DESAFIOS AO PLANEJAMENTO URBANO.....	124
4.1 NOTAS ACERCA DO PLANEJAMENTO REGIONAL E DO PLANEJAMENTO URBANO.....	124
4.2 A AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO.....	126
4.3 AGRICULTURA URBANA: FATOR DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL?.....	134
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICES.....	150
ANEXOS.....	154

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS CONTEMPLADAS NO ESTUDO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007.....	19
FIGURA 02	ÁREAS COM AGRICULTURA URBANA EM RECIFE.....	26
FIGURA 03	AGRICULTURA URBANA – DIMENSÕES INTEGRADAS.....	51
FIGURA 04	AGRICULTURA URBANA – FATORES DE INTEGRAÇÃO/RELAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO-ESPACIAL.....	54
FIGURA 05	AGRICULTURA URBANA – TIPOS DE CULTURA/CRIAÇÃO.....	56
FIGURA 06	REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.....	64
FIGURA 07	UNIDADES DE MAPEAMENTO DE SOLO DO RECIFE.....	67
FIGURA 08	APTIDÃO AGROECOLÓGICA DOS SOLOS EM RECIFE	67
FIGURA 09	RECIFE – ÁREA URBANA.....	74
FIGURA 10	RUGOSIDADES – CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES DO PERÍODO DOS ENGENHOS EM RECIFE E A PRÁTICA CONTEMPORÂNEA DA AU	74
FIGURA 11	RECIFE – CONJUNTO DE ÁREAS LOCALIZADAS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS.....	87
FIGURA 12	LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS LOCALIZADAS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS NAS ÁREAS DO ENTORNO DO CEASA.....	88
FIGURA 13	FATORES DE INTEGRAÇÃO ESPACIAL.....	93
FIGURA 14	LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS LOCALIZADAS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS.....	95
FIGURA 15	LOCALIZAÇÃO DO LOOP B.....	102
FIGURA 16	LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PRODUTIVAS NO LOOP B.....	107
FIGURA 17	CÓRREGOS ENTRE OS CONTORNOS VIÁRIOS.....	111
FIGURA 18	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS APOIADAS PELA PREFEITURA DO RECIFE.....	115
FIGURA 19	CONJUNTO DE IMAGENS DE ÁREAS COM AGRICULTURA URBANA LOCALIZADAS PRÓXIMO ÀS RESERVAS FLORESTAIS.....	121
FIGURA 20	RECIFE – REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS.....	129



LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	DIMENSIONAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO RECIFE.....	68
QUADRO 02	ÁREAS COM AGRICULTURA URBANA EM RECIFE.....	80
QUADRO 03	CLASSES DA AGRICULTURA URBANA POR TIPO DE PRODUTO, TIPO DE MANEJO E TIPO DE ESPAÇO UTILIZADO.....	85
QUADRO 04	BAIRROS DO RECIFE POR RPA E MICRORREGIÃO.....	130
QUADRO 05	ÁREAS DE OCUPAÇÃO DAS ZEIS EM RECIFE.....	132



LISTA DE TABELAS

TABELA 01	RECIFE - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE 1980 A 2000.....	70
TABELA 02	RECIFE - TAXAS DE URBANIZAÇÃO DE 1940 A 2000.....	71
TABELA 03	RECIFE – PIB – VALOR ADICIONADO EM 2005.....	76
TABELA 04	RECIFE – PESSOAL OCUPADO E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2003	77
TABELA 05	RECIFE – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA OCUPADA COM AGRICULTURA URBANA EM 2006.....	77

LISTA DE FOTOS

FOTO 01	CULTIVO DE HORTALIÇAS – IRRIGAÇÃO MANUAL NO LOOP A2.....	97
FOTO 02	CULTIVO DE HORTALIÇAS – IRRIGAÇÃO MECANIZADA NO LOOP A1.	97
FOTO 03	PRAÇA CAMILO PEREIRA CARNEIRO.....	98
FOTO 04	ÁRVORES FRUTÍFERAS AO LONGO DA RODOVIA BR-101.....	99
FOTO 05	CULTIVO DE COQUEIROS EM CONTORNO VIÁRIO.....	100
FOTO 06	ÁRVORES FRUTÍFERAS ÀS MARGENS DA AVENIDA RECIFE.....	101
FOTO 07	ÁRVORES FRUTÍFERAS ÀS MARGENS DA AVENIDA RECIFE.....	101
FOTO 08	ÁREA 1 SUJEITA A ACUMULAÇÃO DE ÁGUA, DESPENDIDA PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS.....	103
FOTO 09	ÁREA 2 SUJEITA A ACUMULAÇÃO DE ÁGUA, DESPENDIDA PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS.....	102
FOTO 10	CERCA DE ARAME FARPADO E ESTACAS, DELIMITANDO ÁREA DE DOMÍNIO DE AGRICULTORES DISTINTOS.....	104
FOTO 11	CERCA DE ARAME FARPADO E ESTACAS, DELIMITANDO ÁREA DE PRODUÇÃO E A RODOVIA BR-101.....	105
FOTO 12	ÁREA DE CULTIVO, AO FUNDO UMA CABANA DE APOIO AOS TRABALHOS.....	105
FOTO 13	SÍTIO LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-232 NAS PROXIMIDADES DA “FAVELA DO DETRAN”.....	110
FOTO 14	TRECHO DE UM CÓRREGO ENTRE OS CANTEIROS DE PLANTIO.....	111
FOTO 15	TRECHO DE PLANTIO COM CÓRREGO ENTRE OS CANTEIROS.....	112
FOTO 16	CAMPOS DE FUTEBOL UTILIZADOS POR MORADORES E AGRICULTORES.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	– Agricultura Familiar
AMUPE	– Associação Municipalista de Pernambuco
AR	– Agricultura Rural
AU	– Agricultura Urbana
AUP	– Agricultura Urbana e Periurbana
CEASA/PE	– Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco
CEASA-Recife	– Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco/Recife
CEMPO	– Centro de Educação e Medicina Popular
CEPAS	– Centro de Ensino Popular e Assistência Social
CEPF	– Centro Educacional Profissionalizante Flau
CHESF	– Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDEPE/FIDEM	– Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CTG	– Centro de Tecnologia e Geociências
DNIT	– Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	– Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GTDN	– Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPA	– Instituto Agrônomo de Pernambucano
IPES	– <i>Promoción Del Desarrollo Sostenible</i>
LFC	– Lar Fabiano de Cristo
LT	– Linhas de Transmissão
MAPA	– Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
ONG	– Organização Não Governamental
PCR	– Prefeitura da Cidade do Recife
PET	– Programa de Educação Tutorial
PIBIC	– Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNDS	– Pesquisa Nacional Sobre Demografia e Saúde
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREZEIS	– Zonas Especiais de Interesse Social
PROPESQ	– Pró-reitoria de Pesquisa



RM	– Região Metropolitana
RMR	– Região Metropolitana do Recife
RPA	– Região Político-Administrativa
RUAF	– Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas
SERTA	– Serviço de Tecnologia Alternativa
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFJ	– Tribunal Federal de Justiça
UFPE	– Universidade Federal de Pernambuco
UDH	– Unidades de Desenvolvimento Humano
UFRPE	– Universidade Federal Rural de Pernambuco
ZAPE	– Zoneamento Agroecológico de Pernambuco
ZEIS	– Zonas Especiais de Interesse Social
ZEPA	– Zonas Especiais de Proteção Ambiental
ZUP	– Zonas Especiais de Urbanização

RESUMO

Com este trabalho busca-se, em linhas gerais, compreender as ruralidades, enquanto rugosidades, estabelecidas a partir da agricultura urbana em espaços no município de Recife, através da sua dinâmica sócio-espacial; visando contribuir para o reconhecimento da importância da inclusão desta atividade no planejamento. Portanto, especificamente, tem-se o intuito de apontar os fatores da pertinência social das atividades de agricultura na cidade; identificar os papéis da agricultura urbana na dinâmica sócio-espacial local e refletir sobre a significação das possíveis complementaridades entre o urbano e o rural em Recife. A agricultura urbana é uma atividade com múltiplas funcionalidades, uma vez que serve, ao mesmo tempo, para a sobrevivência de grupos de pessoas pobres na cidade, e para abastecer os grupos sociais mais favorecidos economicamente. Portanto, o conceito dessa agricultura deve ser pensado, levando em conta determinantes que influem na realidade: tipo de atividade econômica, localização da atividade, tipos de áreas utilizadas para este fim, sistema e escala de produção, tipos e destinação de produtos. Este trabalho foi realizado mediante uma rotina que se inicia com um levantamento bibliográfico, com pesquisa em trabalhos relacionados ao referencial teórico e à caracterização geográfica do espaço em estudo. Depois foi definida a problemática a ser abordada e os conceitos e categorias de análise que se tornaram a base conceitual para a pesquisa. A partir daí foram realizadas leituras de trabalhos mais específicos a cada assunto a ser abordado. A partir de trabalho de campo e levantamento aerofotogramétrico com a utilização do programa eletrônico *Google Earth*, foram identificadas as áreas com usos, bem como os tipos de agricultura urbana produzidas no município do Recife. Posteriormente, plotou-se os pontos onde a atividade é desenvolvida e mapeou-se utilizando o *software arcgis/arcmap*. A agricultura urbana com suas engrenagens permite a realização de fluxos que mostram, também, intensas relações entre o espaço rural e a cidade. Sendo assim, essa forma de produzir e usar o espaço geográfico não pode deixar de ser considerada pelos agentes da gestão e do planejamento das nossas cidades. Até porque, a AU já construiu e articulou engrenagens cujas funcionalidades fazem-se inerentes no processo permanente de reprodução do espaço urbano em todo o mundo. A agricultura urbana em Recife acha-se integrada ao sistema urbano, e isto não somente pela sua localização no espaço urbano ou periurbano, mas também pelo fato de produzir para atender a interesses das populações que vivem na cidade. Portanto ela deve ser incluída no planejamento urbano no sentido de promover desenvolvimento sócio-espacial.

Palavras-chaves: Agricultura urbana; complementaridades rural-urbanas e dinâmica espacial.

ABSTRACT

In this paper, in general, understand the rurality as roughness, down from agriculture into urban areas in the city of Recife, in their socio-spatial dynamics; to contribute to the recognition of the importance of inclusion of this activity in planning. So, specifically, has been the aim of pointing the factors of social relevance of the activities of urban agriculture in the city, identifying the roles of agriculture in the dynamic socio-spatial place and reflect on the significance of the potential complementarities between the urban and rural in Recife. The urban agriculture, is an activity with multiple features, since it serves, while the survival of groups of poor people in the city, and to supply the social groups most economically advantaged. So the notion that agriculture should be considered, taking account of determinants that influence the reality: the type of economic activity, location of activity, types of sites used for this purpose, system and scale of production, distribution and types of products. This work was performed by a routine that begins with a bibliography, with research work related to the theoretical framework and the characterization of the geographical area under study. After the problem was defined to be addressed and the concepts and categories of analysis that became the conceptual basis for the search. From there were readings of more work specific to each issue to be addressed. From fieldwork and survey aerophotogrametric using the electronic program Google Earth, were identified as areas of usage and the types of urban agriculture produced in the city of Recife. Subsequently, plotted are the points where the activity is developed and mapped it using the software arcgis / Arcmap. The urban agriculture with its gears allows the execution of flows that show, too, strong ties between the countryside and the city. Thus, this form of producing and using geographic space can only be seen by staff management and planning of our cities. Because the AU has already built and articulated gears whose features are inherent in the process is permanent reproduction of urban space in the world. The urban agriculture in Recife think it is integrated into the urban system, and not only by their location in urban or peri, but because of producing to meet the interests of people living in the city. So it should be included in urban planning to promote socio-spatial.

Keywords: Urban agriculture; complementarities rural-urban and dynamic spatial.

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: DA APRESENTAÇÃO DO TEMA AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em todas as regiões do planeta, a cidade ainda é, simbolicamente, o lugar do homem moderno. Por isso ela se tornou um objeto de análise privilegiado em diversas ciências. No âmbito da Geografia, campo do conhecimento científico que tem como objeto de análise o espaço geográfico socialmente produzido, o estudo da cidade e do urbano com todas as suas implicações na sociedade, também têm seu lugar.

As transformações ocorridas no mundo, nos últimos anos, mediante o processo de globalização vigente, associados aos problemas decorrentes de um crescimento econômico sem desenvolvimento na maioria das cidades, têm suscitado novas questões no que tange à sobrevivência das classes sociais nos espaços urbanos. Nesse contexto, o espaço rural não ficou à margem dessas transformações, tomando hoje uma significação diferente da que tinha anteriormente. Ao mesmo tempo, as idéias de dicotomia e de *continuum* rural-urbano têm estado presentes nos debates da atualidade, buscando-se respostas que visem soluções adequadas às questões sociais.

O processo de urbanização no Brasil é notório, intensificado principalmente a partir da segunda metade do século XX. Já são mais de 82% dos brasileiros vivendo nas cidades, segundo dados oficiais do IBGE (2000). Mas a teoria da total urbanização tem suscitado questionamentos quanto à sua real possibilidade de acontecer, o que, por sua vez, também, tem gerado problemas atinentes à conceituação da relação urbano-rural. No âmbito dessas discussões, a Agricultura Urbana (AU) tem tido grande importância, visto que se trata de uma autêntica expressão de ruralidades presentes nos espaços urbanos, muitas vezes funcionando como complementaridades rural-urbanas, integradas aos sistemas urbanos.

É notório que as cidades brasileiras possuem fisionomias por um lado semelhantes entre si e, por outro lado, um tanto peculiares, tendo Recife como um caso que não foge à regra. O crescimento da população urbana, contrapondo-se ao decréscimo da rural, foi tão intenso que, em 1970, 92,1% da população residente no município era considerada urbana (MELO, 1978); a partir da década de 1980 essa população urbana chegou a abranger todo o município, conforme Pernambuco (1988 – 1990).

Isso, claro, não aconteceu de forma homogênea em todo o espaço municipal, na medida em que um número considerável de áreas do município continuou apresentando formas de atividades ligadas ao campo, a exemplo daquelas ligadas à agricultura. Atividades que, de certa forma, funcionam como complementares no âmbito da economia urbana atual de Recife. Por isto, no presente trabalho, propõe-se a analisar as complementaridades urbano-rurais em Recife engendradas a partir da agricultura urbana, tendo em vista o importante papel que esta atividade vem desempenhando na dinâmica sócio-econômico-espacial da atualidade.

A relevância do tema aqui proposto consiste na necessidade de se conhecer, também, outras facetas do espaço urbano produzido pela agricultura urbana, especificamente no que tange às engrenagens das atividades a ela vinculadas. Por outro lado, é preciso que se reflita sobre o tema no contexto histórico-geográfico atual, no sentido de diminuir as imprecisões teórico-conceituais decorrentes do estreitamento das fronteiras do urbano com o rural, o que, conseqüentemente, contribuirá para o planejamento e para a gestão do espaço urbano.

No tocante ao lugar objeto deste estudo, tem-se em mente que, em Recife, são poucos os estudos que procuram entender o espaço local na perspectiva das relações urbano-rurais e, mais precisamente, no que tange à agricultura urbana. Até porque, como afirmam Sacareno (1996), Monteiro (2002) e Carneiro (2005), não se pode entender as ruralidades no mundo atual sem se levar em conta as particularidades de cada lugar, e claro isto se aplica também à agricultura urbana. Isto justifica, também, a preferência pelo estudo da agricultura urbana, uma atividade presente no espaço urbano recifense que apresenta potencialidades para o desenvolvimento sustentável e sócio-espacial do sistema urbano, não apenas municipal como também metropolitano.

Em trabalhos anteriores, tais como o relatório final de pesquisa de iniciação científica, apoiada pela UFPE/PROPESQ/PIBIC/CNPq (FERREIRA, 2006) e o trabalho de conclusão de curso de graduação (FERREIRA, 2007), já se procurou discutir o referido assunto, buscando suprir a lacuna acima ressaltada. No primeiro, foi analisado o processo de produção agrícola em áreas do entorno do CEASA-Recife, na perspectiva de identificar alguma forma de inclusão sócio-espacial a partir das referidas atividades; no segundo, tentou-se verificar as reais características de espaço periurbano na mesma área, tendo em vista a reprodução das ruralidades em parte do núcleo da metrópole.

A originalidade do presente trabalho, com relação aos anteriores, reside tanto no fato de a área investigada ser agora mais abrangente, quanto no da abordagem que pretende entender a agricultura urbana como importante fator de complementaridades do rural com o urbano; o que, portanto, remete-nos à identificação do papel desta atividade na dinâmica espacial local. Mas, ao mesmo tempo, sem deixar de considerar a dinâmica global.

A questão central desta dissertação decorre, portanto, dos resultados das pesquisas anteriores, sobretudo, quando se constatou que a agricultura urbana, em geral, serve somente como complemento das rendas familiares em geral. Foi por este motivo que se buscou conhecer mais profundamente o caráter complementar da agricultura urbana a partir do caso da cidade do Recife. Questiona-se em que medida as complementaridades urbano-rurais contribuem para a dinâmica espacial urbana.

Revisão da literatura: domínios teórico e técnico

A temática da relação urbano-rural tem sido objeto de estudos de vários campos de conhecimento em diversos países, em todos os continentes. Assim sendo, quando se pretende abordar o tema no âmbito de uma interdisciplinaridade, não se pode abrir mão de ter acesso aos conhecimentos produzidos em outras ciências como a Economia, a Sociologia ou Urbanismo etc. as quais, por vezes, acham-se voltadas ao estudo das relações urbano-rurais. Diante disso, o presente trabalho não pertence nem a uma Geografia Urbana nem a uma Geografia Agrária. Trata-se de uma análise geográfica da agricultura urbana.

No momento, serão destacados textos referentes a dois assuntos que permeiam a maioria dos trabalhos voltados ao tema da relação rural-urbano: ruralidades e agricultura urbana. O primeiro diz respeito à articulação do urbano com o rural mediante práticas de atividades tidas como do “mundo rural”, como salienta Wanderley (1997 e 2001), com suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. O segundo diz respeito à prática da agricultura no espaço urbano, uma atividade que, segundo Mougeot (2000), acha-se integrada ao sistema econômico e ecológico urbano.

As ruralidades podem ser analisadas do ponto de vista sociológico e dos hábitos rurais, como nos estudos de Wanderley (ibidem), Carneiro (1998 e 2005), Maia (2001 e 2006) dentre outros; bem como podem ser vistas como fator de desenvolvimento econômico-territorial, largamente discutida por Abramoway (2000), Veiga (2004) e outros.

Quando se busca entender as ruralidades, na atualidade, percebe-se que não se pode perder de vista que a noção de *continuum* urbano-rural defendido por Lefèbvre, ao final dos anos 1960, precisa ser analisada tendo em vista as transformações espaciais atuais. Por isso, não se pode deixar de buscar compreender também a hipótese do “renascimento rural” defendido por Bernard Kaiser na década de 1980. Senão corre-se o risco de não se ter uma noção precisa da realidade, isto porque a não clareza da fronteira urbano-rural, hoje, está baseada principalmente na diversidade evidente nos dois pólos (o rural e o urbano), como mostra Martins (1981, apud CARNEIRO, 2005).

O segundo tema a ser abordado, que complementa o primeiro, visto que se trata de uma das formas de realização de ruralidades no urbano, diz respeito ao da agricultura urbana, uma atividade que existe desde que existem cidades (BOUKHARAEVA et al. 2005, p. 416), e que está presente, atualmente, na maioria das cidades no mundo, mas que apenas passou a ser analisada como conceito, em estudos científicos, muito recentemente.

Por conseguinte, a referida temática tem sido objeto de grande quantidade de estudos em países da África, América Central (Cuba principalmente) e Europa (França e Portugal, preponderantemente). No Brasil, a agricultura urbana tornou-se foco de estudos apenas há pouco tempo, e também, alvo de ações do Estado, sobretudo pela sua presença cada vez mais forte nas cidades.

São notórios os trabalhos de caráter científico de Luc Mougeot e outros que estudam a agricultura urbana em diversos países, junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO*¹). No Brasil, mais recentemente, destacam-se trabalhos como os de Bicalho (1992), Turnowski (1992) e que tratam da agricultura urbana e periurbana na cidade do Rio de Janeiro, tendo como base teórica o conceito de espaço periurbano, tratando muito mais de uma agricultura periurbana do que urbana. Os de Monteiro (2002) e Mendonça et al. (2005) também tratam do caso da cidade do Rio de Janeiro. Boukharaeva et al. (2005) fazem abordagem mais geral do ponto de vista da escala, visto que tratam do Brasil, da Rússia e da França, portanto tratam de questões conceituais no que tange à sustentabilidade da agricultura urbana. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), dentre outros órgãos

¹ São inúmeros os sítios na internet, em múltiplos idiomas, que tratam da temática da agricultura urbana em diversos países do mundo. Alguns deles disponibilizam artigos científicos, como é o caso do da FAO: <http://www.fao.org/>; da RUAFA: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista.html>, dentre outros.

ligados ao governo federal, desenvolvem pesquisas em várias regiões do país. No caso do Nordeste, destacam-se os trabalhos desenvolvidos em Teresina (PI), onde vários estudiosos desenvolvem pesquisas como Bezerra et al. (1996) e Monteiro (2005), que mostram um panorama das hortas comunitárias no espaço intra-urbano e periurbano. No que tange ao aspecto da agroecologia e da agricultura orgânica, Aquino & Assis (2007) dizem que este tipo de agricultura é um importante instrumento viabilizador da agricultura urbana.

A lista é grande, e sabemos que, com certeza, deixamos de fora uma gama de outras produções intelectuais sobre a agricultura urbana, contudo optamos por citar apenas aqueles aos quais tivemos acesso, aqueles relacionados à discussão teórica e aqueles que abordam casos empíricos no Brasil.

Parece haver em comum, nas obras supracitadas, a idéia de que, nas análises da agricultura urbana, costuma-se confundi-la com a agricultura periurbana. Talvez isso se explique pelo fato de que os conceitos ainda sejam pouco claros; além do que, empiricamente, as delimitações de espaço periférico urbano e periurbano ainda sejam confusas.

No que tange aos trabalhos acadêmicos, no caso de Recife, destacam-se os de Mário Lacerda de Melo (1978) e Gilberto Freyre (1982) os quais, embora não tenham tratado diretamente da agricultura urbana, mostraram a realidade da relação urbano-rural nesta cidade. Lima (1983) identificou a inexistência de um “cinturão verde” no entorno do Recife e Melo (2007) tratou das relações humanas relacionadas à agricultura. Contudo, é preciso que se busque analisar mais profundamente a agricultura urbana na atualidade, levando-se em conta a sua dinâmica espacial, ou seja, a interação da agricultura com a cidade, como nos propomos a fazer nesta dissertação.

Ainda no que tange as relações urbano-rurais, Miranda (1997) desenvolveu trabalho concernente às chácaras no município de Carpina – PE e outro sobre a produção do espaço, mediante o planejamento, em áreas de transição rural-urbana na Região Metropolitana do Recife (RMR) em 2008. Em 2001, Souza investigou a reprodução do espaço rural em Olinda.

Os trabalhos citados até o momento foram produzidos na academia. Contudo, não se pode esquecer dos realizados por entidades voltadas às ações sobre o território e o espaço, tendo em vista o planejamento e a gestão do espaço urbano. Daí destacamos os trabalhos técnicos, cujos objetivos, geralmente, são os de fazer diagnósticos do território para propor ações ao Estado,

tanto realizados por instituições governamentais como por Organizações Não Governamentais (ONG's).

Algumas entidades internacionais divulgam, frequentemente, através de relatórios e periódicos, por meio eletrônico, digital e impresso, informações acerca da agricultura urbana, como a FAO e o Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (RUAF) etc. Na maioria desses relatórios existem informações importantes acerca da funcionalidade e abrangência da agricultura urbana no mundo.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgou, em 2007, um relatório com um panorama da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), em 11 Regiões Metropolitanas (RM), distribuídas pelas 05 Macroregiões brasileiras. O relatório intitulado: “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção” (BRASIL, 2007), constitui-se de uma compilação e interpretação de 11 outros relatórios regionais, sendo 01 por cada Região Metropolitana contemplada no estudo: Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Isto com o objetivo de identificar e caracterizar os espaços da AUP no sentido de destinar recursos para desenvolvimento da atividade no país. A figura 01, mostra as RM's contempladas no referido estudo.



FIGURA 01
BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS CONTEMPLADAS NO ESTUDO DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007.
Fonte: BRASIL, 2007.

Como se pode ver, os estudos e conseqüentemente, os recursos disponibilizados pelo Governo Federal, estão concentrados nos maiores centros urbanos do país, ou seja, nas suas maiores áreas metropolitanas. Contudo, devemos considerar que a agricultura urbana acha-se também presente em outras áreas urbanas brasileiras não contempladas pelo documento supracitado, como é o caso de Teresina (PI), uma cidade que destina 177,2 ha. de sua área urbana para agricultura (MONTERO, 2005 apud FARFAN, ARAGÃO & ALBUQUERQUE, 2008). Vale salientar que o referido relatório do MAPA foi desenvolvido em conjunto com diversas entidades, inclusive com ONG's articuladas em diversos países do mundo:

Apresentamos o Relatório Referencial Geral que tem por objetivo apresentar as conclusões da pesquisa **Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras**, fruto da carta de acordo entre REDE e FAO assinada em outubro de 2006, promovido pelo MDS. A pesquisa foi implementada pela REDE com a ativa participação de IPES – Promoción del Desarrollo Sostenible (Lima, Perú). (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. p. 09, grifo nosso).

Neste tipo de relatório, busca-se geralmente conhecer territorialmente, através de estudos empíricos, a dimensão da segurança alimentar da qual a agricultura urbana e a periurbana são dotadas, no sentido de diminuir e até eliminar a fome e a pobreza.

No caso da RMR a ONG “SOS Corpo²”(2007) elaborou o “Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas Focadas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Recife”. Nele faz-se uma descrição da agricultura urbana e periurbana na RMR, enfatizando a forma e funcionalidade, primeiramente, de 60 “iniciativas³” e, finalmente, de 12 das quais 10 estão localizadas no Recife. Por tratar-se de um relatório descritivo, nele são apresentados dados referentes aos perfis tanto das iniciativas, quanto das entidades que apóiam a agricultura urbana e periurbana nesta área metropolitana.

Entretanto, em nome da realização de objetivos de caracterização descritiva, e mediante uma metodologia unificada para todo o país, o referido relatório mostra de forma muito abreviada a realidade da agricultura urbana e periurbana na RMR, até porque 12 iniciativas, num universo de centenas não permitem muita clareza. Quando se refere à listagem e ao mapa das iniciativas focadas no relatório, diz-se que:

A partir das 60 iniciativas – 48 em princípio, 8 depois do início da pesquisa e 4 ao final da pesquisa, pelo menos 20 foram selecionadas enquanto foco de análise das entrevistas, segundo, por assim dizer, os critérios estabelecidos na II Oficina Metodológica realizada em Brasília [...] Para além dos critérios construídos na II Oficina Metodológica, outros foram adicionados para o devido recorte e seleção das iniciativas a serem focadas. [...] apresentamos a seguir tais critérios adicionados: que se abarcasse a diversidade e a diferença de níveis dessas iniciativas; que priorizasse as iniciativas cujas responsáveis são/foram mulheres; que representasse os casos bem sucedidos e outros sem sucesso (ou pelo menos em fase inicial). (SOS CORPO, 2007, p. 07 e 08).

A adoção de uma metodologia que deixa de fora agentes do processo espacial da agricultura urbana pode comprometer a visão da sua forma, da sua estrutura e da sua função, o que não permite uma interpretação segura da realidade. Portanto, para uma análise profunda é preciso que não se perca de vista que as informações tomadas no referido relatório devem ser checadas empiricamente, e devem ser tomados apenas os dados brutos, livres de interpretações.

Mais dois trabalhos técnicos, referentes à agricultura urbana em Recife, foram analisados nesta revisão bibliográfica. Trata-se de dois projetos, elaborados pela Prefeitura do Recife, ambos feitos com o sentido de conseguir recursos financeiros federais voltados à segurança

² A SOS Corpo – Instituto Feminista Para Democracia – é uma organização da sociedade civil, autônoma e sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade de Recife.

³ Iniciativa é um termo de caráter econômico que tem a ver com o empreendedorismo; por sua vez, no referido relatório tratam-se dos empreendedores agrícolas presentes em cada espaço pesquisado. No entanto, no presente trabalho, será utilizada a expressão “unidades de produção”, já que, ao nosso ver, nem sempre estas atividades são desenvolvidas para fins comerciais, mas, por vezes, apenas para fins terapêuticos, pedagógicos, consumo próprio da comunidade, doação etc.

alimentar e combate à fome. O primeiro foi realizado em 2004 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico com o objetivo de beneficiar 240 famílias recifenses em hortas comunitárias no período de abril a outubro do referido ano. O projeto foi aprovado e os recursos oriundos do Programa Fome Zero foram aplicados em 12 hortas comunitárias no município. O referido projeto faz um diagnóstico do problema da insegurança alimentar na cidade, que está acima da média nacional (RECIFE, 2004 p. 01).

No sentido de dar continuidade ao apoio às hortas comunitárias em Recife, a Prefeitura, elaborou outro projeto em 2007, desta vez pela Diretoria de Abastecimento e Segurança Alimentar da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. O referido projeto foi aprovado e implantado Ao final do mesmo ano, pretendendo apoiar, através de apoio técnico e financeiro, a agricultura urbana e a Agricultura Periurbana (AP) no município até abril de 2009, contemplando 100 famílias.

Contextualização do objeto de estudo em sua dinâmica sócio-espacial

A dinâmica sócio-espacial em Recife, moldada, ao longo do tempo, pelo modelo capitalista de desenvolvimento, construiu peculiaridades tanto no que diz respeito à sua fisionomia e estrutura concreta (urbanização), quanto às relações sociais e econômicas na cidade (urbanidades). A distribuição espacial da riqueza nesses espaços se dá de forma intensamente concentrada em alguns lugares específicos, fato que é evidenciado quando se observa a paisagem local.

Os índices de urbanização em Recife são elevados, por conseguinte, sua economia é baseada, sobretudo, no setor de serviços. Não obstante, a agricultura urbana se faz presente em diversos espaços distribuídos pela cidade, o que nos leva a indagações do tipo: Se o espaço em epígrafe funciona sob a égide de uma ordem urbana, qual o papel da agricultura na realização deste espaço? Ou seja, que agricultura é essa praticada no espaço urbano de Recife? Essa atividade típica do rural passou a existir no espaço urbano ou é uma rugosidade modelada ao modo atual de vida na cidade? Quais são os espaços desta atividade em Recife? Qual é, enfim, o papel destes espaços na dinâmica espacial local?

Supomos que a agricultura urbana, embora existindo no espaço urbano, deve ser considerada como um tipo específico de ruralidade, funcionando como elo de complementaridade entre o rural e o urbano, portanto, são tipos de ruralidades reveladas a partir da dinâmica espacial

local não desligadas da dinâmica espacial globalizada. Assim sendo, seu papel na produção do espaço urbano não se limita à inclusão de grupos de pobres no mundo do consumo. Sua contribuição maior reside em sua funcionalidade nos aspectos econômicos, sociais e culturais; portanto, se contemplada no planejamento urbano cooperará para a diminuição das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o conhecimento dessa dinâmica espacial, levando-se em conta as especificidades locais será útil para o planejamento, na medida em que poderá contribuir para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria das condições de vida dos grupos sociais envolvidos.

Intenção do trabalho

Com este trabalho busca-se, em linhas gerais, compreender as ruralidades, enquanto rugosidades, estabelecidas a partir da agricultura urbana em espaços no município de Recife, através da sua dinâmica sócio-espacial; visando contribuir para o reconhecimento da importância da inclusão desta atividade no planejamento. Portanto, especificamente tem-se o intuito de apontar os fatores da pertinência social das atividades de agricultura urbana na cidade; identificar os papéis da agricultura urbana na dinâmica sócio-espacial local e refletir sobre a significação das possíveis complementaridades entre o urbano e o rural em Recife.

Artifícios teórico-metodológicos

Para a realização dos objetivos propostos na presente pesquisa, é preciso que analisemos o espaço em seu dinamismo tanto em nível abstrato, quanto em nível concreto. Sendo assim, num esforço de apreensão do real, o presente trabalho será desenvolvido mediante as categorias analíticas de **forma, função, estrutura e processo**, que são úteis à apreensão do espaço como uma totalidade, em permanente processo de totalização, portanto essas categorias não devem ser tomadas individualmente, sob o risco de representarem realidades parciais.

Os Processos, segundo Santos (1985), estão associados a tempo, mudança e direção, portanto trata-se de um conjunto de ações contínuas no espaço e que, por sua vez, acontecem mediante o espaço. Nesse sentido é que, a forma e a estrutura, são partes de uma totalidade em que a forma corresponde aos objetos e ao seu arranjo ordenado, estrutura corresponde às inter-

relações de todas essas partes articulando-as num todo, e função diz respeito ao papel da forma e da estrutura. Ou seja, cada espaço tem sua (s) função (ões).

Assim sendo, os processos de mudanças nas formas e funções dos objetos geográficos, no espaço a que nos propomos investigar, deverão configurar estruturas espaciais particulares, ou seja, um arranjo particular de objetos. Nesse sentido, 02 conceitos-chave nortearão o trabalho, os de ruralidade e agricultura urbana, como já indicamos acima.

Ruralidade diz respeito à articulação do urbano com o rural mediante práticas de atividades tidas como do “mundo rural” (WANDERLEY, 1997 e 2001), com suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. Isto, claro, constitui-se um importante fator de desenvolvimento econômico-territorial (ABRAMOWAY, 2000 e VEIGA 2004).

Destarte, as ruralidades, no Brasil contemporâneo, têm suscitado debates interdisciplinares, isto também porque, “a realidade não cabe mais (se é que se pode dizer que um dia já coube) no arcabouço teórico-conceitual elaborado sob os princípios da modernidade” (CARNEIRO, 2005, p. 7). Nesse sentido, Sacareno (1996) diz que, por se tratar de um conceito territorial, a ruralidade, como categoria de análise, deve explicar as diferenciações espaciais. Portanto, os critérios adotados para análise de cada território são justificados à medida que são legitimados territorialmente, evidenciando a realidade em seu constante processo de produção espacial. Isto, por sua vez, possibilita a explicação não apenas dos movimentos demográficos, como também, os de recursos para o urbano, bem como os seus tipos.

Uma vez que o espaço geográfico não é estático, mas existe em constante processo de transformação, quando se pretende analisar a realidade, não se pode perder de vista que os conceitos adotados teoricamente para interpretar a realidade devem ser sempre revistos, já que estão sempre em processo de construção. Deste modo, Carneiro (1998) argumenta que o conceito de **ruralidade** ainda está em processo de construção, até porque a pluriatividade, comum ao modo de viver urbano, também chegou ao campo, sem, contudo, descaracterizá-lo, como também o mesmo ocorreu na cidade:

É a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura concomitante à interiorização das indústrias e à modernização da sociedade urbana e rural que a teoria da urbanização passa a ser formulada, colocando a ênfase na integração dos dois espaços através das trocas cada vez mais intensas entre a sociedade urbano-industrial e as pequenas aldeias rurais [...] A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local (CARNEIRO, 1998, p. 57-58).

Mesmo diante das novas significações do rural e do urbano, a ruralidade enquanto categoria de análise e diferenciação de áreas, mesmo que pressuponha homogeneidade dos territórios, é heterogênea e não deve ser utilizada para contrapor-se ao urbano. Mas, como argumenta Saraceno (1996), deve explicar o rural na atualidade. Acrescentamos ainda, que nesta interpretação do espaço mediante as ruralidades, não se pode perder de vista o urbano. Por isso, vale adicionar que a agricultura urbana pode ser considerada uma ruralidade, visto que esta categoria de análise funciona não apenas para explicar o rural, como também para esclarecer questões fundamentais do rural-urbano. E se tomarmos a agricultura urbana como um exemplo de ruralidade, esta servirá para explicar até aspectos do urbano.

No que tange à **agricultura urbana**, esta é uma atividade com múltiplas funcionalidades, uma vez que serve, ao mesmo tempo, para a sobrevivência de grupos de pessoas pobres na cidade, e para abastecer os grupos sociais mais favorecidos economicamente. Por este motivo ela tem seu lugar tanto nos países pobres quanto nos ricos.

Assim sendo, Mougeot (2000) diz que o conceito de agricultura deve ser pensado, levando em conta determinantes que influem na realidade: tipo de atividade econômica, localização da atividade, tipos de áreas utilizadas para este fim, sistema e escala de produção, tipos e destinação de produtos.

Soma-se ainda o que diz Monteiro (2002), quando mostra que a agricultura urbana deve ser entendida a partir de sua repercussão, simultaneamente, nos âmbitos social, econômico e ambiental. Até porque, como um dos aspectos das ruralidades, hoje presentes nas grandes cidades, a agricultura urbana tem relevante papel na manutenção do sistema urbano, tanto a mais capitalizada e até industrial, produzida geralmente em áreas periurbanas (NUGENT e EGAL, apud MONTEIRO, 2002, p.41), quanto a menos capitalizada, produzida nas unidades domésticas em áreas urbanas.

Nessa conjuntura, têm-se o embate entre escalas de atores globais, a urbanização intensa e seus elementos; e locais, como a vida cotidiana das pessoas, definidos por Santos (2004) como verticalidades e horizontalidades, respectivamente. No presente estudo, então, estas duas escalas de abordagem serão analisadas tendo em vista que a plurifuncionalidade e a presença de elementos típicos de ambientes rurais e urbanos, que para Vale (2004) são as principais características do espaço periurbano, estudadas em conjunto podem auxiliar no entendimento do espaço ao qual nos propomos examinar.

Artifícios procedimentais

Como a maior parte dos trabalhos de pesquisa, ou seja, execução de um projeto de pesquisa, este foi realizado mediante uma rotina que se iniciou com um levantamento bibliográfico, com pesquisa em trabalhos relacionados ao referencial teórico e à caracterização geográfica do espaço em estudo. Depois de conhecido o que se produziu sobre a realidade do espaço em tela, foi definida a problemática a ser abordada e, claro, os conceitos e categorias de análise que se tornaram a base conceitual para a pesquisa. A partir daí as leituras de trabalhos mais específicos se tornou uma prática contínua e pertinente a cada assunto a ser abordado.

Assim sendo, no segundo capítulo desta dissertação, buscar-se-á discutir alguns dos principais pressupostos teóricos acerca da relação urbano-rural na atualidade. Bem como a agricultura urbana, como uma atividade integradora por excelência destes dois espaços, que será abordada no sentido de apreensão do conceito para depois entender sua aplicabilidade.

A partir de trabalho de campo e levantamento aerofotogramétrico, com a utilização do programa eletrônico *Google Earth*, disponível da rede de Internet, foram identificadas as áreas com usos, bem como os tipos de agricultura urbana produzidos no município do Recife. Posteriormente, plotou-se os pontos onde a atividade é desenvolvida e mapeou-se, como mostrado na figura 02, a distribuição espacial da agricultura urbana, utilizando-se o *software arcgis/arcmap*.

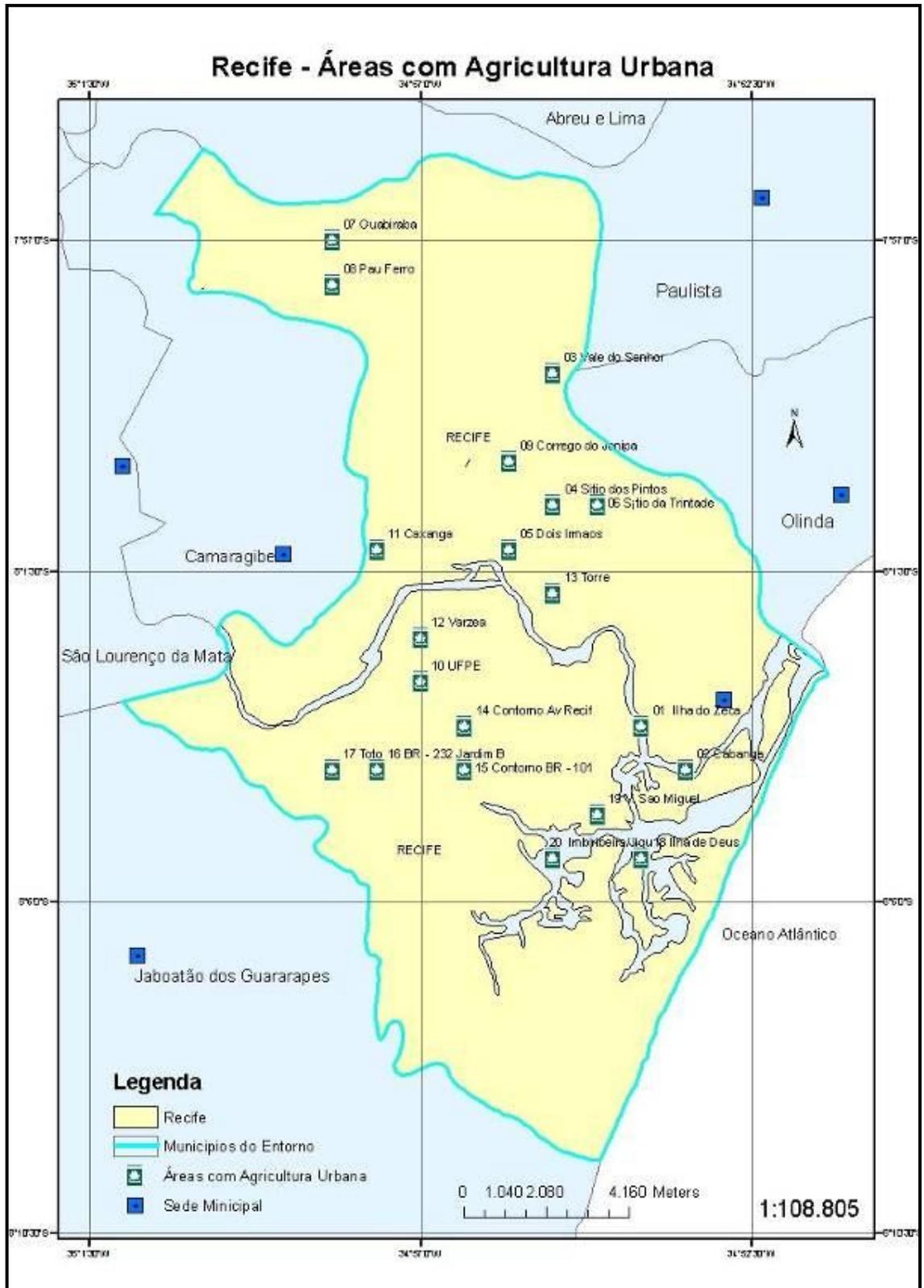


FIGURA 02

ÁREAS COM AGRICULTURA URBANA EM RECIFE

Elaborado pelo autor com base cartográfica do ZAPE (PERNAMBUCO, 2001).

Trata-se de uma identificação geral e preliminar da agricultura urbana em Recife, incluindo-se aí, tanto atividades de cultivo, como pecuária. Contudo, mediante a metodologia adotada, não foram incluídas as áreas cujo cultivo e criação acontecem nos quintais das residências ou em estâbulos cobertos. Fazendo-se a relação da agricultura urbana com o assentamento urbano do Recife, percebe-se que áreas com agricultura urbana destacadas na figura supracitada, são as que apresentam os maiores índices de pobreza na cidade, as quais serão discutidas mais profundamente no capítulo 03 desta dissertação.

Depois de identificados os espaços da agricultura urbana em Recife, buscaram-se elege o tipo de agricultura urbana a ser investigado mais profundamente, o de cultivo de vegetais, e então, elegeram-se 03 áreas com perfis distintos de produção, mesmo que os perfis social e econômico pareçam, à primeira vista, homogêneos em vários aspectos. Esta seleção de áreas com aspectos distintos é necessária na medida em que o espaço não é homogêneo, portanto, cada subespaço possui suas particularidades as quais não podem ser deixadas de lado quando se pretende conhecer o todo. Para isso, as áreas selecionadas foram:

- Conjunto de áreas situadas às margens de rodovias e contornos viários, próximas ao CEASA-Recife. Nesta área a produção não é desenvolvida com princípios da agroecologia, e nem sob os parâmetros de hortas comunitárias;
- Hortas Comunitárias Urbanas, desenvolvidas com apoio institucional da PCR. Este grupo de agricultores produz com princípios da agroecologia;
- Conjunto de hortas urbanas familiares próximas às áreas de reserva florestal. Esta área foi selecionada pelo fato da sua produção local ter maior semelhança com a produção agrícola rural.

Dentre estes três grupos de áreas da agricultura urbana, e mediante o trabalho de campo, optou-se por enfatizar o conjunto de áreas hortas situadas às margens das rodovias. Esta opção justificou-se pela necessidade de confrontar as informações já obtidas em entrevistas realizadas desde 2005, quando foram iniciados os nossos trabalhos de pesquisa de iniciação científica. Para tanto, foram realizadas diversas visitas às hortas no sentido se realizarem novas entrevistas e observação da paisagem construída pelos agricultores na cidade.

Desta feita, no terceiro capítulo desta dissertação, buscar-se-á mostrar a dinâmica espacial da agricultura urbana em cada um dos espaços supracitados, no intuito de se compreender a agricultura urbana em suas dimensões e sua repercussão no âmbito social. Até porque, assim,

poder-se-á contribuir para um planejamento urbano conseqüente, ou seja, que vise integrar a atividade agrícola urbana e, conseqüentemente, os agricultores urbanos nos programas e projetos de inclusão social. Esta segunda temática (agricultura urbana e planejamento) será tratada no quarto capítulo do presente trabalho.

Ainda foram realizadas mais 02 visitas às áreas usadas pelos outros dois grupos de produção agrícola urbana (Hortas Comunitárias e Conjunto de hortas familiares no bairro do Pau Ferro), no sentido de realizar entrevistas com os agricultores, bem como, no de realizarem-se trabalhos de observação da paisagem e registros fotográficos. Por fim, foi feita a análise e o tratamento dos resultados de todo o material colhido, a interpretação e reflexão dos resultados e, finalmente a redação desta dissertação.

2 ASPECTOS DO RURAL NO URBANO: COMPLEMENTARIDADES E DINÂMICA ESPACIAL

A presença de aspectos típicos do rural no urbano e vice-versa são elementos que aproximam estas formas espaciais, e parece ser uma realidade que tem se tornado cada vez mais comum, em todo o mundo, tanto nos países de capitalismo avançado, quanto nos de capitalismo tardio⁴. Isso porque as inovações e técnicas têm sido difundidas tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços rurais desses países. Assim, quando se pretende pensar as relações urbano-rurais, na atualidade, não se deve perder de vista que as dinâmicas sócio-espaciais são dialéticas e solidárias e que a tarefa de definir os espaços rurais e urbanos, ou até mesmo de delimitá-los, tornou-se uma tarefa obsoleta para o planejamento e para o debate no âmbito das ciências sociais.

Pelo que se tem visto atualmente, as questões próprias das relações urbano-rurais têm sido importantes, tanto para estudiosos das diversas ciências sociais, quanto para os planejadores e gestores dos espaços urbanos e rurais. No Brasil, os pesquisadores da Geografia, da Sociologia Rural e da Economia são os que, tradicionalmente, dão mais atenção ao tema. Contudo, como mostra Miranda (2008), este assunto tem estado presente nas discussões de outros ramos da Ciência da Cidade, como é o caso do Urbanismo.

Talvez os principais fatores que levaram o referido tema aos círculos de discussão, entre estudiosos e gestores do espaço, no mundo, estão baseados nas transformações ocorridas, tanto nos espaços urbanos, como nos rurais, mediante os mecanismos do sistema capitalista e, por sua vez, as necessárias mudanças no campo da gestão e do planejamento urbanos. Para David Harvey, a urbanização assume um papel de extrema importância para as transformações sociais na medida em que os agentes do Estado mudam quase que radicalmente sua forma de ação sobre o território e o espaço, desde meados da década de 1970, com o discurso do empreendedorismo. Em um colóquio realizado em Orleans, em 1985, os gestores públicos chegaram ao consenso de que:

Os governos urbanos tinham que ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diferentes meios para aliviar suas condições miseráveis e assim assegurar um futuro melhor para suas populações [...] a abordagem tão típica dos anos sessenta, deu prontamente lugar a formas de ação de empresariamento nos

⁴ Países de capitalismo avançado são, na concepção de David Harvey, aqueles cujas relações econômicas capitalistas apresentam-se bastante ampliadas, neste grupo de países estão os desenvolvidos ou centrais. O oposto é chamado de países de capitalismo tardio.

anos setenta e oitenta. Particularmente nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em que todo o mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico. (HARVEY, 1996, p. 49).

É evidente que este processo de mudanças, iniciado nos países de capitalismo avançado, ou seja, desenvolvidos economicamente, não acarreta efeitos apenas sobre os espaços daqueles países, mas, com o próprio desenrolar do processo de globalização, efetivado desde então através dos mecanismos do neoliberalismo, traz aos países menos desenvolvidos os modelos de ação dos Estados e, claro, dos mercados, que, por sua vez, acham-se interligados.

Pelo visto, os avanços no campo institucional, ou seja, o papel do Estado na gestão do território, ainda não foram sentidos concretamente nas interações rural-urbanas. O que se percebe claramente é uma menor clareza, do ponto de vista teórico e empírico das formas, estruturas e funções dos espaços que se tornam processualmente cada vez mais híbridos de rural e urbano. Todavia, tudo isto repercute nas relações rural-urbano, na medida em que o papel do município na gestão e no planejamento urbano adquire cada vez mais relevância, como destaca Miranda (2008, p. 02):

Ao mesmo tempo, mantiveram-se questões estruturais que comprometem e desafiam as formas convencionais de tratamento da urbanização metropolitana e em particular suas áreas de transição rural-urbana, com a seletividade do acesso ao solo, a crescente irregularidade fundiária, a manutenção de uma visão partida, fragmentada, do território, a valorização desigual do solo promovida por práticas especulativas, a apropriação privada de investimentos públicos e expansão urbana desordenada e periférica que compromete cada vez mais os recursos naturais.

No presente capítulo, buscar-se-á tratar do tema das relações urbano-rurais na perspectiva de não privilegiar nenhuma das teorias dicotômicas: i) a do *continuum* urbano-rural, defendida por Henri Lefèbvre, segundo o qual o urbano e seu desenvolvimento impor-se-iam sobre o rural de maneira a homogeneizar o espaço numa completa urbanização; ii) e a de Bernard Kaiser que defendia a idéia do renascimento rural. A abordagem neste trabalho será sempre feita no sentido de defender que há uma integração complementar entres os dois espaços, como dimensões articuladas de uma mesma totalidade.

2.1 O URBANO-RURAL NA ATUALIDADE: DICOTOMIA INTEGRADA? UNIDADES DICOTÔMICAS? OU COMPLEMENTARIDADES PECULIARIZADAS?

As mudanças ocorridas recentemente no espaço, tanto no que diz respeito aos arranjos dos objetos espaciais, à organização social e as ações dela decorrentes, tornam cada vez mais imprecisa a delimitação de espaço rural e de espaço urbano. A industrialização no Brasil, com mais ênfase a partir da segunda metade do século XX, transformou e continua transformando não apenas os espaços urbanos, como também os rurais. Sob a égide do capitalismo, com sua dinâmica guiada pela busca crescente de lucros, (re)configura-se o espaço geográfico, no sentido de atender os propósitos, sobretudo, da acumulação, como diz Harvey (2002).

Em conseqüência, aumentam as dificuldades de se estabelecer com clareza as fronteiras entre os vários espaços que constituem condições desse processo. Ao mesmo tempo, a inter-relação entre o rural e o urbano é intensificada, no caso brasileiro, principalmente, a partir do final da década de 1980, quando o país experimenta a abertura do seu espaço econômico aos propósitos do neoliberalismo.

Assim sendo, quando se pretende entender como e em que medida os aspectos do rural, presentes no urbano, podem significar complementaridades espaciais, é preciso que se tenha em mente que, embora a delimitação pura destes espaços não seja necessária, deve-se ter clareza do que significam cada um deles, as suas formas, as suas estruturas e as suas funções. Só assim, poder-se-á apreender os processos de suas diferenciações e, por conseguinte, de suas complementaridades.

Para se entender a natureza desta diferenciação, é preciso que se tomem alguns critérios básicos. Dentre os juízos mais evidentes, encontram-se aqueles funcionais e morfológicos, isto porque as funções são expressas em certas paisagens (formas) peculiares a cada espaço.

2.1.1 Espaço Rural: delimitando sua complexidade

Em sua clássica diferenciação entre meio rural e urbano, Dolfuss (1991) chama a atenção para a importância da paisagem que, na sua visão, se traduz em fisionomia, ritmos de atividades, densidades humanas e fluxos. Pode-se, portanto, tomar tais categorias como aporte no entendimento do processo de organização sócio-espacial, devendo-se, por outro lado, ir além da simples análise da morfologia.

Os espaços rurais apresentam feições paisagísticas e de relações sociais relativamente mais “esparças”⁵ que os ambientes urbanos, guardando costumes e práticas sócio-espaciais diferenciados dos encontrados nas cidades. Apesar das transformações provocadas pela industrialização, ainda se pode destacar a atividade agrícola como um dos principais elementos distintivos do meio rural. Dolfuss (ibidem) fala da importância das atividades agrícolas nos espaços rurais:

No sentido habitual da expressão, espaço rural é o campo. Surgiu na superfície do mundo por ocasião da “revolução neolítica”, trazendo consigo os primórdios da agricultura e as primeiras formas de organização do espaço, em vista de uma produção agrícola: isto ocorreu no Egito e na Mesopotâmia, há sete milênios. [...] O espaço rural constitui, e sobretudo constituía, em primeiro lugar, o domínio das atividades agrícolas e pastoris. (DOLFUSS, 1991, p. 70).

Entretanto, não se pode definir hoje o rural apenas como lugar de atividades agropecuárias, visto que analisar o espaço é muito mais complexo do que fazer um simples contraste dicotômico a partir de uma atividade econômica ou da fisionomia da sua paisagem. Todavia, não há como negar que os critérios funcionais apontam peculiaridades espaciais. Por isso é importante destacar as características de forma e função do espaço rural, na tentativa de tornar menos obscura a delimitação do mesmo, identificando a emergência de relações inéditas e específicas entre a morfologia agrária e a funcionalidade do meio rural.

Nessa tentativa, Dolfuss (ibidem) condensa e aponta ainda os seguintes traços preponderantes no espaço rural:

- i) Domínio de atividades agrícolas e pecuárias – função da manutenção da “paisagem” agrícola;

⁵ Quando nos referimos à relações esparças, pretendemos aludir aos objetos espaciais que no espaço rural, diferentemente do espaço urbano, localizam-se pouco adensados. Ademais as relações sócio-espaciais neste primeiro espaço se dão, em geral, de maneira pulverizada nos seus diversos territórios.

- ii) Relativa “dependência” dos ritmos do meio físico e dos ciclos biológicos – condições pedológicas, climáticas etc.;
- iii) Menor densidade do que no espaço urbano – o preço do solo rural é medido em hectare (10.000 m²), sendo relativamente mais baixo do que o urbano, que é medido por metro quadrado (m²);
- iv) Pouca diversidade do ponto de vista profissional e social – a maior parte da população que vive nestes espaços tem ligação com atividades e práticas restritas e conhecidas amplamente pela sociedade local.

Contudo, nos dias atuais, principalmente nos países industrializados e nas áreas mais dinâmicas dos países em desenvolvimento, são agregadas aos espaços rurais outras funções além das ligadas à produção agrícola, rompendo-se com o relativo isolamento das populações rurais. Assim, o campo abriga também atividades para repouso, lazer, preservação de modos de vida e costumes, tornando-se multifuncional. Na verdade, tratar do espaço rural vai além de simplesmente tomá-lo como o espaço da agricultura. A interação sociedade-natureza ultrapassa os limites da morfologia, abrangendo a dimensão cultural que perpassa a unidade cidade-campo.

Certamente a fisionomia do espaço rural ainda possui peculiaridades, e seus conteúdos constituem-se de processos, estruturas e sistemas de funções tipicamente distintas do espaço urbano. O que é evidente porque na cidade os elementos fixos (paisagem construída) por serem mais adensados, também moldam os fluxos (relações) densamente, enquanto que no rural os fluxos são pouco variados e menos expressivos do que nas cidades, como afirma Dolfuss (ibidem).

Sobre o fenômeno em tela, Teixeira e Lages (1997) afirmam que aquilo que marca o meio rural são as características do ambiente natural somadas a certo tipo de relação (de produção) entre a população e o seu meio, isto porque o espaço não é substrato neutro e passivo sobre o qual repousa a organização social, mas sim um ponto de partida material por excelência; possuindo conteúdo histórico, condicionando as atividades humanas e sendo por ela transformado; portanto é a sociedade que lhe dá vida.

Do ponto de vista econômico e social o espaço rural integra-se ao urbano na medida em que o rural se define como um modo particular de utilização do espaço e da vida social (KAISER, 1990 p. 13). Portanto, os aspectos espaciais deste espaço são moldados de acordo com o modo

capitalista de produção, cuja matriz é urbana. Isto quer dizer que seu caráter fundamental é o fato de pertencer a um conjunto territorial cujo comando pertence ao urbano, formando um *continuum* de dois espaços (o rural e o urbano).

No capitalismo, o espaço rural vem a ser constituído com fortes disparidades, incluindo a permanência e/ou recriação de um “rural idílico”, fossilizado ou não, que funciona como uma rugosidade capaz de re-valorizar o espaço rural para atender a demandas de bem-estar, segurança e lazer de parte da população, muitas vezes de origem urbana. Segundo Santos (2004), durante o processo social, ocorrem distribuições e redistribuições dos fatores sociais, e estas redistribuições acontecem a partir de condições preexistentes, ou seja, formas sociais ou naturais herdadas de momentos anteriores, ao que o autor chama de rugosidades. Assim sendo, tais rugosidades constituem-se como indícios de que a ruralidade, ao invés de se dissolver numa urbanidade onipresente, é recriada constantemente.

O espaço rural tem sido assim transformado e, como mostram Teixeira e Lages (*op. cit.*), essas mudanças são mais evidentes por haver, na atualidade, menor clivagem entre o rural e o urbano e uma convergência ou hibridez entre os dois modos de vida. Nesse sentido, as transformações também são de ordem quantitativa, caracterizadas pelo aumento de produção agrícola com menor população no campo; e de ordem qualitativa, marcadas pela introdução de novas tecnologias, aumento de produtividade e valorização do “rural idílico”. Entretanto, é preciso que se esteja atento às grandes diferenças regionais, papel precípua da Geografia.

Ainda que o rural permaneça nas sociedades modernas como um espaço específico e diferenciado, essas particularidades são notadamente históricas, sociais, culturais e ecológicas, como afirma Wanderley (1997). Ou seja, nos dias atuais, o rural, integrando-se ao urbano, ganha significações específicas, sem, contudo, perder alguns de seus atributos anteriores. Levando em conta que, no plano econômico, o urbano detém o comando, o que, por sua vez, vai interferir na forma e na estrutura do rural, as diferenciações entre estes dois espaços são manifestas, sobretudo, nos planos sócio-cultural e sócio-ambiental.

2.1.2 Espaço Urbano: funcionalidade heterogênea

Assim como o espaço rural, o urbano não se caracteriza apenas pelas peculiaridades da “paisagem”, como também pela diferenciação social e a complexidade do espaço onde, ao longo do tempo, são acrescidas formas espaciais decorrentes das mudanças que a sociedade concretiza no seu próprio processo de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, diz Dolfuss:

O espaço urbano é a superfície ocupada pelas cidades ou pelo menos a superfície necessária ao funcionamento interno da aglomeração. Compreende as áreas construídas, a rede urbana de ruas, as implantações de empresas industriais e de transporte, os jardins, os parques de diversão e de lazer, colocados ao alcance imediato do cidadão. (DOLFUSS, 1991, p. 78).

Além do mais, a conquista de “direitos particulares” que constituíram a burguesia e a sociedade urbana, influíram diretamente na configuração da cidade. Nesse sentido, e a cada dia mais, a intensidade dos deslocamentos e a densidade de pessoas são mais significativas nos espaços urbanos do que nos espaços rurais; quanto maior for a cidade, tanto maiores serão os deslocamentos, de vez que estes abrangem fins ligados ao consumo ou ao trabalho, como assevera Villaça (1998).

Analisando as cidades, Souza (2003) destaca a idéia de que elas são caracterizadas essencialmente como um local de mercado, isto a partir de uma idéia original de Max Weber. Acrescenta-se a este conceito as reflexões de Walter Christaller que mostra a cidade como o lugar central, cuja força centrípeta faz convergir para si às atividades terciárias.

Levis Munford (1998), por sua vez, vê a cidade como o local das maiores ações da cultura humana. Assim, por todas estas características, a cidade é o local para onde convergem os fluxos de capitais e pessoas, e onde, por conseguinte, acontecem com maior acuidade as relações sociais, constituindo-se o lugar de intensos e contínuos deslocamentos.

Uma das funções-chefe da cidade, para o urbanismo, diz Bitoun (1997), é o trabalho, ou seja, este é o lugar para trabalhar. Assim sendo, imagina-se de imediato, que todas as atividades urbanas estão ligadas ao setor terciário da economia (comércio, serviços etc.). Isto parece tão evidente que Paul Singer, em seu livro “Economia Política e Urbanização” (1975), aponta que a origem das cidades e do urbano é baseada na capacidade humana de produzir excedentes, permitindo assim a composição de uma classe social que pudesse viver aglomerada e dedicada a outras atividades que não seja a produção de alimentos. Portanto, trata-se de uma

“inovação da técnica” (SINGER, 1975, p. 15). Nessa ótica o urbano seria o centro da produção não agrícola.

Entretanto, Bitoun (1997) chama a atenção para o fato de que analisar a cidade a partir da Geografia Urbana é uma tarefa que exige o resgate (no sentido de uso) das matrizes deste ramo da Geografia, ou seja, deve-se levar em conta a questão regional, a questão ambiental e a do acesso ao espaço urbano. Portanto, o urbano deve ser analisado interdisciplinadamente, buscando-se entendê-lo em todos os seus aspectos, sociais, econômicos, políticos, espaciais etc.

Um dos aspectos da constituição da cidade é o que se refere à sua dimensão política, ou seja, legal, que no Brasil define cidade através do Decreto-Lei nº 311/1938. No que tange as mudanças territoriais provenientes da urbanização e, portanto, do ponto de vista da gestão do território, o IBGE diz que a cidade é constituída pela área urbana do município, isto é, o local onde está sediada a prefeitura do município cujo perímetro urbano deve ser estabelecido por lei municipal (IBGE, 2000), independentemente do número de habitantes. Vê-se aí que, no Brasil, o aspecto administrativo, na delimitação do espaço urbano, não pode ser subtraído, mas somado aos aspectos sociais, funcionais e físicos.

A esse respeito, Abramoway (2000) e Veiga (2004) chamam a atenção para questões decorrentes da identificação de espaço urbano, apoiado apenas em critérios político-econômicos, o que leva a uma visão de rural como espaço atrasado e ultrapassado, idéia que segundo Wanderley (1997), está longe da realidade brasileira. Outro entrave para a delimitação, do ponto de vista apenas administrativo, do que é urbano e do que é rural, no Brasil, diz respeito a pouca harmonia no que tange aos instrumentos de gestão urbana⁶ como os mostrados por Bremaeker (2001): i) Lei de Perímetro Urbano; ii) Código de Posturas; iii) Código de Obras; iv) Lei de Parcelamento do Solo; v) Lei de Zoneamento e vi) Plano Diretor.

Estes instrumentos, na maioria das vezes, são efetivados na gestão territorial utilizando-se de critérios político-econômicos com vistas ao aprimoramento da arrecadação de impostos como

⁶ Esses instrumentos funcionam como mecanismos que regularizam as ações do Estado no que tange à administração, ao planejamento e à gestão urbanos. Trata-se, portanto, de dispositivos legais, construídos com base territorial, com o intuito de regulamentar o uso do espaço urbano pela sociedade, pelo Estado e pelo capital. Vale salientar que, durante o processo de produção do espaço urbano, novos instrumentos de gestão são criados, na medida em que os territórios vão apresentando necessidades de reformulações e/ou criações de legislação específica, que contribua para a sua gestão.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), inclusive em áreas de chácaras próximas à cidade, sobre a qual se deveria incidir o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Por outro lado, Dollfus mostra que a identificação de espaços urbanos, em todo o mundo, baseia-se em certos números de dados, mas não se pode perder de vista a situação (posição) e o sítio de cada cidade. Isto porque, a densidade, o sítio, a localização, a função e a organização de cada cidade refletem a organização social que é vista na paisagem, principalmente quando se olha internamente para a cidade (espaço intra-urbano) com seus bairros compondo uma totalidade:

[...] a cidade revela em seus diversos elementos espaciais os contrastes econômicos e a ventilação sócio-profissional de seus habitantes. Entretanto, cada categoria, cada grupo localizado num bairro da cidade grande tem uma percepção própria do espaço urbano, seus itinerários e seus contatos sociológicos. (DOLFUSS, 1991, p. 91).

Desta feita, é preciso se estar atento à organização social da cidade, e as relações com seu entorno (região), sem perder de vista a sua heterogeneidade funcional, visto que em cada subespaço intra-urbano as peculiaridades locais influenciam e são influenciadas por seus moradores. Esta influência social ocorre tanto no âmbito do urbano quanto no do rural, sendo que, na cidade, o número de indivíduos concernidos por área é muito mais denso do que no campo.

Portanto, mesmo numa análise do espaço intra-urbano, ou seja, de áreas e não de redes urbanas, levando-se em conta os processos construtivos destes espaços, não se pode deixar de lado o conteúdo e a forma do espaço da fronteira entre o rural e o urbano, ou seja, o espaço periurbano. Isto também porque o espaço geográfico deve ser entendido em sua totalidade e em processo de totalização. Consequentemente, cabe à Geografia apontar:

[...] a diferença da forma que reveste o processo de urbanização derivada das particularidades, especificidades dos lugares [...] considerando-se as continuidades-descontinuidades dos processos histórico-sociais que se desenrolam nas cidades. (BITOUN, 1997, p. 63).

Isto porque, como diz George (1993), cabe ao geógrafo fazer um balanço do espaço geográfico, estudando a relação homem-meio atendo-se às substâncias – aos conteúdos – que compõem o espaço geográfico. Portanto, mesmo que a tendência da urbanização seja de uma lógica homogeneizadora, as cidades e, porque não dizer, os espaços de fronteira urbano-rural

são produtos singulares, ou seja, particulares, que devem ser vistos em sua complexidade e conexão ao mesmo tempo.

A cidade é também um lugar de coexistência de horizontalidades e verticalidades. Horizontalidades e verticalidades são, para Santos (2004), duas segmentações e dois arranjos, resultados das inter-relações e integrações de pontos, da superfície terrestre, que garantem o funcionamento econômico e social, influenciados de ações políticas em territórios e lugares; isso em escalas regionais (horizontalidades) e globais (verticalidades). Com suas próprias palavras:

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. (SANTOS, 2004, p. 284).

Parafraseando Santos, ainda, nos referimos à cidade como lugar de encontro de horizontalidades e verticalidades, os quais, por sua vez, produzem arranjos territoriais que se apresentam contraditórios e conformes ao mesmo tempo:

De um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades... Elas (as horizontalidades) são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2004, p. 286).

Uma vez que o espaço é resultado de processo contínuo, nele vão surgindo elementos como, por exemplo, a ampliação da conexão entre o campo e a cidade, advindo do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional. Daí a importância de se procurar entender as relações complementares entre os dois espaços como totalidade: o urbano e o rural.

A cidade é o lugar do trabalho livre (SANTOS, 2004), portanto trata-se de um lugar revolucionário já que é fundamentado no capitalismo, que é, na sua essência, revolucionário, e, é na cidade que este (capitalismo) encontra lugar de maior consolidação, mesmo que esta (cidade) possua mais rugosidades espaciais do que o espaço rural.

Assim, as relações sociais de produção na cidade acontecem de maneiras distintas das relações no campo. Entretanto, não se pode negar que, embora na cidade esteja o maior desenvolvimento técnico, este surge exatamente do resultado da evolução técnica da agricultura, que passou a produzir excedentes. Por isso as diferenças entre campo e cidade

iniciam-se baseadas nas relações de trabalho e se expandem para os demais aspectos, tanto no meio urbano quanto no rural, diversificando suas funcionalidades.

2.1.3 Relações Rural-Urbanas e Espaço Periurbano: integração híbrida

Tratar de relações rural-urbanas remete-nos, antes de tudo, a pensar em definição/delimitação, ou seja, pensar nos limites da cidade. Assim sendo, é preciso que se leve em consideração algumas variáveis que revelam os aspectos do urbano em relativa distinção com os do rural.

Entretanto, como lembra Nel-lo (1998, apud VALE, 2007), o que torna pouco clara a definição/delimitação do rural/urbano na cidade não é apenas o crescimento urbano intensificado a partir da segunda metade do século XX ou a expansão dos limites urbanos, mas a dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo. Assim sendo, concordamos com Freitas & Couto (2007), quanto afirmam que entender o espaço como um híbrido permite explicar por que existem no espaço urbano elementos típicos do rural e vice-versa. Um desses elementos é a agricultura urbana, objeto central de estudos desta dissertação.

Nesse sentido, vale salientar o que diz Alves (2005), quando mostra que a função da ciência é, a partir dos seus métodos, buscar a “verdade”, mas que esta “verdade” só faz sentido se estiver a serviço do homem. Acrescentamos ainda que o fato do espaço geográfico não ser estático, e que, além do produto, é também condição social, a dinamicidade do seu acontecer leva a dinamicidade, também, da Ciência e, portanto, dos seus conceitos. Trata-se assim, de reflexo da realidade.

Na perspectiva de que o espaço é dinâmico em seu acontecer, e, portanto, os sistemas econômicos e sociais unificam o campo e a cidade, Kayser (1990), além de definir espaço rural, fala também de certa continuidade rural-urbana, ou seja, de entrelaçamento de elementos de um “mundo” no outro. Claro que esta continuidade vai depender do modo de utilização do espaço pelos grupos sociais envolvidos

Portanto, as mudanças sociais, econômicas e das técnicas de produção configuram, no espaço, as transformações já destacadas anteriormente. Então, no sentido de compreender as relações rural-urbanas, buscar-se-á destacar os aspectos espaciais cujas mudanças são mais evidentes, mas ao mesmo tempo são variáveis ativas no processo de transformação do espaço.

Uma das principais variáveis ativas de transformação do espaço geográfico, e que é vista claramente, são os movimentos de população os quais, como afirmava Lefèbvre (1968 e 1978), produzem migrações, concentrações, descentralizações e aglomerações que configuram as relações e diferenças entre o espaço urbano e o rural:

Los cambios económicos y las transformaciones de las técnicas de producción van unicos a importantes movimientos de población: éxodo a las ciudades y desde las ciudades, concentración y descentralización, reagrupaciones, nuevas aglomeraciones. (LEFÈBVRE, 1978, p.103).

Sabe-se que ao processo de industrialização no Brasil, intensificado, sobretudo, na década de 1970, seguiu-se de uma intensa urbanização, inclusive do ponto de vista do contingente populacional e da área urbanizada.

Os efeitos das migrações, as quais, no Brasil, tornam-se mais intensas a partir da década de 1950, são responsáveis pela caracterização atual de diversos lugares. Por isso, contribuem inclusive para a diferenciação dos espaços urbanos ou rurais, como também contribuem para a dinâmica do espaço denominado periurbano, como afirmam Turnowski (1992), Roca (2004), Vale (2005) e outros.

Vale (2007), diz que o “espaço periurbano é uma das muitas denominações utilizadas para designar o espaço rural no entorno sobre o qual se expandem as cidades” (VALE, 2007, p. 05). Ou seja, trata-se de um espaço cuja natureza é essencialmente híbrida de rural e urbano. Por este motivo é que não se pode pensar em relação rural-urbano, especialmente quando se busca analisar esta interface na cidade.

Para vários estudiosos desta temática, o espaço periurbano, em princípio, é caracterizado por suas múltiplas funcionalidades, como mostra Vale (2004), motivado principalmente por estar localizado na fronteira entre o urbano e o rural, sendo a faixa de limite entre os espaços urbano (perímetro urbano⁷) e rural. Estes espaços, portanto, são híbridos de rural e urbano, principalmente no que tange às relações sociais. Assim, do ponto de vista morfológico, podem apresentar paisagens rurais não agrícolas e/ou elementos tipicamente urbanos em meio rural.

⁷ Perímetro urbano, ou limite urbano. Cabe aos municípios, para efeitos urbanísticos e de tributos, definirem os seus perímetros urbanos que devem ser caracterizados pela presença de edificações e aglomeração de pessoas e atividades urbanas. É este perímetro que indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais. No Brasil, este instrumento de gestão urbana, em 1999, estava sendo utilizado em 3,59% dos 5,506 municípios (IBGE, apud BREMAEKER 2001, p. 11). Este mesmo estudo mostra que na Região Nordeste, apenas 820 dos 1.787 municípios utilizam esta ferramenta. Recife não está entre estes municípios. Acredita-se que isto ocorre pelo fato de o município ser considerado totalmente urbanizado, como mostrou Ferreira (2007).

Na busca por uma denominação precisa sobre o espaço periurbano, Vale (ibidem) cita as denominações que também tentaram apreender o processo. A primeira é a de *franja urbana*, defendida por Smith em 1937; outras denominações, que também já foram dadas a esses lugares, são as seguintes: franja rururbana e franja rurubana, dentre outras.

Do ponto de vista clássico, espaços periurbanos são aquelas áreas situadas entre as periferias das metrópoles e as zonas rurais propriamente ditas. Segundo Turnowski (1992), cabe a este espaço a função de integrador e beneficiário da relação entre os dois meios (rural e urbano). Trata-se, portanto, de espaços plurifuncionais, como destacam Vale (2004) e Franca et al. (2005), podendo ser utilizados tanto para agricultura quanto para atividades de lazer e outras, sem, contudo, perder suas particularidades, “ele tem existência própria e se organiza desde/por/para a cidade, mas não é a cidade” (TURNOWSKI, 1992). Isto porque ele possui dinâmica própria (VALE, 2007, p. 01).

Apesar de estarem localizados nas proximidades das cidades, os espaços periurbanos, do ponto de vista da paisagem, apresentam aspectos predominantemente rurais, contudo, nem é espaço rural nem urbano. As áreas periurbanas são áreas de transição entre o campo e a cidade, portanto, nelas são encontradas tanto atividades rurais quanto urbanas. Contudo, o uso do solo, geralmente, é regido por instrumentos de gestão urbana, daí a necessidade de se procurar entender este espaço, uma vez que este é, por exceção, um ponto de transição rural-urbano.

A relação urbano-rural, além do mais, passa pela questão da relação de poder entre os seus agentes, como afirma Rua (2005). Isto porque o uso e a “apropriação” da terra são fundamentais no processo de produção desses espaços. A esse respeito, Lefèbvre (1978), baseado em Marx, dizia que a terra produz rendas diferenciais, conforme seu uso e condicionamentos naturais, de mercado e vias de comunicação. O uso da terra, segundo Lefèbvre (ibidem), é um dos fatores de influência da produção do espaço social, quer seja urbano ou rural.

Assim sendo, Mamigonian (1981)⁸ assegura que as desigualdades e os conflitos de interesses são suscitados na medida em que a “cidade é fruto da divisão social do trabalho a partir de comunidades agrárias” (ibidem, 1981, p. 204). Então, não se trata apenas de

⁸ O referido texto foi perdido durante o processo de pesquisa, por isso não conseguimos os dados necessários para inseri-lo nas Referências. Contudo, a nosso ver, a importância da ideia defendida por Mamigonian não poderia deixar de ser incluída nesta dissertação.

complementaridades de atividades, mas também de outros aspectos que, por sua vez, são revelados, muitas vezes, no processo de *continuum* rural-urbano.

2.2 AGRICULTURA URBANA COMO ARTIFÍCIO DE REPRODUÇÃO ESPACIAL QUE INTEGRA O RURAL COM O URBANO: O FIM DA DICOTOMIA

Já se viu que os limites do rural com o urbano são cada vez mais tênues, embora algumas diferenças ainda sejam claras. E isto tem sido analisado por estudiosos de várias partes do mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, período em que o processo de urbanização, no mundo, torna-se mais intenso.

No bojo das discussões acerca do processo de urbanização, da capitalização do espaço rural etc., mediante a globalização do capitalismo vigente, são notórios estudos que tratam das relações rural-urbanas, em razão da visibilidade das mudanças nestas relações, como mostra Veiga (2007), tanto do ponto de vista econômico, quanto social, político e até ambiental, repercutindo fortemente no processo contínuo de produção do espaço geográfico.

Diante destas mudanças, desde o século passado, buscou-se desenvolver teorias que explicassem as relações rural-urbanas. Mediante o estreitamento das fronteiras entre o campo e a cidade, exacerbado na década de 1970, surgiram duas matizes teóricas, que são antagônicas no que tange às suas hipóteses. Numa, defendida por Henri Lefèbvre, privilegia-se o pólo urbano, enquanto na outra, defendida por Bernard Kayser, privilegiam-se os valores rurais. Contudo, é comum aos dois teóricos a inter-relação desses dois pólos, constituindo um *continuum* rural-urbano.

2.2.1 As Teorias do *Continuum* Rural-urbano

A teoria do *continuum* rural-urbano representa um ponto em comum entre as duas citadas visões, ou seja, rompem-se com a idéia da dicotomia e buscam-se explicar, a partir de pólos diferentes, que há uma continuidade no que tange às relações sociais e econômicas dos dois espaços – o rural e o urbano – no sentido da valorização, talvez pouco demonstrada, do princípio da totalidade do espaço geográfico.

Outro elemento em comum entre Lefèbvre e Kayser é a base conceitual da diferenciação do rural e urbano: diferenciação a partir da perspectiva da divisão do trabalho e dos instrumentos de produção, defendidos por Karl Marx. Para este autor a oposição cidade-campo surge na medida em que:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre o trabalho comercial e o trabalho industrial. Ao mesmo tempo, através da divisão do trabalho dentro destes diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. (MARX & ENGELS, 1987, p. 29)

A partir de uma visão centrada no urbano, Lefèbvre defendia a teoria da completa urbanização, mediante a qual o espaço rural se “esvaziaria” com o crescimento urbano, já que se acreditava no urbano como fonte do progresso, o que levaria ao domínio do urbano sobre o rural.

Quanto à hipótese do renascimento rural, Kayser tomava como base a idéia de que há uma relativa aproximação e integração dos dois pólos antagônicos – o rural e o urbano, formando um *continuum* espacial, com elementos dos dois espaços. Este *continuum* acontece tanto no que diz respeito às atividades econômicas, quanto no que tange ao modo de vida e às posições sociais (WANDERLEY, 2001).

Esta hipótese está fundamentada também numa outra idéia defendida por Karl Marx quando falou que “o desenvolvimento econômico da pequena propriedade camponesa, ou seja, rural, modificou radicalmente a relação dos camponeses em relação às demais classes sociais” (MARX, 1997, p. 131). Que seja, o capitalismo destrói as formas de produção anteriores (a forma da pequena produção rural) porque o capitalismo agrário toma o lugar da pequena produção devido ao mercado capitalizado.

O que ocorria no mundo, no que tange à interação urbano-rural sob a expansão capitalista, nas décadas de 1970-80, influenciou grandemente na proposição de Kayser e claro na de Lefèbvre também. Quanto ao renascimento do rural, Veiga (2004) chama a atenção para o fato de que no referido período havia, na maioria dos países desenvolvidos, uma tendência demográfica oposta ao denominado êxodo rural.

Atualmente, o campo não tem sido esvaziado do ponto de vista demográfico, pelo contrário, alguns dos movimentos migratórios têm sido do espaço urbano para o meio rural, tanto de pessoas quanto de capitais. Portanto, o *continuum* hoje é cada vez mais evidenciado, sem, contudo, haver uma preponderância nem do urbano sobre rural nem do rural sobre o urbano. Desta feita, parece coerente que:

Na atual etapa da globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. (VEIGA, 2004, p. 58) (destaque do autor)

É preciso, portanto, compreender a “ruralidade” dinâmica dos nossos dias. Isto porque, atualmente, utilizar apenas as classificações sustentadas em atividades econômicas ou morfológicas para delimitar as diferenciações entre os espaços urbanos e rurais tornou-se uma premissa insuficiente. Nesta perspectiva, Kayser (1996) já não fala mais em um renascimento rural, mas, de novas ruralidades. Ainda mais porque a expansão do modo de viver urbano, baseado no modo de produção capitalista vigente, com todas as características de uma sociedade pós-moderna, sugerida por Castells (2000) e discutida por Harvey (2002), vem alcançando o campo com o processo de modernização agrícola e com a idealização do rural.

É por isto que, atualmente, as fronteiras entre os espaços rurais e urbanos tornaram-se cada vez mais imprecisas. Abramoway (2000) aponta restrições no sentido da nítida separação entre esses espaços, uma vez que a classificação oficial é definida na intenção de arrecadação fiscal, o que contribui para uma interpretação deficiente do espaço, quando se menospreza a dimensão geográfica, social e cultural, baseando-se apenas em aspectos econômicos. Onde geralmente se traduz o rural como atrasado e o urbano como o moderno e próspero (ABRAMOWAY, 2000).

Assim sendo, Carneiro (1998) diz que o novo conceito de ruralidade está em processo de construção, uma vez que características comuns ao modo de viver urbano também chegaram ao campo, sem, contudo, descaracterizá-lo.

Diante de uma ruralidade que se renova e de uma urbanidade que, também, se encontra cada vez mais autêntica, percebe-se que é preciso entender em que medida a relação urbano-rural deve ser vista como um processo dialético e complementar. Também é preciso que se procure entender o papel da agricultura urbana neste processo integrativo que é a relação urbano-rural.

O espaço urbano e o rural sempre funcionaram, e ainda funcionam, complementando-se. Esta complementaridade existe na medida em que o processo de reprodução de cada um destes espaços acontece de maneira conexa, ou seja, ambos funcionam de forma associada, mantendo entre si relativa vinculação. Nesse sentido, o processo de globalização vigente, atualmente, no mundo, é um fator que, em certa medida, acentua esta complementaridade.

Não estamos aqui falando de complementaridade rural-urbana no sentido de harmonia e equidade de exploração entre ambos os meios, até porque, como mostra Corrêa (1994), já houve uma ruptura deste equilíbrio desde que a sociedade primitiva perdeu sua estrutura igualitária, baseada em laços de parentesco e surgiram novas formas de propriedade, nova divisão social do trabalho, classes sociais, produção de excedentes e novas formas sócio-espaciais deste modo de produção, a cidade.

O sistema urbano, desde seus primórdios, é baseado na exploração do campo, desde o momento em que os cidadãos extraem do campo os excedentes alimentares que garantem sua existência e a reprodução do sistema social urbano. A exploração da cidade sobre o campo, nesta perspectiva, é notadamente dialética, entendendo-se o processo a partir da lógica capitalista, ou seja, desde o período da acumulação primitiva do capital.

Para explicar tal tese, Corrêa (1994) diz que a exploração da cidade sobre o campo e da grande cidade sobre a região vem se tornando, a cada dia, mais exacerbada, fruto dos fatores de uma exploração que ocorre em ciclos. No 1º ciclo, a cidade remove do campo, via emigração campo-cidade; comercialização da produção rural, drenagem da renda fundiária; e no 2º ciclo a cidade exporta para o campo, via investimentos e capitais; distribuição de bens e serviços e difusão de valores e idéias (CORRÊA, 1994, p. 55).

Nesta perspectiva, é evidente que a cidade sempre se opôs ao campo e o quis e quer tê-lo sob seu jugo, no sentido de explorá-lo como fornecedor (de matéria-prima etc. a preços inferiores aos praticados na cidade); e, ao mesmo tempo, como consumidor dos seus bens, serviços, valores e idéias. Sendo assim, a tese da complementaridade seria apenas uma ideologia, como diz Corrêa (ibidem). Não se pode, pois, mais pensar o espaço rural e o espaço urbano como isolados, ou dicotômicos. Atualmente, há de se pensar numa relação complementar, ou seja, um *continuum*.

Mesmo que no capitalismo não possa haver uma total homogeneização espacial, Abramoway (2000) mostra que há lugares, no Brasil e no mundo, em que o espaço rural é mais capitalizado que as cidades dos seus entornos. Não se pode esquecer que todo o desenvolvimento tem uma base territorial e que o espaço rural também é dotado de capital social, além de todos os outros fatores que, juntos, são capazes de promover desenvolvimento dos territórios, como defendem Abramoway (idem) e Veiga (2002 e 2004). Nesse sentido, a agricultura urbana, segundo Mougeot (2000, p. 05), “complementa a agricultura rural em termos de auto-consumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento do mercado”, pode-se assim pensar em complementaridade entre o rural e o urbano.

Pensar o rural como atrasado, descapitalizado e apenas espaço de abastecimento do urbano, é uma idéia que precisa ser revista, não apenas por economistas, mas também por geógrafos. É preciso que atentemos para as dimensões, às vezes pouco claras, das relações rural-urbanas e isto será muito mais profícuo do que nos limitarmos a defender a hegemonia de um ou de outro pólo submetendo outra área à sua hegemonia.

Portanto, falar em complementaridades rural-urbanas não significa, necessariamente, discorrer sobre equidade da “troca de recursos” entre os espaços; mas também é fazer referência à interação entre estruturas, funções e formas espaciais, e é nesse sentido que acreditamos haver, processualmente, complementaridade entre o rural e o urbano, quer seja, também, entre a agricultura e a cidade. Neste sentido, a agricultura urbana assume papel importante no processo de desenvolvimento dos espaços.

A Agricultura e a Cidade: relação remota, conexa e complementar

Um dos mais importantes elementos de delimitação dos espaços rurais sempre foi a predominância das atividades agrícolas. Isso ainda ocorre, como já o dissemos, mesmo diante da atual multifuncionalidade do espaço rural. Contudo, é importante atentar para o fato de que a agricultura e a cidade nutrem uma relação de conexidade, ou seja, complementaridade, desde seus primórdios.

Por outro lado, esta atividade típica do “mundo” rural sempre esteve presente nos espaços urbanos, desde que existem cidades, pelo menos é o que afirma Boukharaeva et al. (2005).

Portanto, a agricultura faz-se presente na cidade como importante fator no processo de produção dos espaços urbanos.

Nesta perspectiva, há até quem defenda a tese de que a agricultura nasceu na cidade. Jacobs (1971) é enfática em afirmar que a origem da agricultura é na cidade. Para esta autora, a agricultura passou a ser produzida nos espaços rurais apenas quando a cidade não detinha área disponível suficiente para o cultivo.

Independente da origem da agricultura, se no campo ou na cidade, as economias urbanas sempre influenciam diretamente nos espaços rurais e vice-versa. Munford (1998) mostrou que nas últimas fases do neolítico, a partir da união de componentes páleo e neolíticos teve-se como resultado uma revolução agrícola. Para este autor, nas aldeias, há 15 mil anos, já se vislumbrava o abastecimento doméstico por reprodução de mudas e criação de animais.

A integração do rural com o urbano parece ser um traço de cunho econômico, social e cultural com repercussão no espaço desde há muito tempo. O que se percebe é que a agricultura existe nas cidades desde seus primórdios. Atualmente, tanto a agricultura urbana, quanto a periurbana e a rural são importantes para a sociedade e as economias espaciais. É consenso, entre os estudiosos, que os espaços urbanos e rurais estão cada dia inter-relacionados. A agricultura urbana é o elemento integrador do rural com o urbano por excelência, mesmo que ela exista mediante integração específica ao modo urbano de vida. Daí nossa defesa de que a agricultura urbana é uma atividade integradora que gera complementaridades rural-urbanas.

Assim sendo, para entender a natureza e a funcionalidade da agricultura urbana, na atualidade, é preciso que se atente, também, para as mudanças ocorridas no espaço geográfico, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, meio, condição, objeto e produto social; portanto condicionante da reprodução social, tanto no âmbito do rural como no do urbano. Deste modo, as questões, na atualidade, devem ser colocadas no sentido de entender o papel da agricultura urbana, da periurbana e da rural, para o desenvolvimento sócio-econômico-espacial dos lugares de vida das pessoas. Propomo-nos a versar, nesta dissertação, apenas sobre a agricultura urbana, uma atividade complementadora, por excelência, do espaço urbano com o periurbano e o rural.

2.2.2 Aspectos Conceituais da Agricultura Urbana

Uma vez entendido que a agricultura é, e sempre foi, um importante elemento de complementaridade entre o rural e o urbano, e tendo levado em conta o seu papel na dinamicidade do espaço geográfico, faz-se mister que tentemos entender: que agricultura é esta produzida na cidade, na atualidade? Quais são os mecanismos, ou seja, quais são as engrenagens desta agricultura? Onde ela é produzida? Precisamos debruçarmos-nos sobre o conceito de agricultura urbana.

Segundo um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999), 800 milhões de pessoas, distribuídas em todos os continentes, praticam, atualmente, agricultura urbana. Por isso, o assunto tem tomado lugar nos debates primordiais tanto pelos estudiosos, quanto pelas ações dos gestores de políticas públicas.

No caso do Brasil, em várias cidades e áreas metropolitanas, são encontradas experiências de agricultura urbana, apoiadas ou não pelo Estado ou Organizações Não Governamentais (ONG's). Diante dessa realidade, há de se questionar sobre a natureza desta agricultura urbana, bem como sobre as formas de uso dos espaços por ela produzidos. Portanto, abordar-se-ão algumas das discussões teóricas pertinentes ao assunto, no sentido de se conhecer, sucintamente, algumas das bases teóricas do que se está chamando agricultura urbana na atualidade.

No sentido de aprofundarmos as discussões acerca do conceito de agricultura urbana, precisamos estar atentos à dimensão espacial desta atividade humana, ou seja, ao uso econômico e político do espaço para fins da agricultura urbana.

Agricultura Urbana e Espaço Geográfico

Sabe-se que os artifícios econômicos e políticos contribuem para o processo de construção do espaço geográfico o qual é, ao mesmo tempo, usado pelas próprias ações sociais, de maneira que é impossível entendê-lo em sua forma, estrutura e função, sem que se leve em conta as suas inter-relações. É nesse sentido que a geografia contribui para uma reflexão acerca da agricultura urbana, visto que se trata de um campo do conhecimento científico e, como tal, possui métodos que possibilitam o entendimento dos processos sociais mediante o uso do espaço geográfico, seu principal objeto de análise o qual, segundo Santos (1985), acha-se em

constante processo de totalização, ou seja, de construção social. E nesse processo as suas formas, funções e estruturas são re-configuradas, de acordo com as ações da sociedade vigente, produzindo paisagens diversas.

A agricultura urbana, com suas engrenagens, permite a realização de fluxos que mostram, também, intensas relações complementares entre o espaço rural e a cidade, uma vez que a cidade não deixa de ser um lugar que, embora pareça o mesmo, assume funções diferentes a cada vez que as situações mudam:

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (SANTOS, 1988, p.52)

Nesse sentido, a cidade, refletindo a sociedade, como diz George (1993), torna-se o lugar onde o homem se utiliza das inúmeras disponibilidades espaciais nela existentes para desenvolver-se economicamente. Nesse processo, a agricultura urbana também tem desempenhado papel fundamental, acontecendo no espaço urbano e trazendo consigo não apenas a prática do cultivo *per se*, como também um conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais. Esta “nova” atividade, então, assume características do modo de vida urbano, constituindo aí novos lugares e assumindo diversas interpretações quanto ao seu conceito.

Agricultura Urbana: uma diversidade de interpretações, um conceito em construção

A maior parte das contribuições teóricas ao debate sobre agricultura urbana tem bases na Agronomia e Economia, talvez em função das suas principais características estarem vinculadas também ao abastecimento alimentar de populações. Contudo, é preciso atentar para o fato de que a agricultura urbana é uma atividade humana a qual, por sua vez, possui também aspectos ambientais, econômicos e sociais, principalmente no que tange à sua relação com os princípios de sustentabilidade, ou seja, desenvolvimento sustentável, como afirma Monteiro (2002). Contudo, convém acrescentar, a importância da dimensão política e da urbanística.

A dimensão política da agricultura urbana, ou seja, a integração da agricultura às políticas urbanas é importante, na medida em que os aspectos institucionais interagem com o espaço e

as suas atividades, dentre as quais a agricultura, permitindo ou entavando o seu desenvolvimento, através de legislação, políticas de desenvolvimento, inclusão social, segurança alimentar etc. No que diz respeito à dimensão urbanística da agricultura urbana, observa-se que tanto a forma urbana quanto a sua dinâmica interferem grandemente na agricultura produzida na cidade. Isto porque as condições socioambientais são fatores importantes para o desenvolvimento da agricultura urbana.

No que tange à dimensão social da agricultura urbana, pode-se destacar diversos elementos, como, por exemplo, questões de gênero, inclusão social, geração de empregos, segurança alimentar etc. No aspecto político, é importante notar que as políticas públicas são importantes fatores para o desenvolvimento e/ou crescimento da agricultura urbana, uma vez que pode ser fonte de recursos, segurança alimentar, inclusão social etc.

Do ponto de vista da dimensão econômica da agricultura urbana, pode-se enfatizar que se trata de um sistema de comercialização diferente (inovador) do habitual, um sistema produtivo que é profundamente integrado ao espaço urbano. A agricultura urbana pode, muitas vezes, dar respostas a crises de abastecimentos locais, tratando-se, neste sentido, de uma atividade que permite retorno econômico.

No que diz respeito à dimensão ambiental, nota-se que, na agricultura urbana, pode ser utilizada a biotecnologia, ou seja, tecnologias inovadoras; também se destaca a questão da água, que pode ser reaproveitada na agricultura, bem como a dos resíduos e sólidos orgânicos. Portanto, a agricultura orgânica, ou seja, aquela realizada sob os princípios da agroecologia, integra-se ao espaço urbano, na medida em que esse espaço oferece infra-estrutura urbanística. Contudo, ao mesmo tempo em que esta infraestrutura contribui para o desenvolvimento da agricultura, pode ser também um entrave a ela. O uso da água, por exemplo, é um fator de extrema relevância para desenvolvimento ou não da agricultura urbana, visto que sua escassez ou abundância, seu valor elevado ou baixo, sua qualidade razoável ou não, dentre outros, são fatores que tanto podem facilitar, como podem impedir o seu desenvolvimento, dependendo dos demais fatores locais.

É importante notar que todos os aspectos referidos à agricultura urbana funcionam imbricadamente. A dimensão espacial é a que mostra esta integração, de maneira que, quando se busca conhecê-la, não se pode negligenciar nenhum destes aspectos, senão corre-se o risco de entendê-la parcialmente, o que pode levar a conclusões que não condizem com a realidade.

O esquema apresentado na figura 03 mostra, didaticamente, que os aspectos da agricultura urbana funcionam integradamente, fazendo parte de um todo, o espaço urbano.

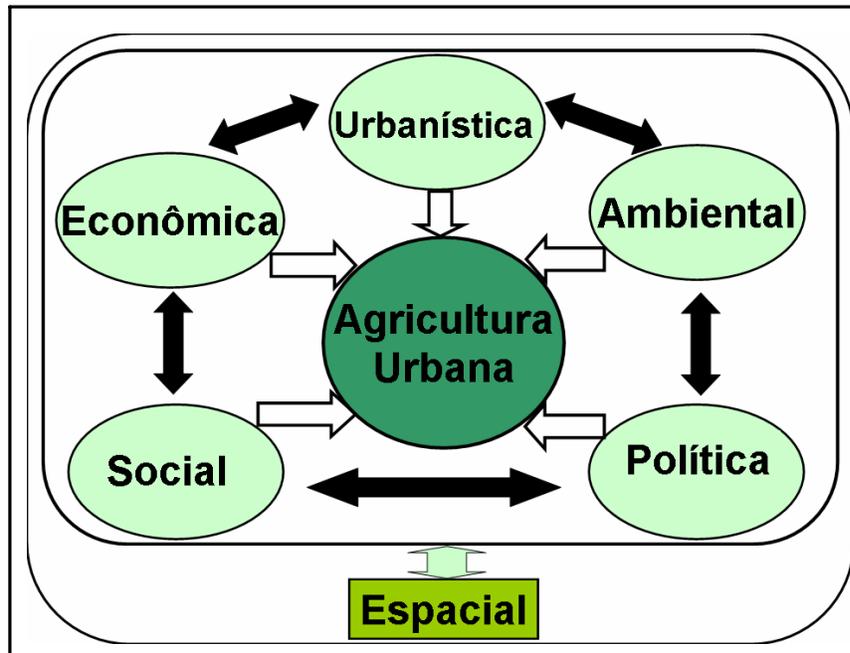


FIGURA 03
AGRICULTURA URBANA – DIMENSÕES INTEGRADAS
Adaptado de Mougeot, 2000.

Assim sendo, fica claro que, para se entender agricultura urbana, é necessário que não se perca de vista as suas especificidades espaciais, sociais e econômicas, uma vez que, embora apresente alguns aspectos semelhantes à prática de Agricultura Rural⁹ (AR), possui peculiaridades não apenas no que tange à sua localização – espaços urbanos –, mas também, como lembra Mougeot (2000), principalmente porque ela acontece integrada intrinsecamente ao sistema econômico e ecológico urbano; o que nos remete à complexidade do espaço urbano.

Este mesmo autor aponta seis fatores principais que devem ser observados na agricultura urbana os quais, por sua vez, contribuem para sua conceituação e definição, quais sejam:

⁹ O termo “agricultura rural” é uma denominação utilizada por diversos autores no sentido de diferenciar a agricultura produzida do espaço rural da agricultura produzida no espaço urbano e assim tornar mais clara a discussão do conceito de agricultura urbana. Embora a atividade, em sua essência, seja a mesma – preponderantemente o cultivo de vegetais ou a criação de animais – possuem elementos diferenciadores como o texto tenta mostrar. Outros estudiosos preferem chamar “campos urbanos” ou “lavouras urbanas” o que aqui chamamos de “agricultura urbana”.

- i) tipo de atividade econômica;
- ii) localização;
- iii) tipos de áreas utilizadas;
- iv) sistema e escala de produção;
- v) tipos de produtos e
- vi) destinação de produtos.

Quando se atenta para o tipo de atividade econômica, há de se levar em conta que, na base produtiva da agricultura, tanto urbana quanto rural e periurbana, inclui-se também o processamento, a comercialização e a interação entre estas fases. Portanto, este elemento, se analisado individualmente, é incapaz de contribuir para a definição da agricultura urbana.

Quanto à localização, não se pode perder de vista a diferenciação da agricultura produzida nos espaços intra-urbanos daquela produzida nas áreas periurbanas, pelo menos no que tange a alguns aspectos, dentre os quais se destaca a escala de produção, que nas áreas periurbanas é maior do que nos espaços intra-urbanos. Esta dimensão da agricultura urbana não pode ser analisada individualmente, uma vez que a localização interfere no tipo de área utilizada e vice-versa.

No que tange ao tipo de área utilizada para a produção, a agricultura urbana pode ser realizada em áreas cedidas, arrendadas ou no próprio local da residência do agricultor etc. Assim sendo, pode-se encontrar agricultura urbana sendo produzida em diversos espaços tais como: margens de rodovias e avenidas, entornos de reservas florestais, manguezais, ilhas urbanas, margens de rios e reservatórios de água, dependências de residências, jardins, escolas, praças, associações de moradores, asilos etc. Esta dimensão, se analisada isoladamente, também é incapaz de cooperar para a definição precisa da agricultura urbana.

As escalas de produção são reduzidas, em sua maioria, se comparadas às escalas de produção da agricultura rural e periurbana. Mas isto não quer dizer que esta relativa redução seja incapaz de permitir sua sustentabilidade, ou seja, sua reprodução e comercialização. Já no que tange aos sistemas de produção, estes são variados, e define os tipos de produtos dos quais os mais comuns são os alimentos para consumo humano ou animal, bem como flores e plantas ornamentais. Na análise desta dimensão é importante estar atento à sua integração, sobretudo, com o tipo de atividade econômica e com o tipo e a destinação dos produtos.

No que tange ao tipo e à destinação desses produtos, a AU acha-se representada por necessidades do próprio auto-consumo ou por necessidades da comercialização ou as duas situações ao mesmo tempo. Portanto, esta dimensão acha-se agregada, sobretudo, ao sistema e à escala de produção e, conseqüentemente, ao tipo de área utilizada.

É importante ressaltar que, dos elementos citados anteriormente, o da localização parece claramente mais contundente para a diferenciação da agricultura urbana com relação à agricultura rural. Por este motivo, é preciso destacar “o princípio da integração ao sistema econômico e ecológico urbano” desta atividade, para que, assim, se possa avançar numa definição mais sólida da agricultura urbana. Como bem mostra Mougeot:

A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da agricultura rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (que será chamado, a seguir, de “ecossistema” urbano). [...] Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhões de anos. (MOUGEOT, 2000, p. 05)

Portanto, ainda no que tange à conexão da agricultura urbana ao ecossistema urbano, Mougeot (ibidem) destaca que este princípio de integração remete a três situações, dependendo do tipo de relação entre o rural e o urbano, e, conforme for variando as circunstâncias, as três situações se destacam ao mesmo tempo.

O **princípio da integração** da agricultura urbana com o ecossistema urbano remete à interação complementar entre a agricultura urbana, a rural e a periurbana; o **princípio da sistemática** refere-se ao tamanho e complexidade (mais ou menos intensiva) da agricultura, dependendo do tamanho do espaço urbano. Acrescentamos que, dependendo do tamanho do espaço urbano, haverá uma relação ainda maior entre a agricultura urbana e a periurbana, visto que os espaços urbanos de grandes cidades e metrópoles são grandemente integrados aos seus entornos, muitas vezes periurbanos. Este segundo princípio remete a um terceiro: o **princípio do crescimento do tipo intensivo** da agricultura urbana. Mougeot (2000) defende que, quanto mais se produzir agricultura numa cidade, tanto mais será intensiva esta agricultura.

As situações que levam a reconhecer os 03 referidos princípios relacionam-se baseados em 06 fatores que são, segundo Mougeot (ibidem): manejo do solo urbano, sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, desenvolvimento urbano sustentável, segurança alimentar, estratégias de sobrevivência urbana e agricultura rural. A esta lista acrescentamos a agricultura periurbana, que é grandemente integrada ao espaço urbano, portanto apresenta grandes semelhanças como a agricultura urbana, mas que tem suas especificidades espaciais. Portanto, não devem ser tratadas (agricultura urbana e agricultura periurbana) como uma só. A figura 04 mostra, didaticamente, a relação entre os 07 fatores que ocorrem com base no princípio da integração/relação sócio-econômico-espacial, ou seja, no das complementaridades.

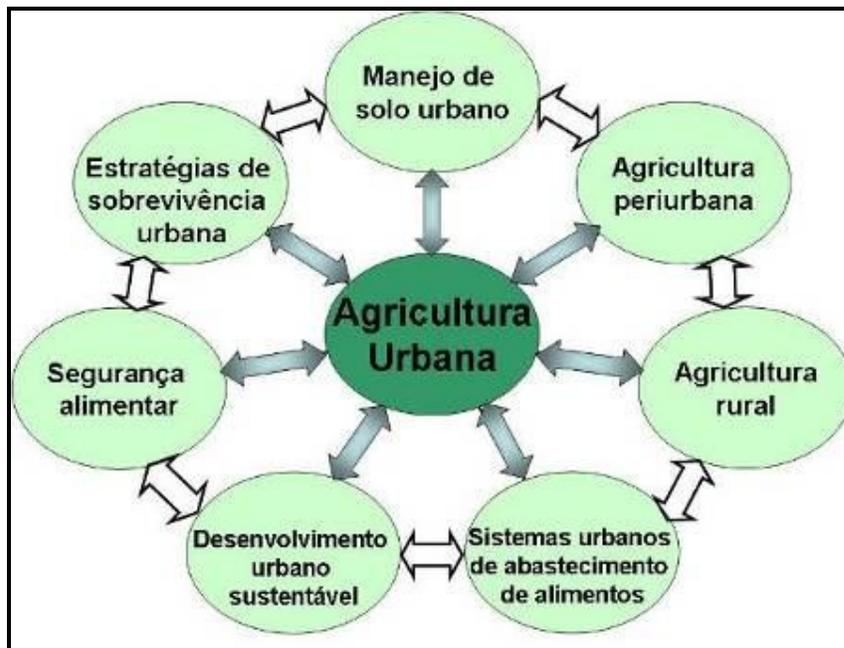


FIGURA 04
AGRICULTURA URBANA – FATORES DE INTEGRAÇÃO/RELAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO-
ESPACIAL.

Adaptado de Mougeot, 2000.

Desta feita, as questões específicas da agricultura urbana, citadas por Monteiro (2002), a saber: questões sociais (acesso à alimentação, saúde, segurança alimentar etc.); econômicas (desemprego, geração e manutenção de empregos, etc.) e ambientais (poluição de águas, ar, solo etc.), somadas às políticas (políticas públicas etc.), estão intimamente imbricadas e não podem ser negligenciadas, quando se pretende entender as engrenagens da agricultura urbana com o conjunto das suas funcionalidades no processo de produção dos espaços.

Segundo Boukharaeva et al. (2005), corroborado por Mendonça et al. (2005), as funções da agricultura urbana residem basicamente em princípios de segurança alimentar, bem-estar (meio ambiente, saúde etc.), identidade e laços de sociabilidade; reforçando a complexidade do tema, tal como estamos defendendo aqui.

Pode-se então entender a agricultura urbana como sendo uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano.

É claro que há uma diversidade de interpretações quanto ao conceito de agricultura urbana e à realidade da própria atividade; tanto que Mougeot (2000) afirma ainda ser preciso decodificar os aspectos conceituais do vínculo entre esta agricultura e o ecossistema urbano, para se poder avançar teórica e operacionalmente.

Por isto, é imprescindível que se leve em conta as especificidades de cada lugar, bem como o tipo, ou seja, qual agricultura urbana se pretende analisar, uma vez que o espaço geográfico não é homogêneo, mas uma instância social. Desta feita, é preciso que se faça distinção da agricultura urbana da periurbana, pelo menos no que tange aos aspectos conceituais, visto que se tratam de espaços distintos (VALE, 2005), e, mesmo que haja semelhanças, é preciso que cada espaço seja entendido como o é na realidade.

Do contrário, as ações desenvolvidas sobre e a partir dos espaços, ou seja, as medidas de políticas públicas para intervenção na agricultura urbana poderão não apresentar os resultados esperados. Entretanto, no que tange à caracterização, para fins de gestão e planejamento, parece não haver nenhuma contradição em vincular as atividades agrícolas dos dois espaços, desde que estejam claras as suas diferenças e semelhanças e que, por sua vez, a gestão seja feita levando em consideração estes aspectos.

Os tipos de cultura/criação na agricultura urbana, ou seja, quanto à atividade, são diversos nos sítios da internet, nos textos publicados em anais e congressos, em jornais e revistas nestes veículos. Vêem-se sempre alusões aos inúmeros tipos de agricultura urbana. Mesmo sabendo que alguns serão deixados de fora da lista, apontaremos os mais comuns, pelo menos os que conhecemos até o momento, como mostrado esquematicamente na figura 05.

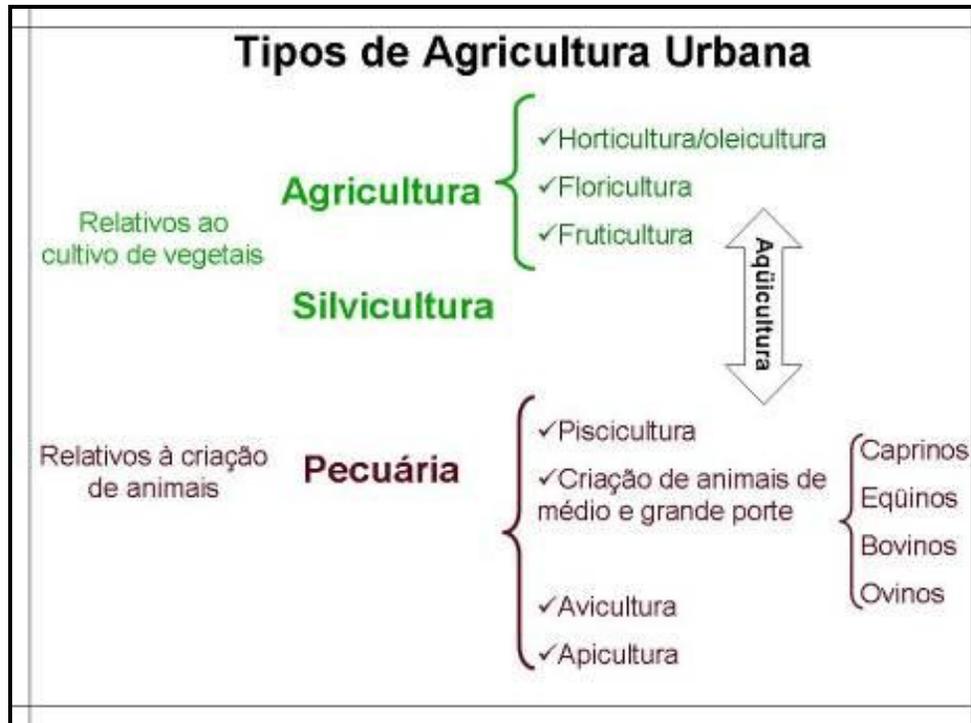


FIGURA 05
 AGRICULTURA URBANA – TIPOS DE CULTURA/CRIAÇÃO
 Elaborado pelo autor.

Para cada um destes tipos de cultura/criação, é preciso que haja elementos suficientes para sua existência: solo, água, adubo etc. Enfim, como qualquer atividade econômica, a agricultura urbana torna-se mais complexa na medida em que aumenta a sua escala de produção mediante a disponibilidade de recursos para sua realização. Daí a importância de se entender, também, a dimensão econômica desta agricultura.

Quando tratamos de agricultura urbana, referimo-nos tanto à prática do cultivo e ao processamento de vegetais, como também às atividades ligadas à pecuária, como, por exemplo, o cultivo de camarões, a criação de peixes etc. No caso de Recife, no presente trabalho, aborda-se-á também o cultivo de hortaliças e fitoterápicos, realizado às margens das rodovias e avenidas, nos entornos de reservas florestais, e em espaços institucionais (escolas, associações de moradores etc.).

Um outro aspecto da agricultura urbana que não pode ser negligenciado é o da dimensão familiar desta atividade. Este aspecto manifesta-se, mais claramente, na medida em que se considera a integração das dimensões econômica, social e política da agricultura urbana. Isto porque o espaço urbano também é utilizado para realização da agricultura, mediante a qual a

família desempenha papel importante nas relações sociais de produção. Destarte, é preciso saber quais são os elementos da agricultura urbana que revelam a sua dimensão familiar, ou seja, a maneira como é organizada essa atividade sob os princípios da Agricultura Familiar (AF).

Elementos da agricultura familiar urbana

Ainda, na busca pelo entendimento do conceito de agricultura urbana, percebe-se que, na realização desta atividade, a família desempenha importante papel como agente espacial. Assim sendo, é preciso que se analise também esta dimensão da agricultura familiar e sua relação com a agricultura urbana.

No âmbito do debate em torno das formas sociais de produção na agricultura, destacam-se diversos aspectos, tais como: a superioridade das grandes explorações sobre as pequenas, da grande eficiência do trabalho familiar sobre o trabalho assalariado, da hegemonia das unidades individuais sobre as formas coletivas, etc. Assim sendo, essa discussão traz à tona, também, temas como o da agricultura familiar, uma forma social de produção que está presente nos espaços urbanos, rurais e periurbanos. Contudo, para compreender a dimensão familiar da agricultura urbana, é preciso que atentemos para as bases teóricas da agricultura familiar.

A maior parte das discussões acerca do conceito de agricultura familiar tem base na Sociologia Rural e na Economia, o que torna mais evidente a dimensão social da produção agrícola a qual, aliás, não é sinônimo de pobreza e nem de sistema arcaico como já foi aventado e mesmo afirmado. A literatura a respeito da agricultura familiar é vasta, com a maioria dos textos mais recentes comungando da idéia de que para se entendê-la é preciso que se atente a questões ecológicas, sociais, políticas e econômicas da atividade humana.

No Brasil, há duas principais vertentes do pensamento sobre a agricultura familiar. Uma delas que considera que a agricultura familiar moderna é gerada a partir das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas e que, portanto, para entendê-la, é preciso que se atente para diversos traços característicos do desenvolvimento agrícola, como mostra Abramoway (1997).

E, uma outra que defende que a agricultura familiar brasileira, em seu processo evolutivo, com significativas raízes históricas vividas pelo agricultor familiar moderno, não representa ruptura definitiva com formas anteriores, mas que, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Portanto, nesta perspectiva o conceito de agricultura familiar é genérico e abrange múltiplas situações (WANDERLEY, 1997, p. 2).

Independentemente da corrente de pensamento que se adote, alguns pressupostos são sempre seguidos, inteira ou parcialmente, quando se pretende entender a agricultura familiar na atualidade. Estes pressupostos são características básicas identificadas por Gasson e Erigton (1993, apud ABRAMOWAY, op. cit.) que definem a agricultura familiar mediante os seguintes aspectos:

- a) a gestão é feita pelos proprietários;
- b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- c) o trabalho é fundamentalmente familiar;
- d) o capital pertence à família;
- e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família;
- f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Abramoway (ibidem) ainda acrescenta que é preciso atentar para o tamanho e a capacidade geradora de renda das unidades produtivas, e que os aspectos “d”, “e” e “f” podem apresentar-se com diferenças, dependendo da realidade econômica, social e política de cada lugar. Em qualquer que seja o país, independentemente do seu sistema político-econômico e social, esta forma de produção particular mostra significativa capacidade de permanência e adaptação às novas conjunturas.

Na perspectiva de que a agricultura familiar é uma categoria genérica, Wanderley (1996) aponta cinco traços identificados por Henri Mendras, os quais mostram a agricultura campesina como uma das formas de agricultura familiar:

Henri Mendras identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. (WANDERLEY, 1996, p. 02).

Desta feita, Wanderley (idem, ibidem) acrescenta que a referida autonomia é demográfica, social e econômica. Por isto, no intuito de atender às necessidades domésticas e à reprodução das famílias pelas gerações subseqüentes, decorrem duas características: a especificidade do sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. A mesma autora destaca que a agricultura familiar pode ser identificada quando se leva em conta a diversidade do sistema agrícola (policultura), a garantia da sobrevivência das gerações, a relativa autonomia das sociedades rurais e o intercâmbio de conhecimentos.

Este último aspecto precisa ser pensado como uma condição atual da agricultura familiar, porque, como mostra Marx (1997), na sua análise sobre a pequena produção camponesa na França do século XIX, o modo de produção do campo isola os camponeses não permitindo o estabelecimento de relações multiformes entre si, e isto, além disso, é agravado pela pobreza dos camponeses e pelo mau sistema de comunicação. Assim sendo, a pequena propriedade...

Não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. (MARX, 1997, p. 127).

Se no século XIX as relações no campo tinham essa forma e estrutura, com o processo de transformações socioespaciais, mediante as necessidades do próprio sistema capitalista, o que se vê atualmente é o fluente intercâmbio de conhecimentos entre os próprios agricultores rurais e urbanos, como se pode constatar em eventos como exposições de animais, feiras de conhecimento dentre outros, realizados em diversas grandes cidades.

Neste caso, acrescentamos que não apenas a agricultura produzida no espaço rural apresenta estas características, como também a agricultura urbana é uma forma social em que aqueles aspectos também se podem achar presentes. Portanto, a agricultura urbana também deve ser considerada como uma “forma particular” da agricultura familiar, desde que as características acima colocadas se façam presentes.

2.2.3 Espaços da Agricultura Urbana no Mundo Contemporâneo

Nos últimos anos, ficaram evidentes as mudanças ocorridas no espaço mundial, tanto no que diz respeito aos arranjos dos objetos espaciais, quanto à organização social. Nesse sentido, Sábato (1993) mostrou que o dinheiro e a razão, elementos que alicerçaram as engrenagens do mundo atual, permitiram ao homem superar o naturalismo em busca de maior produção, transformando a massa humana em máquina. Isto acontece sob a égide do sistema capitalista de produção, que é guiado pela busca do crescimento econômico a todo custo e apoiado na exploração do trabalho, com o propósito principal de produzir um espaço, como diz Harvey (2002), voltado, sobretudo, aos interesses da acumulação de capital.

Deste modo, o espaço urbano estimula fluxos de pessoas, mercadorias, informações, comunicação e capital, induzindo, como diz Santos (2004), à formação de um complexo de relações inter-humanas, exercidas territorialmente em um lugar, cujo principal propósito tem sido a acumulação de capital, mesmo que à custa do bem-estar das pessoas. A agricultura urbana vem sendo moldada de acordo com esse propósito, sob um processo de globalização que é contraditório porque, como mostra Bauman (2001), faz com que a cidade perca sua essência de civilidade, criando territórios cada vez mais “ilhados”. No entanto, não se pode esquecer de que este processo é dialético, portanto ao mesmo tempo em que a agricultura é moldada segundo o modo urbano, ela também participa dessa “modelagem”. Desta forma, é preciso que se conheçam os espaços onde, na atualidade, a prática da agricultura urbana tem sido exercida, de forma muitas vezes fragmentada, quando não marginalizada.

Em diversos países do mundo, em função da visibilidade que a agricultura urbana vem adquirindo, por estar cada vez mais presente nos espaços das cidades, ela também vem sendo considerada nas agendas do planejamento dos Poderes Públicos e das entidades não governamentais, como já foi dito. O que há de comum nas ações destas entidades é que todas buscam garantir o acesso das populações à alimentação, ou seja, à segurança alimentar sem perder de vista aspectos do desenvolvimento humano sustentável. Isto, claro, contribuindo para que a sua função seja ampliada, extrapolando a dimensão da segurança alimentar e considerando o seu papel no desenvolvimento humano.

Segundo um estudo da FAO (1999), a agricultura urbana é praticada nos principais corredores de saída das cidades, bem como nas periferias e nas margens dos rios que correm naqueles espaços, em espaços públicos e privados. O mesmo estudo afirma que isto é possível devido à

capacidade de adaptação da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais.

Observa-se que, em países da África, América Central (Cuba principalmente) e Europa (França e Portugal preponderantemente) há significativos projetos de desenvolvimento da agricultura urbana, e estudos voltados para este tema. Segundo Boukharaeva et al. (2005), no século XX, houve um significativo desenvolvimento, ou pelo menos crescimento da produção da agricultura urbana nos países do Hemisfério Sul. No caso do Brasil, são nas regiões Sudeste e Sul onde as atividades de agricultura urbana se concentram. Entretanto, isto não quer dizer que esta atividade seja apenas desenvolvida nestas regiões. Pelo contrário, como já dito em todas as regiões brasileiras encontram-se cidades que produzem agricultura, construindo e articulando as engrenagens ao seu próprio funcionamento.

As engrenagens do capitalismo globalizado, ao mesmo tempo em que o firmam como modo de produção hegemônico, funcionam como transformadoras dos espaços locais, como diz Bauman (2001), implicando numa série de visões sobre os processos que causam o crescimento da agricultura urbana.

O crescimento demográfico e econômico das cidades levou, segundo Roca (2004), à reconfiguração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais, das práticas sociais etc. Desta feita, parece ser consensual, entre alguns estudiosos, que a densidade populacional e todas as transformações dela advindas têm papel importante no processo de expansão e diversificação da agricultura urbana.

Mas, além da densidade populacional, existem outros fatores de expansão e diversificação da agricultura urbana inerentes a especificidades sócio-espaciais de muitas cidades. Por isso, para entender a realidade, na atualidade, é preciso que se leve em conta, ao mesmo tempo, e dialeticamente, as ações de cada agente modelador do espaço, ou como diz Bauman (1999), “atores da globalização” e os “atores do lugar”, os quais são: a sociedade, ou seja, a coletividade; o capital monopolizador da economia e o Estado, monopolizador (dotado de recursos) da ordem política em defesa do território soberano. Assim sendo, à medida que identificamos o papel da sociedade e o papel do Estado, entendemos que o capital permeia as relações sócio-espaciais, no sentido de sua realização.

É nesse sentido que reforçamos que uma das dimensões espaciais da agricultura urbana é a política, como mostrado na figura 03. Isto porque o Estado, como importante agente de construção do espaço geográfico, detém poder, e este poder contribui para o desenvolvimento ou a eliminação de determinadas atividades sociais, como é o caso da agricultura urbana. Contudo, é importante não perder de vista que, quando tratamos da dimensão política da agricultura urbana, não podemos nos referir apenas à ação direta do Estado sobre o território, é preciso estar atento também a outros agentes que, para desenvolverem suas funções no espaço, são orientados, manipulados e subsidiados pelo Estado.

Mesmo diante de ações desenvolvidas pelo Estado, visando apoiar a agricultura urbana, o que se percebe em todos os relatórios sobre o assunto, tanto naqueles realizados pelos órgãos públicos como pelas ONG`s, é que as ações institucionais são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes sob critérios imprecisos no que tange à eficácia e eficiência da aplicação dos recursos e da abrangência social. Desse modo, percebe-se que a agricultura urbana ainda não tem recebido a atenção necessária da parte dos gestores públicos do planejamento urbano.

No caso de Recife, atualmente, a Prefeitura tem apoiado diretamente, com recursos oriundos do governo federal, doze (12) hortas urbanas. Trata-se, porém, de um número baixo uma vez que cada horta atende entre 03 e 05 famílias, enquanto que apenas na área do entorno do CEASA-Recife, existem dezenas de famílias praticando agricultura (FERREIRA, 2006 e 2007, e FERREIRA & CASTILHO, 2007a). Todavia, mesmo sem esse apoio institucional, parece que a agricultura urbana tem-se expandido e diversificado, significativamente também nesta cidade, fazendo-se assim, uma atividade fundamental no processo de produção do espaço urbano local.

Assim sendo, e tendo em vista as formas, estruturas e funções da agricultura num processo contínuo de reprodução espacial, não se pode pensá-la como sendo uma atividade exclusiva do mundo rural, nem tampouco se pode vê-la mediante uma manifestação dicotômica do real. É preciso pensar a agricultura como uma atividade humana integradora e, portanto, complementar dos espaços urbanos, periurbanos e rurais, e este papel é desempenhado, por excelência, pela face urbana desta atividade – a agricultura urbana. O que cabe, na atualidade, é compreender o papel sócio-econômico e, portanto, espacial desta atividade.

3 O ESPAÇO URBANO DO RECIFE, AS DIMENSÕES DA AGRICULTURA URBANA E A SUA DINÂMICA ESPACIAL

Tratar da dinâmica espacial de um lugar remete-nos, antes de tudo, a atentarmos para as relações entre a localização e à organização dos objetos no espaço. Deve-se, portanto, buscar identificar diferenciações espaciais. Assim sendo, sem a pretensão de percorrer toda a complexidade do espaço urbano do Recife, aborda-se-á, nesta seção, algumas das suas configurações, na perspectiva de identificar as diferenciações espaciais desta cidade em sua relação com a agricultura urbana.

As dimensões da agricultura urbana (social, econômica, ambiental, política e urbanística) serão vistas na medida em que os objetos espaciais socialmente produzidos forem apresentados. Isto porque, o espaço é um todo e os objetos que o compõem co-existem integradamente, da mesma maneira que as dimensões da agricultura urbana funcionam integradamente, constituindo o todo.

Por se tratar da capital do estado de Pernambuco e núcleo de uma região metropolitana¹⁰ (figura 06), a cidade do Recife apresenta especificidades, mas, também, semelhanças com outros núcleos urbanos, principalmente da Região Nordeste do Brasil. Algumas das semelhanças dizem respeito aos diversos problemas sociais, econômicos, ambientais etc. típicos das cidades grandes dos países subdesenvolvidos, como mostrou Melo (1978). Passadas 03 décadas da análise desenvolvida por este autor e mediante a intensificação e consolidação do processo de globalização que torna o local cada vez mais conexo com o global, não se extinguiram problemas antigos, herdados de um processo de excessiva concentração econômica, como mostra Araújo (2000a). Pelo contrário, diversos destes problemas persistem e/ou surgem com outras formas.

¹⁰ RMR – Região Metropolitana do Recife, instituída pelo Governo Federal sob Lei Complementar nº 14 de 09/06/1973. Esta lei foi estabelecida após alguns anos de estudos por profissionais especializados constituindo assim a RMR como unidade organizacional geoeconômica, social e cultural. Isto pelo agrupamento dos municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, e São Lourenço da Mata, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas. A partir da Lei Estadual nº 8.951 e 8.952 de 14/05/1990 foram acrescentados ao grupo os municípios de Camaragibe, Abreu e Lima e Itapissuma. (GADÊLHA, 1997). Atualmente, ela é constituída de 14 municípios. Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe são conurbados com Recife.

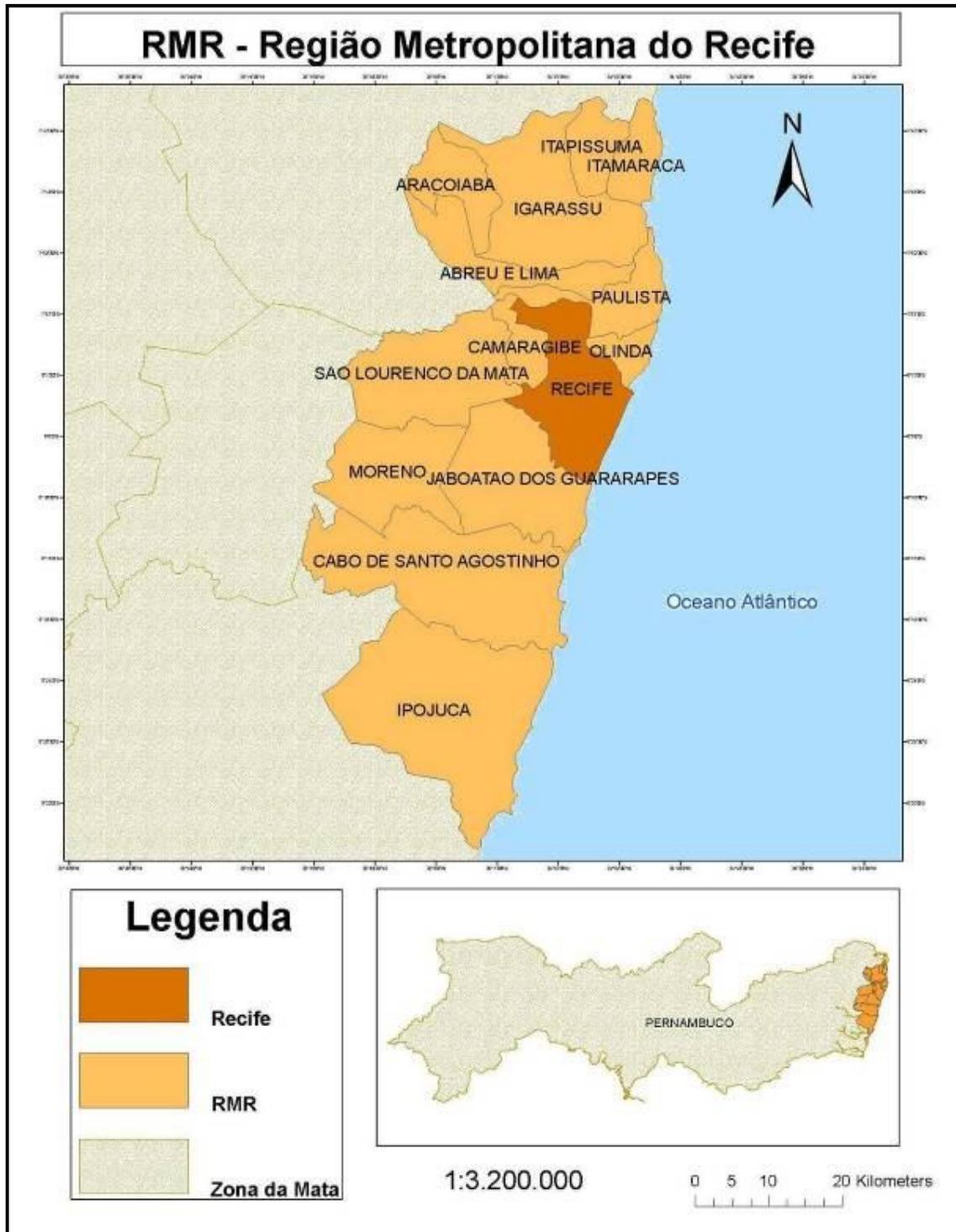


FIGURA 06

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, EM DESTAQUE A CIDADE DO RECIFE, NÚCLEO E CAPITAL DO ESTADO.

Elaborado pelo autor com base cartográfica do ZAPE (PERNAMBUCO, 2001).

Assim sendo, abordar-se-ão, nesta seção, questões da dinâmica espacial local, na perspectiva de entender sua conexão com o global e, claro, com a atividade da agricultura neste espaço urbano que apresenta tanto fatores que limitam, quanto fatores que estimulam o desenvolvimento da agricultura.

3.1 O ESPAÇO URBANO DO RECIFE E OS FATORES LIMITANTES E INCENTIVADORES DA AGRICULTURA URBANA

Para o desenvolvimento das atividades econômicas, em qualquer lugar, é preciso que haja não apenas investimentos financeiros como também deve-se atrelar o desenvolvimento econômico ao social. Ou seja, pensar apenas no econômico, como se este fosse a “força que move o mundo”, é antes de tudo, uma incoerência social. O crescimento, apenas, econômico alcança favoravelmente alguns poucos grupos sociais, mas atinge de forma maléfica os demais grupos. Isto porque, em sua base, o capitalismo promove desigualdades, uma vez que busca a acumulação de capital a todo custo.

Outro aspecto que se deve levar em conta, quando se busca o desenvolvimento de uma atividade social é o que diz respeito aos fatores como: relação sociedade-natureza, ou seja, a forma e o conteúdo de cada espaço. Eles podem contribuir favoravelmente ou entravar tal desenvolvimento. Nessa perspectiva, buscar-se-á compreender as dimensões da agricultura urbana – social, política, econômica, ecológica e urbanística – no espaço do Recife, uma cidade cujos aspectos espaciais são diversos, semelhantes e, ao mesmo tempo, conexos entre si, diferenciando-se de um lugar para outro.

3.1.1 Caracterização do Espaço Urbano do Recife Mediante as Dimensões da Agricultura Urbana

Recife constitui-se de um aglomerado urbano de grande relevância do ponto de vista estadual e regional, como diz Araújo (2000a); isto porque, junto com Salvador e Fortaleza comandam parte relevante da vida econômica do Nordeste. Entretanto, no que tange à caracterização do espaço local, mediante a agricultura urbana, esta cidade também apresenta suas especificidades ambientais, sociais, econômicas, políticas etc.

As condições físico-naturais e as rugosidades do espaço urbano: ambiente propício à atividade agrícola

Do ponto de vista ambiental, ou seja, das condições físico-naturais, Recife apresenta fatores que contribuem para a reprodução e o desenvolvimento da agricultura urbana, tanto para o cultivo de vegetais, quanto para alguns outros tipos de atividades relacionadas com a produção agropecuária. Portanto, faz-se mister que se observe, de maneira geral, o papel do sítio sobre o qual se ergueu a cidade do Recife, bem como as suas condições ambientais na atualidade.

Segundo o Atlas Ambiental da Cidade do Recife (RECIFE, 2000), o sítio sobre o qual se ergueu esta cidade, é composto de uma planície flúvio-marinha, que é circundada por colinas, também de origem sedimentar, formando um anfiteatro.

O mesmo Atlas divide o Recife em 05 ambientes denominados de unidades ambientais: são: i) **Ambiente Litorâneo**, cujo solo de areia é densamente ocupado e economicamente dinâmico; ii) **Ambiente de Planície**, que possui solo de massapê, largamente utilizado para monocultura da cana-de-açúcar até o século XIX, e que hoje é ocupado por mais de 500 mil pessoas, grande parte da agricultura urbana produzida nesta cidade tem lugar nesse ambiente; iii) **Ambiente do Baixo Estuário**, onde ocorre encontro de água doce com salgada, formando manguezais, que passam por processos de aterros desde o início da história dessa cidade, atualmente a carcinocultura tem lugar nesse ambiente; iv) **Ambiente Aquático**, com o qual a sociedade local nutre intensa relação, tanto que os habitantes do Recife, já foram conhecidos como homens anfíbios; e v) **Ambiente dos morros**, cuja altitude das colinas varia entre 50 a 80 metros na área sul da cidade e alcançam os 100 metros nos tabuleiros e chãs da área norte.

Nas áreas norte e noroeste da cidade, nos bairros da Guabiraba e Pau-Ferro, estão localizadas diversas chácaras, granjas etc. tanto que no zoneamento urbano do Recife, realizado em 1949, estas áreas eram consideradas semi-rurais. Atualmente, como o município do Recife é considerado 100% urbano (PERNAMBUCO, 1981- 1991), a agricultura ali produzida apresenta algumas características de agricultura periurbana.

Do ponto de vista hidrográfico, o Recife é banhado pelos rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jiquiá e Jordão, além de diversos canais e córregos que passam por entre as colinas, sendo este um dos fatores que contribuem para o fato de grande área da cidade apresentar solos

aluviões, argilosos e areno-argilosos. A figura 07 mostra os tipos de solo do Recife, e a figura 08 mostra a aptidão destes solos para o cultivo de produtos agroecológicos. Vale salientar que os princípios agroecológicos, aplicados à agricultura urbana, contribuem como fatores de sustentabilidade ambiental, por isso a maior parte da agricultura urbana no mundo é realizada sob estes princípios.

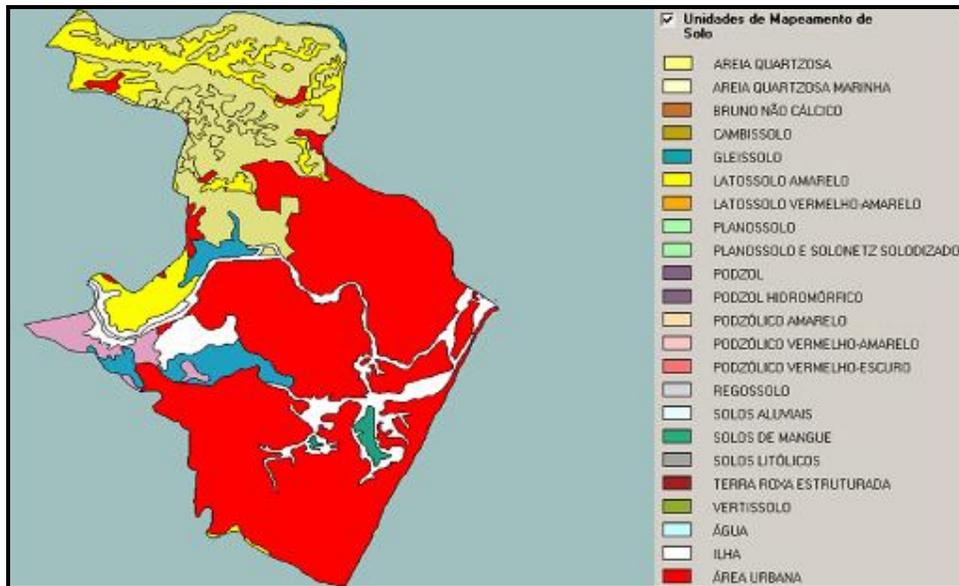


FIGURA 07
UNIDADES DE MAPEAMENTO DE SOLO DO RECIFE
Fonte: ZAPE (PERNAMBUCO, 2001).

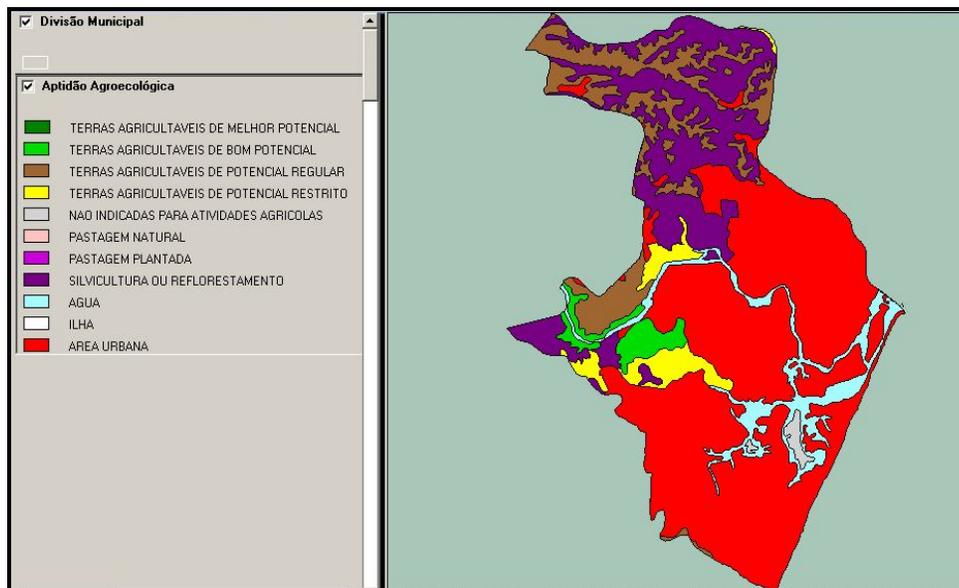


FIGURA 08
APTIDÃO AGROECOLÓGICA DOS SOLOS EM RECIFE
Fonte: ZAPE (PERNAMBUCO, 2001).

Sobrepondo-se às informações contidas nas figuras 02, 07 e 08, percebe-se que as áreas nas quais se pratica agricultura em Recife variam entre “terras agricultáveis de bom potencial” a “não indicadas para atividades agrícolas”. As áreas “não indicadas para atividades agrícolas” são algumas das quais são utilizadas para cultivos de camarões, mariscos etc. uma vez que se constituem de solos típicos de mangue. As áreas de “silvicultura e reflorestamento” são as que abrigam as reservas florestais da cidade.

Um outro aspecto a ser destacado, no que tange às condições ambientais, é o que diz respeito às chuvas que ocorrem, em sua maioria, no outono e no inverno. Somando-se este dado ao da temperatura média do local que é de 25,4° C, classifica-se o clima do Recife, segundo Köppen, de Tropical quente-úmido, ou seja, AS'. Este fator é importante, na medida em que, nem sempre os agricultores urbanos têm acesso à água para irrigação, e quando o tem, o custo para utilizá-la pode diminuir a lucratividade da produção.

Os fatores climáticos influenciam diretamente na vegetação dos lugares. Assim sendo, em Recife encontra-se uma cobertura vegetal típica de diversas cidades litorâneas brasileiras e, especialmente, nordestinas. O Atlas Ambiental do Recife (Recife, 2000), diz que a cobertura vegetal desta cidade é composta de remanescentes de mata, variando de grau de conservação, mediante a ocupação urbana. O quadro 01 mostra que mais de 10.000 ha. do território do Recife possui revestimento vegetal.

Padrões Vegetais	Área coberta	
	ha.	%
Vegetação Arbórea densa	1.833,3	8,5
Vegetação Arbórea aberta	1.693,9	7,7
Vegetação Arbustiva densa	909,1	4,2
Vegetação Arbustiva aberta	549,5	2,5
Vegetação Arbustiva Herbácea	523,6	2,4
Vegetação Herbácea	1.035,6	4,7
Vegetação de Mangue	432,3	2,0
Campos de várzea	240,2	1,1
Aracaceae	118,8	0,5
Pomar	1.598,8	7,3
Cultura de subsistência	1.099,5	5,0
Total	10.034,6	45,9

QUADRO 01

DIMENSIONAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO RECIFE

Fonte: Atlas Ambiental do Recife (RECIFE, 2000).

Contudo, diante destes dados, não se pode deixar de observar que parte do que o Atlas Ambiental considera revestimento vegetal, trata-se de pomares e cultura de subsistência, ou

seja, agricultura urbana, praticada no ano de 2000, em mais 12% do território municipal, como se pode ver no quadro 01. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Recife conta com 151 hectares com matas e florestas e 247 com pastagem natural.

Portanto, ao que parece, Recife possui condições físico-naturais propícias ao desenvolvimento da agricultura urbana. No entanto, convém lembrar que para que isso ocorra não basta apenas que os fatores ecológicos sejam favoráveis à agricultura, é preciso também, que haja coerência com todos os outros fatores.

Aspectos demográficos e de urbanização: agricultura urbana como rugosidade espacial

Os movimentos de população são de fundamental importância para as transformações do espaço geográfico, já que eles produzem migrações, concentrações, descentralizações e aglomerações, ou seja, diferenciações espaciais quanto à distribuição, à densidade etc. Ademais, as concentrações, aglomerações, etc. ocorrem tanto no que diz respeito à população quanto aos objetos geográficos. Assim sendo, os espaços urbanos são mais ou menos urbanizados, economicamente produtivos, etc. mediante as densidades das ações do homem sobre ele. Deste modo, é de grande importância que se atente para a questão da urbanização do Recife, quando se pretende entender a agricultura urbana neste espaço.

Recife possui área territorial significativamente construída e densamente habitada, segundo os dados oficiais (IBGE, 2000). Contudo, é preciso ir além dos dados *per se*. Deve-se ter em vista o real, ou seja, a dinâmica espacial dos lugares. Para entender a agricultura urbana não basta se observar apenas o grau de urbanização de um espaço, mas atentar, também, para a funcionalidade que a sociedade o confere e, por sua vez, a importância maior ou menor que se dá a agricultura urbana nestes espaços.

A distribuição populacional não ocorre homogeneamente no espaço, ou seja, numa mesma cidade há alguns lugares densamente construídos e habitados e outros com menores concentrações de pessoas e objetos urbanos. Ademais, os fatores de crescimento populacional são de grande relevância para o processo de urbanização mais ou menos adensado, permitindo que, alguns espaços da cidade sejam utilizados para agricultura, mesmo mediante a total urbanização, processo este que, no caso de Recife, foi iniciado desde o século XVII.

Em seu processo evolutivo de urbanização, Recife, cresceu em extensão territorial e importância, principalmente a partir da Conquista de Pernambuco pelos holandeses no século

XVII¹¹. O governo de Maurício de Nassau executou grandes obras urbanísticas tais como: saneamento, construção de grandes edifícios e pontes, dentre tantas outras obras. Com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo, e no Brasil, especificamente a partir da segunda metade do século XX, houve também nos espaços intra-urbanos um forte processo de urbanização. No caso de Recife, no final dos anos de 1980, a população rural deixa de ser contabilizada nos anais de contagem da população, com a argumentação de serem números inexpressivos. Como se pode ver na tabela 01, o crescimento da população é notoriamente urbano. Ou seja, já se vê o espaço deste município totalmente urbanizado.

Recife - Evolução da População Residente por situação (1980 - 2000)			
Ano	Urbana¹	Rural²	Total
1980	1.183.363	20.524	1.203.887
1981	1.184.215	20.523	1.204.738
1982	1.183.391	20.508	1.203.899
1983*	1.217.100	18.300	1.235.900
1984*	1.228.600	18.200	1.246.800
1985*	1.240.300	16.700	1.257.000
1986*	1.281.200	11.250	1.284.700
1987*	1.276.750	-	1.276.750
1988*	1.288.500	-	1.288.500
1989*	1.300.250	-	1.300.250
1990*	1.312.600	-	1.312.600
1991	1.323.250	-	1.323.250
1996	1.346.045	-	1.346.045
2000	1.422.905	-	1.422.905

Notas:

1 Inclusive população residente em áreas urbanas isoladas;

2 Inclusive população residente nos aglomerados rurais;

* Estimativa de população residente;

A partir de 1987 não se projetou população rural por ser inexpressiva.

TABELA 01
RECIFE - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE
POR SITUAÇÃO DE 1980 A 2000.
Fontes dos dados: Pernambuco, 1981 – 1991 e IBGE, 1991 e 2000.

Até 1986, a população rural de Recife correspondia a 0,87% do total da população. Isso se pode verificar na tabela 02, mediante a qual se percebe que as taxas de urbanização de Recife

¹¹ Mais precisamente, entre os anos de 1630 e 1654; embora as ações urbanísticas promovidas pelos batavos, no sentido de fazer do Recife o centro de sua "colônia", tenham tido o seu grande impulso a partir de 1637, com a chegada do Conde Maurício de Nassau-Siegen.

já eram elevadas desde os anos 1940, e segue aumentando até alcançar os 100% no censo demográfico de 1991.

Recife - Taxa de Urbanização 1940 - 2000				
Ano	Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	*** Tx. Urbanização %
1940*	348.400	****	****	93,06
1950**	533.844	****	****	97,65
1960**	797.200	788.600	8.700	98,91
1970	1.060.701	1.046.320	14.381	98,65
1980	1.203.887	1.183.363	20.524	98,30
1991	1.298.229	1.298.229	-	100
1996	1.346.045	1.346.045	-	100
2000	1.422.905	1.422.905	-	100

Notas:

* Dados de Melo, 1978;

** Dados do Censo 1950 disponível:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_XVII_t1_PE.pdf> Acessado em 03/10/2006. Para os anos de 1970, 1980 e 1991;

*** Dados de Souza, 2001;

**** Sem dados

Demais: IBGE - Censo Demográfico 2000 disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 05/09/2006.

TABELA 02
RECIFE - TAXAS DE URBANIZAÇÃO DE 1940 A 2000.
Fontes dos dados especificadas na própria tabela

Observando as referidas tabelas, no seu conjunto, nota-se que a população urbana de Recife cresce com taxas que seguem relativamente à média nacional que são de 67,70% em 1980, 75,47% em 1996 e 81,23% em 2000 (SOUZA, 2001). Entretanto, como a área territorial da capital pernambucana é relativamente pequena, 218,7 km² (IBGE, 2000), sua densidade demográfica é de 6.497,2 habitantes por km², sendo a segunda mais elevada do Nordeste, segundo dados do IBGE (2000) e da SUDENE (1999).

Esta intensa urbanização do Recife é evidenciada de diversas formas nos documentos oficiais que dão suporte à gestão pública. O Zoneamento Agroecológico de Pernambuco/ZAPE (PERNAMBUCO, 2001), é outro documento que mostra que Recife apresenta a maior parte do seu território urbanizado (figura 09).

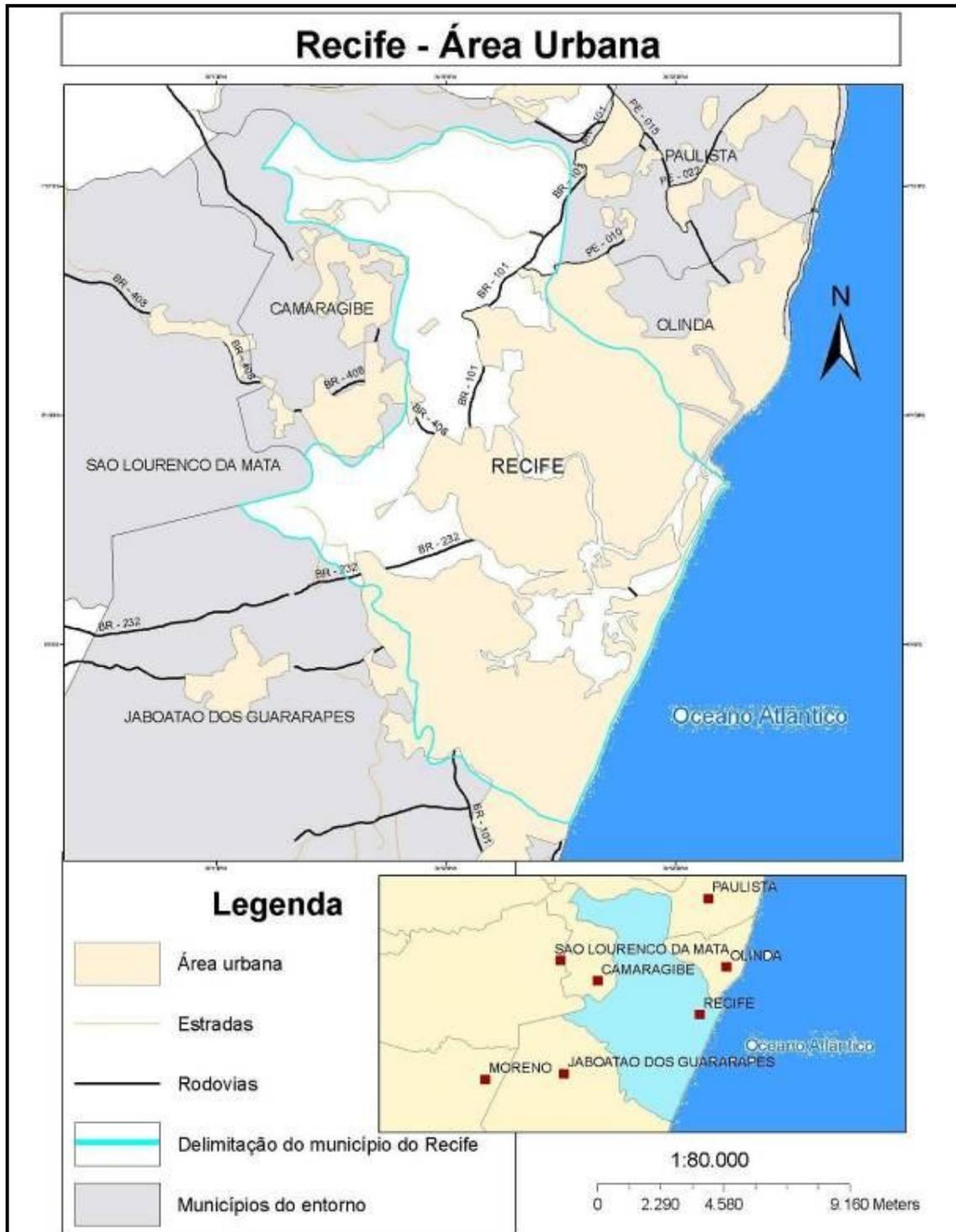


FIGURA 09

RECIFE – ÁREA URBANA.

Elaborado pelo autor com base cartográfica do ZAPE (PERNAMBUCO, 2001).

As áreas que aparecem na figura 09, sem urbanização, são as que constituem o ambiente aquático, as reservas florestais e as que estão localizadas nas áreas limítrofes com os municípios vizinhos de Olinda, Camaragibe, São Lourenço da Mata e Iboatão dos Guararapes. Vale salientar que, excetuando Recife, os municípios supracitados consideram as suas áreas em destaque como rurais, periurbanas ou semi-rurais.

Outro aspecto que deve ser considerado refere-se à forma de urbanização do Recife. Segundo Pontual (2001), este processo ocorreu de forma tentacular, a partir da segunda metade do século XIX, com o aparecimento das ligações (caminhos) do centro até os subúrbios. Na década de 1940, quando foi desenvolvido o Plano de Urbanização e Desenvolvimento do Recife, foram realizadas diversas pavimentações, interligando avenidas (PONTUAL, 2001). Com o passar do tempo, as edificações foram preenchendo os espaços existentes entre os citados tentáculos, dando origem a vários bairros, mudando a fisionomia da cidade e interligando fisicamente os territórios.

Os processos que configuraram a mancha urbana do Recife são elementos que significam rugosidades importantes para a dinâmica urbana atual e, claro, para a agricultura desenvolvida nesta cidade. O processo de urbanização e o aumento do contingente populacional na cidade, mediante as transformações econômicas, políticas e sociais, excluíram a monocultura da cana-de-açúcar, permanecendo impressa suas marcas em diversos bairros através de denominações (Engenho do Meio, Casa Forte etc.) e de edificações (Sobrado da Madalena, casario em Apipucos etc.). Diversos lugares, portanto, são atualmente usados para uma nova agricultura urbana representando rugosidades espaciais. A figura 10 mostra algumas dessas rugosidades.



FIGURA 10

RUGOSIDADES – CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES DO PERÍODO DOS ENGENHOS EM RECIFE E A PRÁTICA CONTEMPORÂNEA DA AU.

Fontes das figuras: [HTTP://WWW.FUNDAJ.GOV.BR/NOTITIA/SERVLET/NEWSTORM.NS.PRESENTATION](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation).
[HTTP://WWW.RECIFEMINHACIDADE.HPG.IG.COM.BR/MENU_INDICE/MONUMENTOS/SAGRADA_FAMILIA.HTML](http://www.recifeminhacidade.hpg.ig.com.br/menu_indice/monumentos/sagrada_familia.html).
[HTTP://IMAGES.GOOGLE.COM.BR/IMGRES?CIATUR.PE.GOV.BR/IMAGES/INTERNA_CLIP_IMAGE004.JPG&IMGREFURL](http://images.google.com.br/imgres?CIATUR.PE.GOV.BR/IMAGES/INTERNA_CLIP_IMAGE004.JPG&IMGREFURL)
[HTTP://IMAGES.GOOGLE.COM.BR/IMGRES?IMGURL=HTTP://WWW.LAR.COM.BR/IMG/IAIPUC.GIF&IMGREFURL](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.lar.com.br/img/iaipuc.gif&imgrefurl).
[HTTP://WWW.BBC.CO.UK/PORTUGUESE/ESPECIAL/IMAGES/183_PARIS/3122454_FRANSPOST.JPG&IMGREFURL=](http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/images/183_paris/3122454_franspost.jpg&imgrefurl)

Acessos em: 22/12/2008.

Contudo, vale salientar que a agricultura urbana praticada, atualmente, em Recife, pouco tem a ver com o período da monocultura da cana-de-açúcar. Trata-se, hoje, de uma produção agrícola que muito mais possui vínculos com o modo de vida urbano e os processos de urbanização atuais. A maior parte dos agricultores em Recife, atualmente, é emigrante do interior do estado, mas que pouca relação tem com a cana-de-açúcar, são agricultores voltados à agricultura familiar. Dependendo da localização e do perfil produtivo de cada área da cidade, os agricultores apresentam perfis distintos, e conseqüentemente a motivação para a prática da agricultura. Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a produzir agricultura na cidade, ouviu-se dos agricultores o seguinte:

“Estava faltando as coisas em casa e tinha um monte de terra que era só mato, pertinho de casa, então fui plantar pra ter o que comer e arrumar dinheiro. Eu vim do Sertão faz mais de 40 anos. Trabalhei no cabo da enxada a vida toda, até vir pra Recife. No meio de um monte de casas, prédios e asfalto a gente ainda encontra

lugares como esse aqui que dá pra plantar ”. (Transcrição de um comentário de um agricultor, próximo ao CEASA, em agosto de 2008). (Foram feitas correções ortográficas).

“Eu sou aposentado, mas a família é grande, eu vim do Sertão, aqui tinha essa área toda com mato, terra boa, várzea aí eu peguei a enxada e fui pro mato, depois encheu de gente, mas dá pra todo mundo”. Hoje está diferente, a terra está muito fraca e tem uns donos de terras aqui que são ricos aí a gente que é pequeno, fica só comendo a rebarba. (Transcrição de um comentário de um agricultor, próximo ao CEASA, em agosto de 2008). (Foram feitas correções ortográficas).

“Essa terra aqui é muito boa, a gente já plantava faz muito tempo. Um tempo desses vieram uns professores e estudantes da faculdade querendo ajudar a gente, eles ensinaram a trabalhar em grupo, mas quando eles foram embora, só algumas pessoas como eu continuamos plantando, o resto abandonou. Na verdade a gente quer continuar plantando o que a gente come e não essas plantas medicinais que não rende nada pra gente”. (Transcrição de um comentário de um agricultor, próximo ao Horto de Dois Irmãos, em outubro de 2008). (Foram feitas correções ortográficas)

“Chegou um pessoal aqui, da Prefeitura, sei lá, e disse que quem quisesse trabalhar com agricultura era só se cadastrar, foi um monte de gente, mas o trabalho é pesado e a gente não vê resultado logo, por isso saiu todo mundo, só fiquei eu. Nem meus filhos quiseram continuar”. (Transcrição de um comentário de uma agricultora, no CSU – Totó, em outubro de 2008). (Foram feitas correções ortográficas).

Ao que se vê, embora as realidades sejam distintas, o principal fator que motiva a agricultura urbana tem base familiar e não aparentam ter nenhuma ligação com a monocultura da cana. Portanto, sua forma rugosa no espaço tem muito mais a ver com o modo de vida rural dos primeiros agricultores durante o processo de configuração espacial da cidade, do que com o sistema econômico da monocultura. O processo de urbanização contribuiu para a reprodução da agricultura sendo que com formas diferentes da monocultura e da agricultura tipicamente rural, tendo em vista a procedência dos agricultores. A agricultura em Recife não chega a ser uma atividade praticada como lazer, como acontece com a pecuária em João Pessoa (PB) segundo Maia (2001) mas, as referências culturais, sociais e econômicas das origens dos agricultores contam em grande medida na constituição da agricultura praticada hoje em Recife.

Portanto, o modo da agricultura rural, antes praticada pela população que hoje é imigrante, aliado às necessidades de sobrevivência na cidade e à ociosidade de terras nos diversos espaços urbanos, são os principais fatores para a reprodução da agricultura urbana. Vale salientar que grande parte dessa população migrou de cidades ou de zonas rurais do interior do estado, trazendo consigo hábitos ligados ao modo de vida no campo, dentre os quais a prática da agricultura. E se, atualmente, a agricultura praticada na cidade possui outra

configuração, uma vez que grande parte dos agricultores já não são os mesmos que iniciaram as atividades há dezenas de anos atrás, é em certa medida porque a agricultura foi moldada processualmente ao desenrolar do espaço urbano, com seus diversos usos, mediante diferentes aspectos sociais, econômicos e políticos.

Uso do solo urbano para a agricultura, mediante a sobreposição de aspectos econômicos sociais e políticos.

O uso do solo urbano acontece mediante a superposição de aspectos econômicos, sociais e políticos. Logo, a agricultura urbana poderá desenvolver-se, ou entrar-se, dependendo das ações dos agentes sociais locais e externos a cada lugar. O espaço vai sendo processualmente moldado mediante as transformações nos âmbitos econômico, político e social. Assim sendo, a agricultura produzida no Recife, foi também, sendo moldada mediante as transformações espaciais locais.

No que tange aos aspectos econômicos, a agricultura perdeu sua importância desde o tempo em que a base da economia do Recife passou a ser de atividades terciárias. Se Recife iniciou como uma colônia de pescadores, posteriormente tomou função portuária, e hoje se constitui um pólo de serviços. (ANDRADE, 1979, p. 37). A tabela 03 mostra que os valores da agropecuária, adicionados ao Produto Interno Bruto (PIB) do Recife, são irrisórios, na atualidade.

Recife - Produto Interno Bruto 2005		
Descrição	Valor	Unidade
Valor adicionado na agropecuária	7.506	mil reais
Valor adicionado no Serviço	11.018.045	mil reais
Valor adicionado na Indústria	2.499.304	mil reais
Valor adicionado no Serviço	11.018.045	mil reais
Impostos	3.139.614	mil reais
PIB a Preço de mercado corrente	16.664.468	mil reais

TABELA 03

RECIFE – PRODUTO INTERNO BRUTO – VALOR ADICIONADO EM 2005.

Fonte dos dados: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em:

[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/CIDADESAT/TOPTWINDOW.HTM?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1). Acesso em: 12/07/2008.

Os valores movimentados na economia local, referentes à agropecuária, correspondem às atividades de produção vegetal e animal nas diversas unidades produtivas distribuídas pela cidade (figura 02). A produção agropecuária tornou-se mais evidente, nesta cidade, por volta dos anos 2000 quando ONG's, o Estado e universidades passaram a apoiar os agricultores urbanos, através de recursos financeiros, apoio técnico etc. Segundo o IBGE, em Recife, em 2003 havia 871 ha. de área plantada e 704 pessoas ocupadas em atividades distribuídas em agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (IBGE/CIDADES, 2007), como mostrado na tabela 04.

Recife - Pessoal ocupado e salário na Agropecuária - 2003		
Atividade	Pessoal	salário
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	704	4.603 mil reais
Pesca	339	1.866 mil reais

TABELA 04

RECIFE – PESSOAL OCUPADO E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2003

Fonte dos dados: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2003).

Numa pesquisa mais detalhada, realizada pelo IBGE, em 2006, o Censo Agropecuário, verifica-se que, em Recife, havia 360 hectares utilizados, de alguma forma, para agricultura urbana, a tabela 05 mostra isso.

Recife - Número de estabelecimentos e área ocupada com agricultura urbana - 2006		
Tipo de estabelecimento	Quantidade	Área
Lavouras permanentes	33	14 há
Lavouras temporárias	124	195 ha
Matas e florestas	16	151 ha
Total	175	360 ha

TABELA 05

RECIFE – NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E ÁREA OCUPADA COM AGRICULTURA URBANA EM 2006

Fonte dos dados: IBGE/Censo Agropecuário 2006 - Resultados Preliminares

Pelo visto, a agropecuária em Recife é pouco integrada ao desenvolvimento econômico local, e a agricultura ainda está menos integrada. Ao que parece, a agricultura urbana é vista como uma atividade como atividade ‘passa-tempo’, que pode auxiliar na diminuição da insegurança alimentar para os grupos pobres da cidade. Mesmo que assim o fosse, a agricultura urbana já desempenharia papel social importante, na cidade. No entanto, é preciso considerar o fato de que os grupos de pessoas envolvidas com a agricultura urbana em Recife são de pobres que buscam, nesta atividade, uma forma de complementar suas rendas familiares. Portanto, trata-se de uma atividade econômica importante para os envolvidos. Assim sendo, ao ter sido desconsiderada, durante algum tempo, a atividade não era incluída no planejamento urbano e desconsiderava-se também todos os benefícios que ela pudesse oferecer para a população da cidade.

A agricultura, em Recife, tem lugar em áreas da cidade que são desprovidas de construções ou de outras formas de urbanização (parques, jardins, praças, margens de rodovias e de reservas florestais etc.), como mostrado na figura 02. As áreas ociosas são ocupadas de duas formas: ou são “invadidas” por famílias que constroem casas formando as “favelas”¹², ou são ocupadas para a produção de alguma atividade econômica, dentre as quais a agricultura.

O tipo específico da atividade de cultivo que se está procurando analisar, nesta dissertação, foi classificado em 03 grupos, conforme os tipos de espaço que são utilizados e a relação dos grupos sociais com estes espaços: i) Agricultura urbana às margens de rodovias, ii) Agricultura urbana em hortas comunitárias; e iii) Agricultura urbana às margens de reservas florestais.

A dinâmica espacial em cada um dos lugares supracitados é diferenciada, não apenas porque a produção é realizada de maneiras diferentes em cada lugar, mas também porque os grupos sociais envolvidos têm perfis sócio-econômicos distintos e porque o uso do solo urbano em cada um desses lugares é diferenciando mediante legislações específicas do poder público municipal. O que repercutirá no esboço de especificidades dos lugares e da agricultura urbana observados.

A questão do uso do solo urbano mediante a legislação e os zoneamentos para a agricultura tem sido um fator relevante no desenvolvimento dessa atividade, uma vez que, se pode gerar

¹² Em 2000, em Recife havia 134.790 pessoas residindo em aglomerados subnormais, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (RECIFE, 2005). Vale ressaltar que as áreas com agricultura urbana apresentadas na figura 02 estão localizadas em áreas que apresentam altos índices de pobreza.

tensões ou conflitos entre os próprios agricultores, entre os agricultores e o Estado e eventuais proprietários de áreas onde se pratica a atividade. Um exemplo de tensões entre agentes espaciais atrelados ao uso do espaço para agricultura acontece nos espaços do entorno do CEASA-Recife, como mostrou Ferreira (2007).

Ao que parece, as tensões ocorrem porque cada grupo de agentes tem interesses distintos sobre os referidos espaços. Trata-se, portanto, de usos do espaço, mediante as dimensões política, econômica e urbanística da agricultura urbana. Nesse contexto, não se pode esquecer que a condição de vulnerabilidade em que se encontram os agricultores urbanos é o principal fundamento para a produção agrícola na cidade. Ao serem questionados sobre o uso que fazem daqueles espaços, que via de regra não deveriam ser utilizados para agricultura, ouviu-se o seguinte:

“Eu não sei porque o DNIT faz tanta questão de impedir que a gente plante aqui, eles deveriam agradecer porque a gente cuida dessas terras que antes só tinha mato.” (Transcrição de um comentário de um agricultor em janeiro de 2009). (Foram feitas correções ortográficas).

A densidade, comum ao espaço urbano faz dele um lugar atrativo e, portanto, seu uso acontece mediante disputas como as que ocorrem no conjunto de terras localizadas próximas ao CEASA-Recife. No entanto, quando se pretende analisar o papel da agricultura urbana no território municipal, não se pode deixar de conhecê-la nos diversos lugares em que ela acontece. É preciso que se conheça qual agricultura é produzida nos subespaços, qual a dinâmica espacial desses lugares. Isto porque, como mostrado nas figuras 03 e 04, a integração entre os diversos fatores é a principal característica da agricultura urbana.

3.1.2 Caracterização Geral da Agricultura Urbana em Recife: Diversidade de produtos e de situações

A agricultura urbana, em Recife, possui as características comuns às diversas outras grandes cidades do país. Contudo, uma vez que se defende que é preciso se conhecer as peculiaridades desta atividade, já que cada espaço possui suas peculiaridades que repercutem e são, ao mesmo tempo, repercutidas nas atividades humanas, não se pode deixar de se apresentar, de maneira geral, a agricultura desenvolvida nesta cidade.

Com base em trabalho de campo, observação da paisagem e levantamento aerofotogramétrico, com utilização do programa eletrônico *Google Earth*, foram identificadas 20 áreas com algum tipo de agricultura urbana, como se pode ver no quadro 02.

Agricultura Urbana em Recife - Lista da localização de áreas produtivas e dos tipos predominantes de atividades				
Área Produtiva	RPA	Bairro	Local	Tipos de Atividade Predominante
01	01	Ilha Joana Bezerra	Ilha do Zeca	Carcinocultura
02	01	Cabanga	Cabanga – Quartel	Carcinocultura
03	02	Dois Unidos	Vale do Senhor	Agricultura
04	03	Dois Irmãos	Sítio dos Pintos	Agricultura
05	03	Dois Irmãos	Dois Irmãos	Agricultura
06	03	Casa Amarela	Sítio da Trindade (Sementeira)	Agricultura
07	03	Guabiraba	Bola na Rede/ Diversas	Agricultura
08	03	Pau Ferro	Pau Ferro	Agricultura
09	03	Córrego do Jenipapo	Centro Comunitário - CEMPO	Fitoterápicos
10	04	Cidade Universitária	UFPE	Agricultura
11	04	Caxangá	Caxangá	Piscicultura
12	04	Várzea	Lar Fabiano de Cristo e Escola Senador Novaes Filho	Agricultura
13	04	Torre	Centro de Ensino Popular e Assistência Social (CEPAS)	Fitoterápicos
14	05	Curado	Contorno Avenida Recife	Agricultura
15	05	Curado	Contorno BR- 101	Agricultura
16	05	Curado	BR-232/Jardim Botânico	Agricultura
17	05	Totó	CSU Bido Krause	Agricultura
18	06	Imbiribeira	Ilha de Deus	Carcinocultura
19	06	Imbiribeira	Vila São Miguel	Carcinocultura
20	06	Imbiribeira	Imbiribeira/Jiquiá/Areias	Carcinocultura

QUADRO 02

ÁREAS COM AGRICULTURA URBANA EM RECIFE

Fonte:Trabalho de Campo.

As áreas expostas no quadro acima apresentado estão representadas espacialmente na figura 02. Esse quadro mostra, sinteticamente e de modo geral, as áreas onde se pratica agricultura urbana em Recife. Os destaques, no quadro, são para as áreas que serão detalhadas mais adiante. Assim sendo, as cores identificam a classificação da área nos 03 blocos, os quais são: em verde, as áreas de produção às margens das rodovias; em azul, os pomares e hortas comunitárias que recebem apoio institucional da prefeitura, e em vermelho, as áreas de cultivo às margens das reservas florestais.

Descrição das Áreas com agricultura urbana em Recife

- 1. Ilha do Zeca** – Localizada entre os bairros de Afogados e Joana Bezerra, nesta área se pratica carcinocultura nas bordas da ilha em área de mangue; além de criação sazonal de siris e peixes. A ilha possui 25 hectares, com dezenas de viveiros e 03 campos de futebol. Segundo Silva (2004), as 150 pessoas que cultivam camarões, peixes e siris na área são residentes em duas “comunidades” em seu entorno: Caranguejo e Tabaiães. O grupo de moradores da ZEIS Caranguejo e Campo Tabaiães são para Silva (idem), um “grupo humano marginal urbano”. A área é uma ZEPA (Zona Especial de Proteção Ambiental) no braço sul do Rio Capibaribe e é bastante visível para quem viaja de metrô entre as estações Afogados e Joana Bezerra.
- 2. Cabanga** – Numa área de propriedade do Ministério do Exército, nas instalações do 7º Depósito de Suprimentos do Exército, o acesso é permitido à população do bairro para o cultivo de hortaliças, cuja produção é distribuída entre as famílias produtoras e o excedente é comercializado. Esta horta de 5.000 m² conta com o apoio da Prefeitura do Recife para produção.
- 3. Vale do Senhor** – Trata-se de uma área de 10.000 m² situada no bairro de Dois Unidos onde há plantio de hortaliças. A Prefeitura do Recife cercou uma área e doou algumas máquinas e utensílios para os moradores locais, todavia tudo foi destruído e agora a mesma entidade busca reativar a horta comunitária.
- 4. Sítio dos Pintos** (vários pontos) – Localizada no limite de Recife e Camaragibe, nas proximidades com Aldeia e próxima a Mata de Dois Irmãos, nesta área encontram-se diversas chácaras, com atividades agrícolas, principalmente cultivo de frutas. Segundo SOS Corpo (2007), neste local encontram-se diversas unidades produtivas de alimentos como macaxeira, frutas, batata-doce, inhame, hortaliças, bem como plantas medicinais. A produção destas “iniciativas” serve tanto para consumo das famílias, quanto para doação entre os vizinhos e conta com o apoio da UFRPE. Uma vez que na área há diversos pontos onde se pratica a agricultura urbana, para o mapeamento adotou-se o ponto central da área.
- 5. Dois Irmãos** (vários pontos) – Nesta área de reserva de Mata Atlântica, também se pode encontrar cultivo de hortaliças, macaxeira e frutas nas bordas da reserva, isto principalmente nos quintais das casas e nas margens dos caminhos e rodovias. O lugar também abriga o horto da cidade e o campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Neste local, uma horta de 3.000m² recebe apoio da UFRPE e da

Prefeitura do Recife. Por se tratar de mais de um ponto, para o mapeamento foi adotado o ponto de maior visibilidade nas imagens do satélite.

6. **Sítio da Trindade** – Nesta área está instalada uma sementeira da Prefeitura, onde são produzidas plantas ornamentais e frutíferas para fins paisagísticos, o local conta, também, com uma horta para produção de sementes de hortaliças e plantas medicinais, que são distribuídas pelas demais hortas apoiadas por esta instituição.
7. **Guabiraba** (vários pontos) – Trata-se de uma área de relevo bastante movimentado onde se vê inúmeros córregos e é uma área pouco habitada e pouco urbanizada em Recife. Isto também porque, está localizada próxima à Mata de Dois Irmãos cuja vegetação arbórea típica de Mata Atlântica é delimitada ao longo da BR-101 Norte. No entanto, encontram-se cultivados produtos agrícolas em áreas relativamente planas que vão se seguindo pelas estradas de barro que dão acesso à área. Ali também se podem ver diversas chácaras e uma estufa onde se cultiva flores ornamentais distribuídas para várias regiões do país. Numa localidade chamada “Bola na Rede”, localizada entre a Guabiraba e o bairro de Pau Ferro, uma área de 1.000m² recebe o apoio da Prefeitura do Recife.
8. **Pau Ferro** (vários pontos) – Com várias das características destacadas em Guabiraba, nesta área também são encontradas diversas chácaras e hortas em vários pontos. Neste bairro há uma horta que recebe apoio da Prefeitura do Recife, trata-se de uma área com 1500m², chamada de “Nova Aldeia”, cujo nome se justifica pela localização e acesso, muito próxima à Aldeia, em Camaragibe. Por se tratar de vários pontos, para o mapeamento adotou-se a horta denominada Nova Aldeia.
9. **Córrego do Jenipapo** (CEMPO - Centro de Educação e Medicina Popular) – Localizado no bairro do Córrego do Jenipapo, numa área de 6.000 m² cultivam-se plantas medicinais para a produção e comercialização de remédios. A unidade produtiva é monitorada pela UFRPE, Departamento de Ciências Farmacêuticas, e também conta com o apoio da Prefeitura do Recife e outros órgãos como o Centro de Educação e Medicina Popular. A SOS Corpo (2007) diz que a área total plantada neste local é de 2,5 hc.
10. **Cidade Universitária** (UFPE) – Localizada no Campus da UFPE, esta área, em frente ao Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), é cortada pelo riacho cavouco e parte (02 hectares) é utilizada para o cultivo de frutas como banana, mamão, melão, pinha, pitanga, laranja etc. Planta-se também cana, que é vendida em forma de caldo. Estes produtos são vendidos em uma “barraca” instalada no mesmo lugar para este fim. Segundo a proprietária, poucas frutas são compradas para serem vendidas na barraca, apenas aquelas que não “dão” no lugar, como é o caso da maçã, do abacaxi etc. No mesmo sítio ainda se

planta milho e feijão para consumo familiar nos períodos juninos. A família, procedente de Panelas, no interior do estado, mora no local (uma casa no meio do pomar) há mais de 30 anos, segundo a proprietária do lugar. Ainda é encontrado na área um arruado de 08 casas, mas as outras famílias ali residentes cultivam pouco, pelo menos não têm pomares como o primeiro aqui citado; e cultivam apenas produtos para consumo próprio não sendo esta a atividade principal para as famílias.

- 11. Caxangá** – Localizada na margem direita (sentido Recife-Camaragibe) da Avenida Caxangá, muito próximo ao limite municipal de Recife e Camaragibe, nesta área é praticada a piscicultura, bem como o cultivo de hortaliças. Trata-se de uma área com aparência de pouco uso, uma vez que se vê os tanques com aspecto deteriorado por vegetação “natural” e dificilmente se vê algum plantio. Esta área de várzea está localizada na margem esquerda do Rio Capibaribe.
- 12. Várzea** – Neste bairro, foram identificadas 02 áreas onde se pratica agricultura urbana. Uma nas instalações do “Lar Fabiano de Cristo” (LFC), uma ONG com projetos ligados a uma rede nacional de assistência com inclusão social, uma área de 3.000 m² é ocupada com produção de plantas medicinais e horti-fruti que são distribuídas entre as famílias envolvidas. A outra, na Escola Senador Novaes Filho, uma área de 1.500 m² está sendo destinada ao plantio de hortaliças. As duas áreas são apoiadas pela Prefeitura do Recife. O ponto marcado no mapeamento é o do LFC.
- 13. Torre - CEPAS** (Centro de Ensino Popular e Assistência Social) – Localizado no Bairro da Torre numa área de 3.000m². Conta com o apoio da Prefeitura do Recife.
- 14. Curado – Contorno Avenida Recife** – Área cujos contornos viários das confluências das rodovias BR-232 e 101 e Avenidas Recife e Abdias de Carvalho são densamente utilizados para agricultura principalmente de hortaliças, bem como criação de animais. A agricultura é praticada também ao longo das rodovias envolvendo considerável número de pessoas.
- 15. Curado – Contorno BR- 101** – Localizado ao lado do CEASA, os espaços ociosos entre os contornos são utilizados para cultivo de hortaliças e macaxeira. Vê-se também nessa área equinos se alimentado da vegetação de pastagem.
- 16. Curado – BR-232/Jardim Botânico** – Área com cultivo de hortaliças e macaxeira ao longo da margem esquerda (sentido Recife-Caruaru) da rodovia BR-232 em frente à entrada do Jardim Botânico. Localizada no bairro do Curado, próximo ao limite municipal com Jaboatão.

17. **Totó – Centro Social Urbano Bido Krause** – Numa área de 1.500 m², moradores do bairro do Totó cultivam hortaliças, nas instalações do Centro Social Urbano Bido Krause, e conta com o apoio da Prefeitura do Recife.
18. **Imbiribeira - Ilha de Deus** – Ilha proveniente de aterro sobre manguezal, área urbanizada entre o bairro da Imbiribeira e do Pina. A carcinocultura é praticada em tanques sob regime de controle das marés. Grande parte da população sobrevive destas atividades.
19. **Imbiribeira -Vila São Miguel** – Tanques utilizados para a carcinocultura utilizando-se do regime de marés. Localizado nos limites dos bairros da Imbiribeira e Jiquiá, próximo à Lagoa do Araçá e entre as Avenidas Pinheiros e São Miguel.
20. **Imbiribeira/Jiquiá/Areias** – Trata-se de um prolongamento localizado ao Sul do ponto da Vila São Miguel.

Das áreas supracitadas, destacar-se-ão apenas, como já foi dito, as de cultivo de vegetais. Vale salientar que, em cada uma daquelas áreas, há diversidade de produtos, daí serem destacados os predominantes, tipos de manejo e tipos de espaço. Outro aspecto a ser considerado, é o fato de que, em algumas dessas áreas, há apoio de instituições governamentais ou ONG's, em outras não. O quadro 03 mostra as referidas áreas destacando-se estes aspectos.

Agricultura Urbana em Recife – por classe de produto, manejo e espaço		
Por tipo de produto	Alimentos vegetais	Todos – exceto 01, 11, 19 e 20.
	Fitoterápicos/flores e plantas ornamentais	03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13 e 17
	Criação e pesca de camarões/peixes etc.	01, 11, 19 e 20.
	Criação de aves e animais de pequeno e grande porte	Todos – exceto 06, 09, 13 e 17. *
Por tipo de manejo	Princípios agroecológicos	02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13 e 17.
	Cultivo tradicional (uso de insumos químicos)	01, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19 e 20.
Por tipo de espaço utilizado	Margens de rodovias/avenidas	11, 14, 15 e 16.
	Margens de reservas florestais/mangues/rios	01, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 18, 19 e 20.
	Escolas/associações de moradores/CSU/etc.	02, 03, 04, 05, 06, 09, 12, 13 e 17.

OBS.: A numeração corresponde ao quadro nº 02; Uma classificação não elimina outra.

* Há diversos estábulo, distribuídos pela cidade, mas, eles não foram mapeados, os que constam no quadro são aqueles integrantes das unidades produtivas destacadas.

QUADRO 03

CLASSES DA AGRICULTURA URBANA POR TIPO DE PRODUTO, TIPO DE MANEJO E TIPO DE ESPAÇO UTILIZADO.

Fonte: Trabalho de Campo

Desse modo, a agricultura urbana acontece mediante diversos fatores espaciais que limitam ou incentivam seu desenvolvimento. No caso específico de Recife, os fatores que limitam o seu desenvolvimento são muito mais ligados às engrenagens sociais, ou seja, à maneira como é vista e gerida esta atividade. Assim sendo, é preciso que se busquem mecanismos que tornem a AU economicamente rentável, ambientalmente sustentável e socialmente capaz de promover melhoria de qualidade de vida para os agricultores urbanos.

3.2 OS LUGARES DA AGRICULTURA URBANA EM RECIFE: ASPECTOS DA DINÂMICA ESPACIAL URBANA ATRELADOS À AGRICULTURA

Uma vez que, já foram descritos alguns dos aspectos da dinâmica espacial urbana do Recife, bem como os lugares onde ela acontece, faz-se necessário que se busque entender a vinculação entre ela e a dinâmica espacial local. O que se torna pertinente, na medida em que os subespaços possuem suas particularidades as quais não podem ser desconsideradas quando se pretende compreender o espaço na sua totalidade.

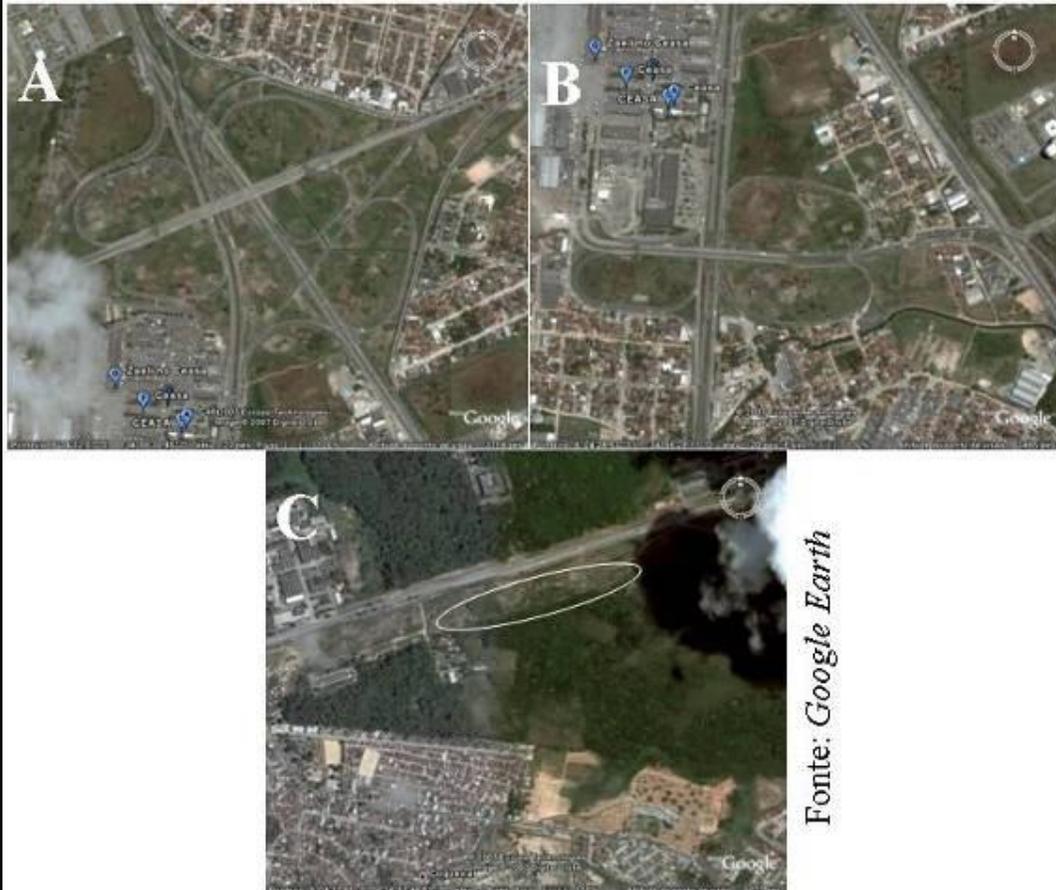
Recife conta, atualmente, com cerca de 300 agricultores urbanos, segundo levantamento de campo¹³, dos quais, alguns trabalham comunitariamente, recebendo apoio institucional, enquanto outros desenvolvem suas atividades agrícolas regulando-se pelo mercado consumidor. Isto sem contar que há agricultura, em quintais de residências, em escolas, etc. funcionando, geralmente, para auto-consumo, troca e/ou doação.

3.2.1 Agricultura Urbana às Margens de Rodovias: negação dos princípios agroecológicos

Dentre os espaços ocupados com agricultura urbana em Recife, encontram-se conjuntos de áreas localizadas às margens das rodovias, como mostrado nas figuras 11 e 12. Estas áreas estão concentradas, em sua maioria, nas proximidades do CEASA-Recife, um centro de comercialização de produtos, sobretudo, horti-fruti-granjeiros, localizado num importante nó viário interligando as rodovias BR-101, 232 e as avenidas Recife e Abdias de Carvalho. Ao longo das referidas rodovias encontram-se outros pontos, entre os canteiros centrais ocupados, também, por agricultura, no entanto, dar-se-á ênfase às três áreas supracitadas.

¹³ Não se obteve o número preciso de agricultores urbanos em nenhuma das fontes pesquisadas, por isso optou-se por fazer um levantamento empírico que nos permitisse ter uma noção mais real deste quantitativo. O levantamento foi feito mediante entrevistas realizadas durante as visitas às áreas de produção agrícola. Estimase que dos 300 agricultores encontrados, cerca de 100 trabalham com pecuária, os demais com cultivo; mas alguns deles desenvolvem as duas atividades simultaneamente.

Recife – Agricultura Urbana às margens de rodovias



A) Contorno Viário – Rodovias BR-101 e BR-232 e avenidas Recife e Abdias de Carvalho; B) Contorno Viário e Viaduto sobre a Rodovia BR-101- acesso lateral à CEASA C) Rodovia BR-232 - Em frente ao Jardim Botânico.

FIGURA 11

RECIFE – CONJUNTO DE ÁREAS LOCALIZADAS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS

Fonte das imagens: Google Earth (2008).

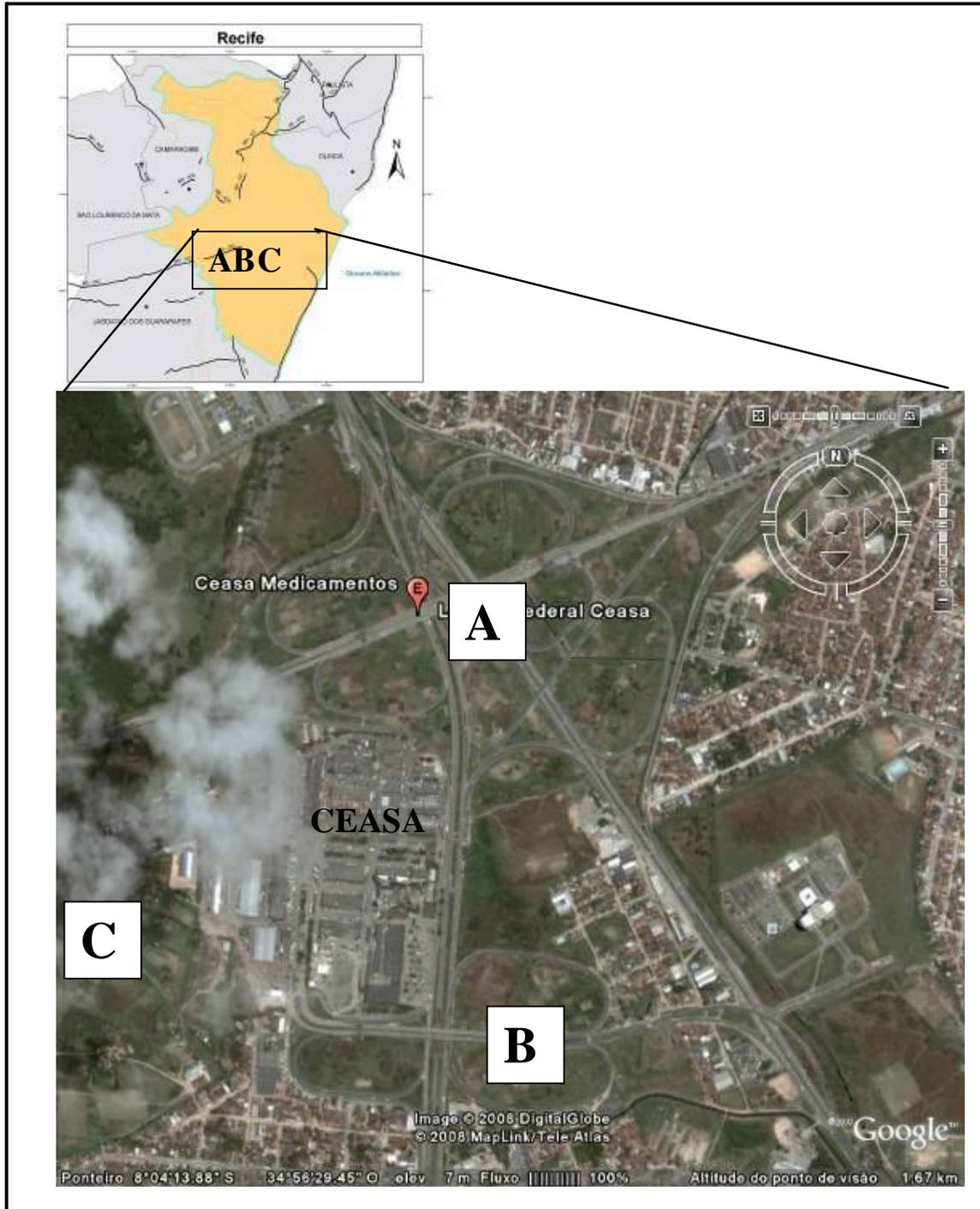


FIGURA 12
 LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS LOCALIZADAS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS NAS ÁREAS DO
 ENTORNO DO CEASA.

Fonte da imagem: Google Earth (2008).

Espacialidades da agricultura urbana praticada às margens das rodovias

Entendemos por espacialidades da agricultura urbana os usos das formas, pelos agricultores, construindo suas áreas que prestam funções à cidade, ou seja, que são espaços usados para atender interesses sociais.

Ao serem considerados os aspectos espaciais da agricultura produzida às margens das rodovias em Recife, percebe-se que há semelhanças e diferenças dependendo do lugar em que ela é praticada, ou seja, a agricultura produzida nas proximidades do CEASA-Recife é diferente da praticada ao lado do viaduto da Caxangá, tanto em quantidade de produção, quanto em relação do agricultor com a atividade. No segundo caso, o cultivo esporádico de macaxeira é feito por uma única pessoa que visa preencher seu tempo livre e, conseqüentemente, produzir algum alimento que é consumido pela própria família. Neste caso o agricultor submete-se grandemente às condições naturais do ambiente e só planta nos períodos de chuva.

No caso dos agricultores que cultivam próximo ao CEASA, a produção é destinada à comercialização. As diferenças entre as áreas distribuídas ao longo das rodovias, são no âmbito do quantitativo de produção e conseqüentemente do seu destino e importância familiar. Logo, dar-se-á ênfase à produção nos espaços supracitados, apenas pelo fato de ali estarem concentradas diversas unidades produtivas.

O CEASA está localizado numa área de entrecruzamento de rodovias, portanto, num nó de fluxos, e, também, próximo a “favelas”, ao lado das quais existem terras “disponíveis” ao desenvolvimento das atividades em questão. Esses fatores contribuem para a viabilidade da presença das atividades agrícolas naquele lugar, uma vez que existe a terra, as pessoas disponíveis para o trabalho e a possibilidade de acesso ao mercado.

Um outro fator que não se pode deixar de considerar refere-se às condições físico-naturais da área – várzea do Rio Capibaribe. A pequena altitude da várzea, somada a certa fertilidade natural do solo e à relativa abundância de água, devem ser considerados como alguns dos fatores atrativos da atividade na área, já há cerca de 30 anos como o cultivo de hortaliças.

Estudiosos como Melo (1978) dizem que os primeiros engenhos que surgiram na planície do Recife foram construídos, aproveitando-se das características das áreas de várzeas do Capibaribe, portanto, historicamente o uso do espaço em tela sempre esteve atrelado à

agricultura. No entanto, a agricultura aí praticada, desde a segunda metade do século passado, está vinculada ao modo urbano de vida, ou pelo menos, às formas espaciais urbanas. A pressão que o modo de vida urbano e a configuração espacial das edificações exercem sobre a produção agrícola é traduzida, no espaço em tela, pelas modificações quanto ao uso desse espaço. Ferreira (2007) mostrou que naqueles espaços parte das áreas destinadas à agricultura passou a ser utilizada para moradia de alguns dos próprios agricultores, constituindo a Vila Miguel Arraes.

Portanto, dependendo do grau de urbanização de um lugar, considerando os demais fatores socioespaciais, a agricultura urbana tanto pode ser uma rugosidade espacial, quanto uma “nova” prática. Vale salientar que nova não é a atividade, mas o uso que ela faz dos espaços urbanos. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o grau de urbanização de um lugar é um fator de estímulo para a agricultura urbana, ele pode ser também um fator limitante podendo contribuir para o desenvolvimento ou para o entrave, e até para a extinção da atividade.

Existe um conjunto de edificações que abrigam órgãos públicos nas proximidades do nó viário supracitado, quais sejam: UFPE, SUDENE, CEASA, Colégio Militar do Recife, 7º Comando Militar, TFJ (Fórum Ministro Artur Marinho), Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Estado de Pernambuco, AMUPE, DNIT, Polícia Rodoviária Federal (1ª Delegacia Regional), Jardim Botânico e 02 Quartéis do Exército Brasileiro. Dependendo da representação de cada um desses órgãos, ao mesmo tempo em que se possibilita a permanência de áreas ociosas e, portanto, disponíveis para a agricultura, busca-se eliminar essa atividade uma vez que essencialmente, são espaços destinados para outros fins.

Dentre os objetos espaciais que contribuiram para a realização da agricultura urbana às margens das rodovias, e mais precisamente do referido nó viário, encontra-se o CEASA – Recife, uma vez que se constitui como um importante mercado de consumo de hortaliças. Outros fatores relevantes para a manutenção da prática da agricultura urbana, na área, são: presença de espaços ociosos, condições físico-naturais favoráveis, contingente populacional buscando ocupação e renda, dentre outros.

Ao mesmo tempo em que os fatores supracitados favorecem o desenvolvimento da produção agrícola às margens das rodovias, existem outros que, tanto podem favorecê-la, quanto torná-la inviável para o sistema urbano, como é o caso do uso dos recursos naturais. Se não forem tomados determinados cuidados, o que poderia promover benefícios ao sistema ecológico

urbano, acaba poluindo-o ainda mais, tornando o ambiente ainda mais desequilibrado. Sobre este assunto, a maioria dos estudiosos sugere a prática da agricultura baseada na agroecologia.

Ao se questionar sobre a rentabilidade da comercialização de produtos “orgânicos” e da disponibilidade de recursos por parte do poder público para os agricultores desse tipo, ouviu-se:

“Pode até ser mais caro, mas a gente aqui já está acostumado a plantar assim, o que a gente colhe vende, não faltam compradores no CEASA e no acostamento, e a Prefeitura quer é tirar a gente daqui. Eles não estão nada preocupados em nos ajudar. É uma burocracia, eles dizem que vão ajudar, mas nem bolsa-família eles dão, quanto mais dinheiro pra comprar semente. A gente tem que se virar sozinho. O bom é que a gente é livre para plantar o que quer, e vende tudo e assim faz dinheiro para sustentar a família. O que a Prefeitura deveria fazer era dar adubo, bolsa família... esse negócio de virem mandar no que a gente planta não dá certo, na hora que faltar verdura pra vender quem vai botar comida na mesa? Tem também um negócio de fazer cooperativa, eu acho que não dá certo, pelo menos aqui que todo mundo já é agricultor a muitos anos e planta pra vender e sustentar a família. Esse negócio de horta comunitária só presta pra mulheres que precisam de um dinheiro a mais, mas a gente aqui que tem que sustentar a família tem que trabalhar muito. (Transcrição de um comentário de um agricultor em agosto de 2008).

Pelo visto, a negação por parte dos agricultores urbanos da área em destaque, em cultivarem com princípios agroecológicos está baseada em fatores que vão muito além da dimensão econômica, abrangendo também as dimensões sociais, culturais, políticas etc. Ao mesmo tempo, são vários os fatores que levam a constituição das especificidades dos lugares onde é desenvolvida agricultura urbana às margens das rodovias. Foram identificados 08 fatores que funcionam integrada e sistematicamente, contribuindo para a reprodução espacial das atividades agrícolas nas referidas áreas. São eles:

- 1) Proximidade do CEASA – por se tratar de uma central de comercialização, possibilita aos agricultores urbanos comercializarem seus produtos, mesmo que em pequena escala, tanto com relação aos comerciantes do CEASA, quanto aos consumidores familiares (grupos de famílias que vêm ao CEASA em busca de menores preços, mas que não compram em grandes quantidades). Possibilita-se, também, o estabelecimento de relações entre os produtores agrícolas urbanos e produtores vindos de outras áreas do estado e da região. Esta relação gera troca de conhecimento, migração de trabalhadores, como mostra Ferreira (2007). A este aspecto, soma-se também o fator da localização do CEASA num importante nó viário, portanto, integrando um sistema de fluxos. Ainda no que tange ao fator da proximidade com o CEASA, houve, desde a construção desta entidade, uma área

denominada de “área de expansão” onde se instalaram diversas famílias para praticar agricultura urbana;

- 2) Área de um importante nó viário – área de importantes fluxos e de terras “disponíveis”. A disponibilidade a que nos referimos é gerada por quatro fatores: contornos viários sem usos aparentes; trata-se de uma área da cidade onde há pouca especulação imobiliária; o poder público parece muito ausente, pelo menos no que tange a busca de solucionar problemas locais; no local encontram-se diversas Linhas de Transmissão (LTs) da CHESF;
- 3) Trata-se de uma área de várzea – há relativa abundância de água em riachos (que foram transformados em esgotos), em poços, solo relativamente fértil etc.;
- 4) O lugar abrigou, no passado, engenhos de açúcar. Contudo, ao que parece, as áreas onde são desenvolvidas as atividades agrícolas era destinada ao plantio da cana, portanto, as periferias dos engenhos;
- 5) Presença das diversas instituições públicas já citadas;
- 6) Nas proximidades encontram-se algumas reservas florestais, tanto nas instalações dos referidos quartéis, quanto no Jardim Botânico;
- 7) Favelização, sobre este aspecto é importante destacar que a construção de residências, próximo às áreas de cultivo tanto pode ser em virtude da produção, quanto o contrário;
- 8) Área limítrofe municipal e de bairros e localidades.

A figura 13 mostra didaticamente a integração sistemática dos referidos fatores na reprodução da agricultura urbana às margens das rodovias em Recife.

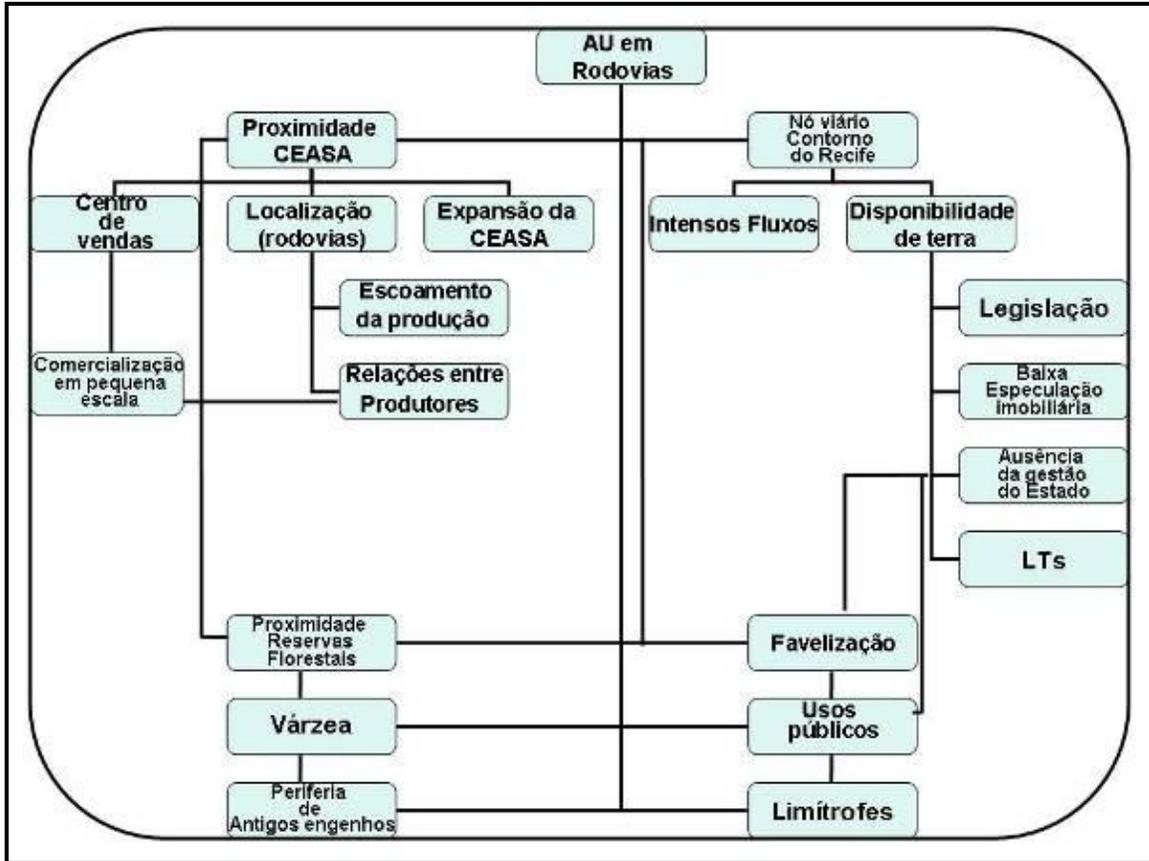


FIGURA 13

FATORES DE INTEGRAÇÃO ESPACIAL

Elaborado pelo autor com base em trabalhos de campo realizados em 2006, 2007 e 2008.

Ao que parece, o fator da localização e, por sua vez, os fatores espaciais, tem papel relevante na integração que constitui a configuração da agricultura urbana praticada às margens das rodovias em Recife. A integração evidente desse conjunto de fatores mostra que não se consegue ter uma visão clara do espaço, no âmbito da agricultura urbana, se não se levar em conta todas as suas dimensões (social, política, econômica, urbanística e ambiental).

Somado às áreas supracitadas, observa-se um total de mais de 40 hectares, distribuídos em 03 subespaços, como mostrados nas figuras 11 e 12. Contudo, é importante destacar que não há contigüidade entre a maioria das unidades produtivas, entre as quais há espaços com os mais diversos usos e ocupações, tais como: edifícios públicos, praças, moradias, espaços de recreação, além das próprias rodovias etc.

Cada *loop*¹⁴ localizado no entorno do CEASA possui uma configuração espacial diferente, embora haja entre eles diversas semelhanças, como mostrou Ferreira (2007). Assim sendo, faz-se indispensável que se esclareça que a questão da agricultura produzida às margens das rodovias em Recife é muito ampla, como bem mostrou Melo (2007, p. 31), referindo-se à produção agrícola nas proximidades do CEASA:

Apesar de gravitarem em torno deste eixo, é difícil precisar o alcance dessas ocupações. Elas não se apresentam como um contínuo espacial, tampouco o local é ocupado de modo homogêneo. As hortas desaparecem em alguns lugares para ressurgirem mais à frente, formam um arquipélago de pequenas ilhas produtivas, com cores e contornos bem particulares. Elas espraiam-se em uma área de convergência de bairros cujos limites são muito confusos.

Desta feita, mostrar-se-á, sinteticamente, a dinâmica espacial em 02 desses *loops* e de uma área localizada na parte posterior do CEASA. A área correspondente ao *loop* “A” é subdividida em “A1” (lateral esquerda do CEASA), “A2” (Praça Camilo Pereira Carneiro) e “A3” (Avenida Recife); O *loop* “B” corresponde à área localizada na lateral direita do CEASA; e, por fim, a área “C”, que corresponde à área posterior ao CEASA, às margens da rodovia BR-232 e o Jardim Botânico. As figuras 12 e 14 mostram essa divisão.

¹⁴ Segundo a enciclopédia eletrônica Wikipédia, *Loop* é uma palavra inglesa que originalmente significa “aro”, “anel” ou “seqüência”. Fonte: Wikipédia. Disponível em: [HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/LOOP](http://pt.wikipedia.org/wiki/Loop). O DNIT denomina *loop* os contornos viários localizados entre as rodovias, que são projetados para possibilitar o acesso pelos veículos a viadutos ou vias de retorno (MELO, 2007).



FIGURA 14
LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS LOCALIZADAS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS
Fonte da imagem: Google Earth (2008).

O conjunto de áreas A1, A2 e A3, embora estejam divididos fisicamente apenas por rodovias, possuem dinâmicas distintas, e ao mesmo tempo complementares, uma vez que seus processos de ocupação sócio-territoriais são distintos e com usos também diferenciados, como será mostrado a seguir.

A1 - Localizada no contorno rodoviário entre as rodovias BR-101 e BR-232, ali se cultivava principalmente repolho, couve, alface, tomate, pimentão e berinjela, numa forma de produção sistematizada que possibilita a reprodução da atividade agrícola e sustentabilidade das famílias dos agricultores.

Naquele lugar, segundo entrevistas realizadas com os trabalhadores *in loco*, a produção se destina prioritariamente ao CEASA. As terras são de propriedade da CHESF que as cedeu

para o plantio, através de acordo verbal, sob a condição de não serem feitas edificações sob as linhas de alta tensão (LTs) que são comuns na área.

A divisão da terra em lotes foi iniciada desde o início da ocupação da área, há cerca de 30 anos, e cada produtor é livre para vender, em qualquer tempo, clandestinamente, seu lote para quem o desejar. Esse é um dos motivos que levam alguns agricultores a deterem a posse de lotes de maiores extensões do que outros.

As relações de trabalho nesse lugar são bem definidas, não se tratando apenas de um grupo de agricultores urbanos de produção para auto-consumo, ou para venda de excedentes, mas também de um grupo de “proprietários” que pagam seus trabalhadores para cultivarem suas terras; entretanto em alguns casos os “proprietários” trabalham também no cultivo com suas famílias.

Trabalham nessa subárea cerca de 20 pessoas, entre proprietários e trabalhadores assalariados informais; alguns destes trabalhadores migram semanalmente do município de Vitória de Santo Antão¹⁵, situado na Zona da Mata de Pernambuco. Alguns dos “proprietários” e trabalhadores do lugar residem, nas proximidades, já outros residem em bairros e até em cidades diferentes como afirma Melo (2007). Os trabalhadores justificam o uso da terra para atividades agrícolas, apenas pela falta de oportunidades de empregos.

Nesta área a produção é contínua o ano inteiro, uma vez que ali existem diversos poços, não havendo problemas quanto ao fornecimento de energia elétrica, e os produtores dispõem de recursos financeiros suficientes para a produção. As fotos 01 e 02 mostram a produção nesta área em períodos distintos.

¹⁵ Um dos destaques na economia do município de Vitória de Santo Antão é a produção de hortaliças, que abastece o CEASA-Recife. Naquele município de 372 km², há 16.934 ha. ocupados com produção agropecuária, contabilizando 2.769 estabelecimentos e 8.046 pessoas ocupadas na agropecuária, segundo dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006. Disponível em: <[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/CIDADESAT/TOPWINDOW.HTM?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)>. Acesso em 20/10/2008. Vale salientar, que grande parte da produção de hortaliças daquele município é feita numa área periurbana denomina Natuba e que, portanto, há mão-de-obra disponível.



FOTO 01
CULTIVO DE HORTALIÇAS – IRRIGAÇÃO MANUAL NO LOOP A2
Foto: Rubio Ferreira, agosto de 2005.



FOTO 02
CULTIVO DE HORTALIÇAS – IRRIGAÇÃO MECANIZADA NO LOOP A1
Foto: Rubio Ferreira, dezembro de 2008.

A 2 – Este *loop* está separado fisicamente do *loop* A1, apenas pela rodovia BR-232, a agricultura produzida nesta área é realizada na Praça Camilo Pereira Carneiro, cujas condições de manutenção são visivelmente precárias. Ali pouco resta dos objetos típicos de “espaços livres” que deveriam fazer jus à sua denominação de praça. Resta apenas um monumento do artista Francisco Brennand, como mostrado na foto 03.



FOTO 03
PRAÇA CAMILO PEREIRA CARNEIRO – EM DESTAQUE O MONUMENTO DO ARTISTA
FRANCISCO BRENNAND
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Esse *loop* apresenta diferenciações principalmente no que tange às relações sócio-espaciais. Pode-se encontrar ali 02 grupos de agricultores: os que produzem continuamente, uma vez que dispõem de poços e água em abundância, e assim produzem hortaliças de forma bastante parecida com os do *loop* A-1 e os que cultivam apenas nos períodos das chuvas. Estes segundos agricultores são, em sua maioria, pessoas de aproximadamente 50 anos de idade, que ocupam seus tempos livres com a prática da agricultura, no sentido de complementar suas rendas familiares. Sobre isso falou um dos agricultores:

Isso aqui só presta pra gente não ficar parado, pra quem não tem emprego. Mas não dá muita coisa não. No tempo da chuva fica tudo alagado, por isso a gente planta esses coqueiros, essas mangueiras, essas fruteira, porque pelo menos a gente protege a natureza. Agora no tempo seco, a gente não tem como plantar, não tem poço, então a gente compra alface, quiabo do outro lado e vem vender aqui na barraca só pra ganhar um trocadinho. No tempo de chuva pouca, a gente planta quiabo, macaxeira e tudo que dá. A gente não fura poço porque não tem dinheiro nem energia. (Declaração de um agricultor em entrevista, em janeiro de 2009).

Grande parte dos agricultores que não tem recursos para furar poços, espalha-se ao longo de todo o trecho referido da rodovia, formando pequenos pontos com diversos tipos de árvores frutíferas, cultivam coco, manga, pinha, etc. As fotos 04 e 05 mostram alguns desses pontos.



FOTO 04

ÁRVORES FRUTÍFERAS AO LONGO DA RODOVIA BR-101

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.



FOTO 05
CULTIVO DE COQUEIROS EM CONTORNO VIÁRIO
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Pelo que se vê, neste conjunto de áreas, o cultivo acontece durante o ano inteiro, variando o tipo de produção e a rentabilidade mediante as condições climáticas, de mercado e de disponibilidade de terras.

A3 – Esta subárea está localizada no contorno de acesso da Avenida Abdias de Carvalho com Avenida Recife e desta para a BR-232. Nestas porções de terra, podem ver-se, além de lavoura, atividades pecuárias com presença de eqüinos, suínos, caprinos e bovinos que são mantidos em estábulos ou livres no campo. Trata-se de uma área de solo alagadiço, cortado por cursos de água, a maioria dos animais se alimentam de capim que, nesta área, existe em abundância. Em outros trechos deste contorno viário, existem atividades agrícolas, com cultivo principalmente de quiabo, árvores frutíferas como mangueiras, bananeiras etc., conferindo à paisagem aspectos rurais, como mostrados nas fotos 06 e 07.



FOTO 06
ÁRVORES FRUTÍFERAS ÀS MARGENS DA AVENIDA RECIFE
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.



FOTO 07
ÁRVORES FRUTÍFERAS ÀS MARGENS DA AVENIDA RECIFE
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Nestas áreas existem algumas peculiaridades no que diz respeito ao uso dos territórios, há clara delimitação dos partidos de terra de cada agricultor, através de cercas de arame farpado

e estacas. Isso se justifica também pelo fato de que se trata de uma área com usos muito diversos: cultivo de hortaliças, cultivo de fruteiras, áreas alagadas com criação de porcos e pastagem e criação de bovinos e eqüinos, além de estarem muito próximas de área residencial e comercial. Sem contar, também, que como mostrou Ferreira (2007), há relações tensas entre os agricultores desta área e os moradores da Vila Miguel Arraes.

B – Trata-se de um conjunto de *loops* de um contorno viário que dá acesso ao CEASA, retorno para a Avenida Recife, que possui um viaduto sobre a rodovia BR-101. Situada na lateral direita do CEASA, nesta área cultivam-se diversas hortaliças e criam-se bovinos. Os agricultores dessa área residem na localidade de Piracicaba, no bairro de Jardim São Paulo, ou num conjunto de choupanas construídas às margens das rodovias que dão acesso à Avenida Recife, como mostrado na figura 15 e nas fotos 08 e 09.



FIGURA 15
LOCALIZAÇÃO DO LOOP B
Fonte da imagem: Google Earth (2008).



FOTO 08
ÁREA 1 SUJEITA À ACUMULAÇÃO DE ÁGUA, DESPENDIDA PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS.
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.



FOTO 09
ÁREA 2 SUJEITA À ACUMULAÇÃO DE ÁGUA, DESPENDIDA PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS.
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

A área destinada à construção de residências fica localizada entre os contornos viários e, da mesma forma que acontece na Vila Miguel Arraes, como mostrou Ferreira (2006 e 2007), ocorre também neste lugar; tensões entre os agricultores, entre os moradores e alguns agricultores que não concordam com o uso da terra para moradia e entre os agricultores e moradores e o DNIT.

Semelhantemente aos demais os agricultores das áreas em epígrafe, os do *loop B* cultivam hortaliças para serem vendidas no CEASA. Assim, como nos demais *loops* há agricultores que sobrevivem da produção, outros que trabalham esporadicamente e os que são bem estruturados. Estes últimos também contratam trabalhadores e a produção é contínua. Parte dos canteiros é cercada, delimitando-se o lote que cabe a cada agricultor, como mostrado nas fotos 10 e 11.



FOTO 10

CERCA DE ARAME FARPADO E ESTACAS, DELIMITANDO ÁREAS DE DOMÍNIO DE AGRICULTORES DISTINTOS

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.



FOTO 11

CERCA DE ARAME FARPADO E ESTACAS, DELIMITANDO ÁREAS DE PRODUÇÃO E A RODOVIA BR-101

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Tanto nos lotes dos agricultores mais bem sucedidos economicamente, quanto nos dos que trabalham esporadicamente, encontram-se diversas cabanas que servem de apoio para os trabalhos. Nelas são guardados ferramentas e alimentos que são preparados diariamente. A foto 12 mostra uma dessas cabanas.



FOTO 12

ÁREA DE CULTIVO, AO FUNDO UMA CABANA DE APOIO AOS TRABALHOS.

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Analisando, numa descrição geral de toda a extensão das áreas supracitadas, o processo de plantio, manutenção, colheita e comercialização dos produtos, no geral, são desenvolvidos de forma rudimentar entre os proprietários menos favorecidos economicamente, e um pouco mais “modernizada”, ou seja, com uso de máquinas e ferramentas que facilita o trabalho, nos lotes de agricultores de poder aquisitivo mais elevado. Esta diferenciação, quanto à dinâmica produtiva é comum na agricultura, tanto urbana quanto rural. O que promove esta diferenciação é a própria dinâmica espacial de cada lugar, ou seja, o acontecer espacial mediante as inter-relações entre os vetores de horizontalidades e verticalidades. Atualmente, conta-se mais de 100 unidades produtivas às margens das rodovias em Recife.

Os diferentes usos e consumos do espaço demonstram que os grupos sociais agem com intenções diferentes, que satisfaçam suas necessidades, o que muitas vezes leva a conflitos ou, no mínimo, a tensões tanto no âmbito do local quanto do global, como já foi mostrado. Essas tensões travam o desenvolvimento da agricultura urbana no local, funcionando esta como fonte de renda complementar para a maioria dos agricultores. Daí a predominância do cultivo de quiabo.

O cultivo de quiabo é o artigo agrícola mais cultivado nas áreas mais esparsadas, diferentemente das áreas “mais organizadas” do ponto de vista da produção, como é o caso dos *loops* A1, A2, B e C. Melo (2007) explica a predominância do cultivo de quiabo, pela “camuflagem” visto que essas plantas podem ser confundidas com o “mato”, comum em margens de estradas. Isto, por sua vez, funciona como meio de certa “garantia” de permanência e reprodução da produção. Entretanto, em alguns momentos, com a limpeza dos canteiros centrais, pelo DNIT, os canteiros são extintos e só voltam a serem refeitos meses depois da limpeza.

C – O conjunto de áreas localizadas entre a rodovia BR-232 e a parte posterior do CEASA, apresenta uma configuração muito parecida com os *loops* supracitados. Os agricultores trabalham com mesmo sistema produtivo dos *loops* A e B, contudo, as maiores diferenças dizem respeito a sua relação com o CEASA. Esta instituição permite o uso da sua área, denominada “área de expansão”, pelos agricultores, mediante acordos de não serem resistentes à saída, quando o CEASA expandir suas instalações. Sobre esse fato, Ferreira (2007) constatou que a retirada dos agricultores é feita mediante indenizações.

Os agricultores destes lotes residem nas proximidades, e no caso específico dos localizados imediatamente na parte posterior do CEASA, cultivam e residem num mesmo há cerca de 30 anos, até que sejam convidados pelo CEASA a se retirarem. A distribuição espacial dos lotes possui uma configuração espacial pouco visível para transeuntes, uma vez que neste ponto, entre o CEASA e a rodovia BR-232, não existem ruas ou avenidas de acesso. A figura 16 mostra essa configuração.



FIGURA 16
LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PRODUTIVAS NO LOOP B
Fonte da imagem: Google Earth (2008).

A área hachurada, denominada “área de agricultura urbana”, não possui contigüidade quanto ao cultivo de vegetais, em alguns pontos que se tornam alagados durante os períodos das chuvas. Nelas construídos viveiros onde são criados peixes. Embora o plantio seja feito

próximo à área de mata dá do Jardim Botânico, não há tensões entre os agricultores e o Estado, até porque a reserva florestal é protegida por cercas. O cultivo, nessas áreas, assim como nos *loops* A e B, não é feito mediante princípios agroecológicos. Ao serem questionados sobre o assunto, os agricultores responderam que não tem nenhum contato com os funcionários do Jardim Botânico e que não têm nenhum interesse em mudar suas formas de cultivo.

A dinâmica espacial das áreas supracitadas apresenta-se distinta, e ao mesmo tempo semelhante, em diversos aspectos, como se pode ver a seguir:

Semelhanças:

- Tipos de produtos – predominantemente hortaliças, as áreas destinadas a fruteiras e animais, estão localizadas entre os lotes com cultivo de hortaliças;
- Migração – a grande maioria dos agricultores ou são imigrantes ou são filhos de imigrantes;
- Idade dos agricultores – a maioria dos agricultores aparenta ter idades entre 45 e 65 anos, os mais novos são seus filhos ou contratados, na maioria das vezes temporariamente;
- Destino da produção – a maior parte da produção é destinada à comercialização, seja no CEASA, às margens das rodovias, pequenos pontos comerciais nos bairros vizinhos, ou até mesmo entre os próprios agricultores;
- Trabalho familiar – em toda a área a produção é predominantemente familiar;
- Tensões – as tensões são evidentes nas falas dos agricultores, ou são tensões entre os próprios agricultores, ou entre os agricultores e os que constroem residências, os dois grupos e o Estado. Pelo menos desde que foram iniciados os estudos nessas áreas (2005), que em cada visita há sempre um entrevistado comentando da insatisfação que permeia as atividades.

Distinções:

- Motivação para o trabalho – a motivação para o fato de estarem trabalhando com agricultura naquelas áreas varia de acordo com as especificidades de cada área e do poder aquisitivo dos agricultores;

- Usos – embora a predominância seja a agricultura, há também a pecuária, áreas que são utilizadas apenas para comercialização de produtos à margem das rodovias e áreas que são destinadas à moradia, dependendo, também da motivação para o trabalho;
- Dependência de recursos naturais – nesse aspecto, a diferenciação é bastante evidente. Enquanto em alguns lotes há água, energia e solo corrigido, permitindo-se que a produção seja contínua, em outros, espera-se apenas o período de chuvas para se plantar, ou espera-se que as chuvas sejam amenizadas porque os solos tornam-se encharcados.

Numa perspectiva geral do que vem a ser a agricultura urbana às margens das rodovias em Recife, percebe-se que ela está localizada em pontos onde a paisagem, por vezes parece bastante urbanizada, e por vezes apresenta elementos rurais. Exemplos dessa integração do rural com o urbano, ao longo das rodovias, em Recife são: O “Sítio Boa Fé”, localizado no km 72, da rodovia BR-101, em Jardim São Paulo que, apesar de estar localizado num trecho bastante urbanizado, trata-se de um pequeno lote de terra onde existem 04 unidades residenciais conjugadas de madeira e alvenaria, um pomar com bananeiras e um estábulo com porcos, às margens de um riacho/canal. Segundo o proprietário, a criação de porcos funciona para complementação da renda familiar. Quando perguntado acerca da manutenção de uma placa indicando ser ali um sítio, respondeu o proprietário:

“Quando eu cheguei aqui (há cerca de 35 anos), era tudo mato, depois foram construindo casas. Meu terreno é pequeno mas eu crio porcos e planto banana, acho que é um sítio. E isso é muito bom, as árvores (2 mangueiras) tiram essa poluição dos carros aí na BR”. (Declaração do proprietário do “Sítio Boa Fé”, em entrevista, em janeiro de 2009).

Há também, outro sítio, localizado na mesma rodovia, à margem direita do Rio Capibaribe. Ali se cultiva milho, feijão e outros artigos agrícolas. Como se pode ver na foto 13, há uma residência e fruteiras.



FOTO 13

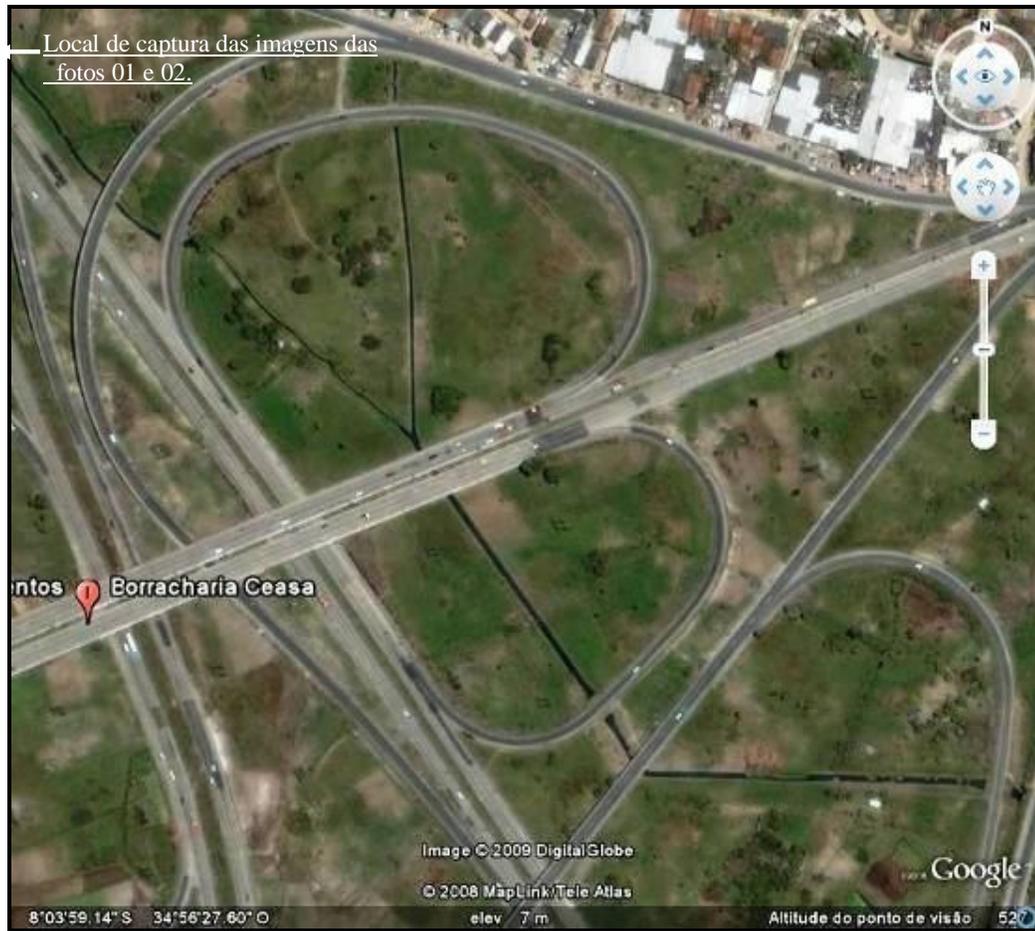
SÍTIO LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-232 NAS PROXIMIDADES DA “FAVELA DO DETRAN”

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Existem outros exemplos de “sítios” localizados às margens das rodovias em Recife, o que reforça a complementaridade urbano-rural da agricultura urbana, a qual se defende na presente dissertação.

Problemas identificados no processo de produção agrícolas às margens das rodovias

No que tange à dimensão ecológica da agricultura urbana, é importante destacar o fato de que os recursos naturais utilizados para a produção, tanto podem contribuir para o equilíbrio do ecossistema urbano, quanto para torná-lo ainda mais desequilibrado, não permitindo o seu desenvolvimento sustentável, que é uma das vantagens da agricultura urbana. Por exemplo, a água utilizada na produção das áreas em destaque é de qualidade duvidosa, retirada de poços perfurados e/ou de córregos que apresentam índices de poluição visíveis. Na figura 13 são mostrados alguns dos córregos e as foto 14 e 15 mostram um desses córregos de perto.



Local de captura das imagens das fotos 01 e 02.

FIGURA 17
CÓRREGOS ENTRE OS CONTORNOS VIÁRIOS
Fonte da imagem: Google Earth.



FOTO 14
TRECHO DE UM CÓRREGO ENTRE OS CANTEIROS DE PLANTIO
Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2008.



FOTO 15

TRECHO DE PLANTIO COM CÓRREGO ENTRE OS CANTEIROS

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2008.

Entre os corpos d'água destacados existem vários outros que são minúsculos, por isso não são visíveis na figura 17. Não é feita, por parte dos agricultores, nenhuma análise quanto à qualidade da água a qual, por seu turno, pode contaminar a produção, as pessoas que consomem os produtos e ainda formar uma cadeia de contaminação, uma vez que os adubos e fertilizantes químicos e inseticidas utilizados entram em contato direto com a água e o solo.

Nos períodos chuvosos, não se planta em alguns trechos porque se tornam alagados, o que contribui para a criação de animais como bovinos e eqüinos, na medida em que isto o tipo de vegetal que renasce nas várzeas serve como fonte de alimento para os animais.

Nestes lugares, portanto, a produção não é desenvolvida com princípios da agroecologia, e nem em à maneira de hortas comunitárias. A não adaptação aos princípios da agroecologia é um fator de impedimento à obtenção de recursos, tanto financeiros, quanto de capacitação, para agricultura urbana oferecidos por ONG's e governo federal, mediante projeto executado pela PCR, engendrando assim outro problema. Ao se perguntar os motivos que levam os agricultores daqueles lugares a não produzirem mediante os princípios da agroecologia, ouviu-se o seguinte:

“Isso de agroecologia é coisa de rico, ou de gente que tem muita terra, a gente aqui tem mesmo é que plantar com química porque a terra está muito fraca. Também mais de 30 anos plantando na mesma terra sem dar descanso tem que ficar fraca mesmo”. (Transcrição de um comentário de um agricultor em agosto de 2008).

Pode-se observar que há alguma aproximação entre os agricultores das áreas em estudo. Contudo, esta aproximação limita-se ao nível da comunicação para comercialização de produtos, não havendo nenhuma perspectiva de cooperação, em grupo no sentido de conquistarem benefícios para a produção e a comercialização. O pouco que há de aproximação entre as próprias famílias dos agricultores das três subáreas, e entre as comunidades próximas, acontece a partir do lazer, como é o caso do uso que fazem de 03 campos de futebol, localizados entre os canteiros. A foto 16 mostra dois campos de futebol localizados em frente ao CEASA, entre dois contornos viários produtivos.



FOTO 16

CAMPOS DE FUTEBOL UTILIZADOS POR MORADORES E AGRICULTORES

Foto: Rubio Ferreira, janeiro de 2009.

Outro problema identificado, diz respeito à falta de integração e articulação, e o individualismo entre os agricultores das áreas em tela, impedem a conquista de benefícios que poderiam levar ao desenvolvimento da agricultura urbana às margens das rodovias. Um outro fator negativo, presente na agricultura urbana às margens das rodovias, em Recife, é que com o individualismo dos agricultores, perde-se uma das características fundamentais da agricultura urbana, que é a dos laços de sociabilidade, como já foi dito no primeiro capítulo desta dissertação.

É importante lembrar que, para que ser inserida a agricultura urbana no planejamento urbano, exige-se que se conheçam as peculiaridades de cada espaço onde ela é produzida, como defendem Zeeuw et al. (2000) e Ferreira & Castilho (2007b). Espaços, nos quais a agricultura

urbana acontece em “ilhas” apresentam poucas possibilidades de serem contemplados nos planejamentos urbanos, o que é refletido no espaço local, quando se sabe, que nem em projetos de apoio à agricultura urbana, desenvolvidos pela Prefeitura do Recife, esses agricultores são inseridos.

3.2.2 Pomares e Hortas Comunitárias Urbanas

Se a agricultura urbana produzida às margens das rodovias, surgiu como uma forma de rugosidade espacial e mediante novos usos dos espaços, as hortas comunitárias urbanas, surgem, em sua maioria, mediante ações governamentais, de ONG's, escolas etc. isto, claro, mediante demandas sociais. Desta feita, é que as hortas comunitárias são vistas como uma das mais eficazes ferramentas para se diminuir a insegurança alimentar, promover renda etc. Mas, o que são hortas comunitárias? Segundo Arruda (2006, p. 34):

São hortas cultivadas em conjunto por grupos de famílias ou pessoas de uma comunidade, através de cooperativas de produção, que ficarão responsáveis pelo gerenciamento da produção. A gestão das hortas comunitárias incorpora a participação ativa da comunidade, responsável pela administração e manejo das mesmas, e, eventualmente, com o acompanhamento técnico e fiscalização do poder público.

Portanto, “são hortas urbanas, comunitárias, instaladas nas proximidades de comunidades, nas quais os próprios moradores trabalham em coletividade” (SILVA, et al. 2006). Desse tipo de unidades produtivas, em Recife, atualmente, há cerca de 90 agricultores envolvidos, os quais são apoiados pela Prefeitura, em 11 hortas comunitárias distribuídas pelo município. A figura 18 mostra a distribuição espacial das hortas comunitárias em Recife, apoiadas pela Prefeitura.

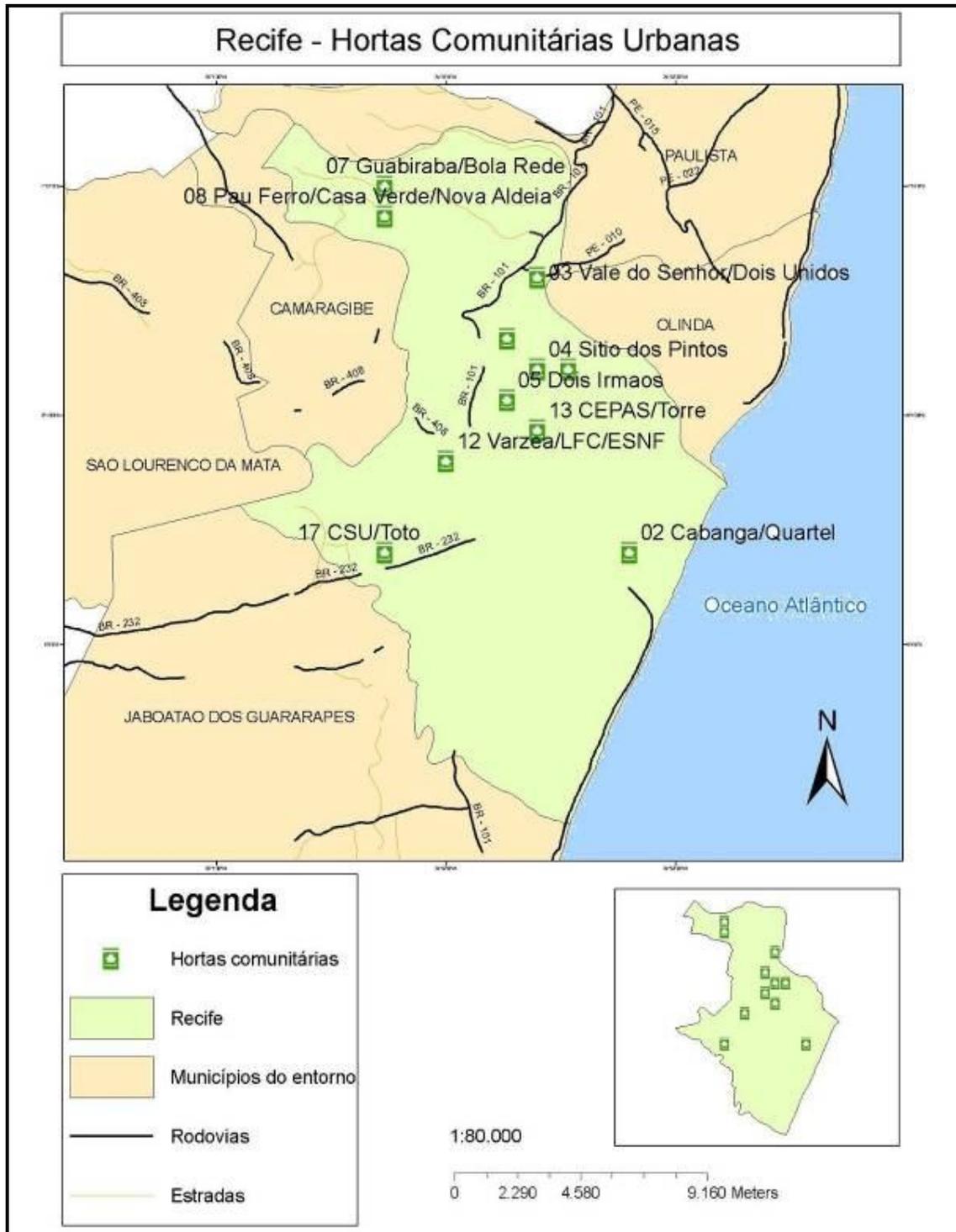


FIGURA 18
 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS APOIADAS PELA
 PREFEITURA DO RECIFE
 Elaborado pelo autor com base cartográfica do ZAPE (PERNAMBUCO, 2001).

Outras entidades públicas, (Instituto Agrônômico de Pernambuco/IPA, ligado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, o Departamento de Agronomia da UFRPE/Universidade Federal Rural de Pernambuco) e diversas ONG's apóiam as hortas comunitárias.

A agricultura urbana é praticada por diversos grupos sociais em diferentes ambientes da cidade, evidenciando a sua importância no processo de produção deste espaço urbano que apresenta índices de situação de pobreza que abrangem 2/3 da população total, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (Recife, 2005). Esse mesmo documento mostra que o índice de indigência em 2000, no Recife, alcançava 49,38% da população, e que 13,56% das pessoas possuíam renda per capita abaixo de R\$ 37,75.

Ao mesmo tempo, sabe-se que é de responsabilidade do Estado, distribuir benefícios sociais. Para isso, deve implementar políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades, que são estruturais e produzidas pelo modelo econômico vigente. Diante disso, em 2004, a Prefeitura, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, implantou o “Programa Agricultura Urbana: manutenção das hortas e pomares comunitários”, com recursos do governo federal, por meio do “Programa Fome Zero”. O projeto visava ocupar os espaços urbanos ociosos e degradados, com a prática da agricultura orgânica, no sentido de gerar trabalho, renda e segurança alimentar para 590 famílias em situação de insegura alimentar. Vale salientar, que a situação de insegurança alimentar no estado, em 2004 era de 51,2 %, segundo IBGE (2006).

Em 2007, com a conclusão do referido projeto, e mediante a necessidade de continuar o trabalho de apoio à agricultura urbana, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, por meio da Diretoria de Abastecimento e Segurança Alimentar, desenvolveu, com 95% de recursos do governo federal, o “Projeto de Apoio Complementar ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Recife” que vigorará até 2009.

Das 11 hortas comunitárias, destacadas na figura 18, apenas 08 estão em funcionamento. Segundo o gestor do Projeto, há pouca disponibilidade de recursos financeiros, pouco interesse de grande parte da população em desenvolver atividades agrícolas e dificuldades burocráticas nos âmbitos do poder público e das ONG's, que são os meios de ligação entre os grupos de agricultores e o poderes públicos. Os recursos financeiros para o desenvolvimento

do segundo projeto, até dezembro de 2008, não haviam sido disponibilizados pelo governo federal, o que levou à deficiência do trabalho.

Outra mudança ocorrida entre os dois projetos refere-se à quantidade de pessoas previstas para serem atendidas; reduziu-se de 590 para 240 famílias de agricultores. Entretanto, segundo o gestor do Projeto, apenas 92 agricultores, distribuídos pelas 08 hortas comunitárias em atividade, estão sendo beneficiados diretamente. Vale salientar, que as hortas comunitárias, especificadas na figura 18, estão localizadas em áreas cujos índices de pobreza são os mais altos da cidade.

Das 08 hortas comunitárias atendidas pela Prefeitura, duas serão destacadas: a da “Turma do Flau”, em Pau Ferro e a do “CSU”, no Totó. A primeira está estabelecida numa chácara, de propriedade do Centro Educacional Profissionalizante Flau¹⁶ (CEPF), numa área de 15.000 metros². Isso significa dizer que, esta é a maior horta, em extensão, apoiada pela Prefeitura. A segunda foi estabelecida para atender 20 famílias. Contudo, atualmente, apenas 1 agricultora trabalha numa área muito pequena. Segundo essa agricultora:

“No começo tinha muita gente, mas quando viram que o trabalho era pesado foram desistindo. No lugar da horta, o Centro construiu salas e eu vim pra esse canto aqui. Eu trabalho sozinha, não rende muito, mas, como eu sou aposentada não consigo ficar em casa, aí venho pra cá, cuido da minha horta, os vizinhos vêm aqui comprar. Quando tem muita coisa pra fazer e eu não dou conta, eu chamo um menino que mora perto de casa e está sem emprego, ele me ajuda e eu dou um trocado a ele. Esse povo é muito preguiçoso, ninguém quer trabalhar só querem dinheiro.”
(Declaração da agricultora no CSU. Entrevista realizada em novembro de 2008).

A área que correspondia a 1.500m², hoje, não passa de um pequeno lote de forma triangular com aproximadamente 3x11m. Trata-se da menor horta, dentre as destacadas.

Outro fator importante, no que tange à reprodução das 02 hortas, e que nos dois casos são distintos, é o que diz respeito à entidade de ligação entre os agricultores e a Prefeitura. No primeiro caso, uma ONG, a Turma do Flau utiliza a horta primordialmente para fins pedagógicos, visto que atende muitos adolescentes e jovens. No segundo caso, o CSU oferece apenas água e o espaço, o resto das necessidades fica por conta da agricultora que apela para Prefeitura que fornece sementes e orientações, quando solicitadas.

¹⁶ O CEPF é uma ONG instalada no bairro de Brasília Teimosa e que atende a crianças, jovens e adultos do bairro. A entidade oferece cursos profissionalizantes, artesanato, dança etc. A horta comunitária é uma das atividades da ONG.

Ao que se percebe, há uma grande lacuna entre realidade social e ações do poder público no sentido de amenizar as desigualdades sociais. O que ocorre nos casos dos projetos supracitados é que, como a maior parte dos recursos para agricultura urbana é de origem do poder público federal, o governo municipal observa a demanda local e, no intuito de “se encaixar” nos parâmetros para aprovação, desenvolve projetos que pouco leva em conta as reais necessidades dos agricultores locais e com isso, perdem-se recursos e oportunidades de promover efetiva inclusão social, reprodução da atividade econômica e autonomia para os agricultores urbanos. Daí a necessidade de serem consideradas as especificidades de cada espaço, ou seja, dar-se real importância às horizontalidades do lugar, quando se pretende desenvolver projetos que visem à melhoria de vida das pessoas.

As hortas e os pomares comunitários urbanos em Recife produzem hortaliças, fitoterápicos e frutas, que são distribuídas entre as famílias envolvidas, doados às comunidades e comercializadas nas próprias hortas e em feiras de “produtos orgânicos”, distribuídas pela cidade nos bairros de Boa Viagem, Sítio da Trindade, Boa Vista, Graças, UFPE e CEASA. Estas feiras ocorrem em dias distintos e são compostas não apenas pelos agricultores urbanos do Recife, como também pelos de outros municípios da metrópole e do interior do estado. Nesse quesito, as ONG's oferecem apoio logístico.

O papel das ONG's na realização das hortas comunitárias urbanas é fundamental, uma vez que são elas que recrutam as pessoas que serão beneficiadas pelos projetos que elas criam, ao mesmo tempo em que disponibilizam terras, capacitação e gerenciamento das hortas. Tudo isso é somado ao apoio oferecido pela Prefeitura. As ONG's que atuam mais diretamente nas hortas comunitárias são:

- **Centro Educacional Profissionalizante do Flau** – entidade católica, localizada em Brasília Teimosa oferece cursos de qualificação profissional, cursos de dança e artesanato e apoio pedagógico para adolescentes do lugar, mantém uma chácara em Pau Ferro onde é realizada parte das atividades, dentre as quais a atividade de cultivo de hortaliças, fitoterápicos etc. O alvo principal desta ONG é o grupo de adolescentes e jovens, os adultos são incluídos no processo de produção agrícola.
- **Lar Fabiano de Cristo** – uma ONG com projetos ligados a uma rede nacional de assistência com inclusão social, uma área de 3.000 m² é ocupada com produção de plantas medicinais e horti-fruti que são distribuídas entre as famílias envolvidas. O público alvo é o das mães.

- **Serta – Serviço de Tecnologia Alternativa** – Centro Tecnológico da Agricultura Familiar, atua basicamente em três linhas de ações. Formação Profissional de Jovens, Capacitação de Agricultores e Formação de Professores. Esta ONG atua principalmente como articuladora para comercialização dos produtos através de um projeto com bases na economia solidária.

O Estado, no caso o governo municipal, oferece sementes, insumos orgânicos (minhocas, composto orgânico etc.), máquinas e equipamentos, manutenção das máquinas e capacitação. Para o suprimento de insumos, sementes etc. das hortas comunitárias, a Prefeitura do Recife mantém uma sementeira instalada em Poço da Panela (Casa Amaela), como já foi explicitado. Esta sementeira está em processo de mudança para o Jardim Botânico localizado às margens da BR-232.

O Departamento de Agronomia, junto ao PET de agronomia da UFRPE, apóia as hortas comunitárias com suporte técnico e troca de experiências entre os alunos da Universidade e os agricultores e entre os próprios agricultores.

O que se percebe, pelas entrevistas e publicações, nas quais se discute a agricultura urbana, em Recife, é que a falta de políticas públicas para a agricultura urbana é o principal fator de entrave ao desenvolvimento desta atividade. Até o momento, parece que as ações são apenas pontuais. Daí surgirem questões do tipo: em que medida os programas de apoio à agricultura urbana atendem, de fato, os anseios dos agricultores? Será que se pode pensar em reprodução autônoma das hortas? Estas questões serão tema das nossas próximas pesquisas que serão realizadas nos próximos 04 anos, nesta mesma instituição (UFPE/DCG).

3.2.3 Agricultura Urbana às Margens das Reservas Florestais

Dentre os três perfis de áreas com agricultura urbana destacada nesta dissertação, as que apresentam a maior parte de elementos complementares entre o espaço rural e o urbano, são as unidades produtivas localizadas próximas às reservas florestais. Isso ocorre por diversos motivos, dentre as quais se acha o fato de que estes espaços são os que apresentam os menores índices de densidade de urbanização. Tanto que, em alguns documentos, como já foi dito, estes espaços são classificados como semi-rurais.

Trata-se de áreas com predominância de mata que em certos pontos são seccionadas para ocupação por chácaras, pequenas propriedades, arruados de casas e no caso das áreas localizadas nas proximidades do Horto de Dois Irmãos, a UFRPE. Por serem áreas de mata, a primeira vista, percebe-se que o grau de urbanização é bem menor do que nas áreas anteriormente destacadas. A figura 19 mostra 04 destas áreas próximas às reservas florestais.

Recife – Agricultura Urbana às Margens de Reservas Florestais



A) Pau Ferro – cultivo em quintais, escolas, associações e etc.; B) Guabiraba – cultivo em quintais, escolas, associações e etc.; C) Sítio dos Pintos – cultivo às margens de reserva florestal, em quintais, escolas, associações e etc; D) Dois Irmãos – cultivo às margens de área de preservação ambiental, em quintais, escolas, associações e etc.

FIGURA 19

CONJUNTO DE IMAGENS DE ÁREAS COM AGRICULTURA URBANA LOCALIZADAS PRÓXIMO ÀS RESERVAS FLORESTAIS

Fonte das imagens: Google Earth (2008).

Nas 04 áreas supracitadas, também há hortas comunitárias e pomares apoiadas pela Prefeitura do Recife e por ONG's. O que será mostrado aqui é apenas uma perspectiva geral desses espaços, visto que são, em certa medida, parecidas tanto do ponto de vista da paisagem, como da dinâmica espacial. Também porque nestas áreas então localizadas algumas das hortas comunitárias anteriormente apresentadas.

O cultivo nessas áreas nem sempre está ligado a ações de ONG's e ao apoio do Estado. Em alguns casos, as unidades produtivas são de propriedade de agricultores que já desenvolvem esta atividade há muitos anos, o que se justifica pelo fato dessa área ter sido a que mais demorou a ser urbanizada, como já o dissemos.

Nestas áreas há, também, pessoas cujos pais eram agricultores, mas que não se interessam por este tipo trabalho, então procuram trabalhos urbanos. Daí fazem instalação de bares e restaurantes, já que suas propriedades comportam muito mais que suas residências e são lugares visitados por pessoas que buscam áreas verdes para descanso. Neste caso, as ONG's estimulam o cultivo de plantas medicinais, inhame, macaxeira e outros produtos do gênero para consumo familiar e uso nos alimentos comercializados nos bares, além de trocas e doações entre os próprios agricultores. A SOS Corpo (2007) identificou diversas unidades. Foram entrevistadas 04 pessoas as quais nos informaram terem iniciado o cultivo impulsionado pelos estudantes da UFRPE, que ofereceram capacitação para o cultivo. Contudo, nenhuma das 04 entrevistadas deram continuidade.

O trabalho agrícola, nestas áreas, é essencialmente papel da mulher, visto que os chefes das famílias, em sua maioria, fazem trabalhos urbanos em outros setores da economia urbana e a agricultura serve como complementação da alimentação familiar e apenas em poucos casos, como complementação da renda familiar.

Nestas áreas cultivam-se frutas como: caju, banana, jaca, goiaba, manga, acerola, pitanga, abacate, coco, maracujá etc; cultivam-se, também, inhame, macaxeira, coentro, cebolinha e plantas medicinais como: capim santo, erva cidreira, colônia etc. O tipo de manejo é misto, em algumas área se produz com princípios agroecológicos, como é o caso dos que recebem apoio de ONG's e das que estão inseridas nos projetos da Prefeitura.

Mas existe um grupo de agricultores que produzem agricultura tradicional, os que têm a agricultura como fonte de renda principal ou correspondente, a pelo menos 50% da renda familiar; justamente os que também precisam ser assistidos por programas públicos.

Diante da realidade da agricultura urbana, em Recife, é preciso que se busquem mecanismos que levem esta atividade a promover o desenvolvimento efetivo das pessoas que a ela se vinculam. Para tanto, o Estado pode desempenhar papel fundamental, principalmente se incluí-la, efetivamente, nas ações de um planejamento urbano conseqüente.

Tem-se então uma dinâmica urbana impulsionada também por complementaridades rural-urbanas, como se pôde perceber ao longo desta dissertação. Contudo, as suas formas espaciais de representação (agricultura às margens das rodovias, às margens das reservas florestais e as hortas comunitárias) apresentam-se fragmentadas mesmo que suas funções sejam basicamente as mesmas – complementaridade de renda e segurança alimentar. Para que a agricultura urbana extrapole suas funções econômicas e chegue a promover melhora da qualidade de vida dos agricultores é preciso que os problemas sejam identificados e resolvidos mediante sua inclusão num planejamento urbano conseqüente.

4 A AGRICULTURA URBANA: DESAFIOS AO PLANEJAMENTO URBANO

A prática do planejamento requer do governo uma visão de médio prazo, ou seja, uma *proposta norteadora* de sua ação, cuja aceitação social pode ser negociada com as forças sociais nas fases democráticas, mas que pode ser imposta pela força, nos períodos de ditadura. (ARAÚJO, 2000 b, p. 16).

Mediante a epígrafe supracitada, algumas questões tornam-se insofismáveis nas preocupações de todos aqueles que, de alguma forma, ocupam-se com o mote da injustiça social que assola os mais diversos espaços no mundo cada vez mais globalizado sob princípios neoliberais; e principalmente, para aqueles que vêm no planejamento regional e urbano, uma importante ferramenta para a diminuição das desigualdades sociais, o que levaria ao real desenvolvimento urbano desejado, numa perspectiva socioespacial.

Na perspectiva de que planejar é antes de tudo um exercício de preparação racional, para ações que visam concretizar o ideal, futuro desejado, como defende Santana (1990), no presente capítulo buscar-se-á identificar as bases do planejamento regional e urbano, para implementar as principais ações dos atores e agentes sociais locais, no sentido de considerar a agricultura urbana como ferramenta para o desenvolvimento, mediante o planejamento conseqüente.

Considerando-se que o planejamento sócio-econômico constitui-se de “um processo de mobilização de forças e atores sociais para edificação de um estado desejado coletivo” (SANTANA, *ibidem*, p. 11), o grande desafio, do planejamento é, portanto, ir além do viável, ultrapassar o possível e realizar o ideal.

4.1 NOTAS ACERCA DO PLANEJAMENTO REGIONAL E DO PLANEJAMENTO URBANO

As questões urbanas, nos diversos âmbitos (social, econômico, ambiental etc.), têm entusiasmado intelectuais e cientistas, desde muito tempo, no sentido de se buscar soluções para os problemas que surgem mediante o processo de construção dos espaços. Diante desse conjunto de lucubrações, existe o planejamento que pode ser uma importante ferramenta para a gestão do território. Contudo, este mesmo planejamento, também, tem sido alvo de críticas e

conseqüentes reformulações das suas bases metodológicas, num processo saudável de desenvolvimento de técnicas, diante do processo evolutivo do espaço.

As maiores críticas ao planejamento urbano surgiram nos anos e 80 do século passado, sustentados na idéia de que constitui um instrumento de intervencionismo e regulacionismo estatal funcionando a serviço do capitalismo (SOUZA, 2006). Com o fortalecimento do neoliberalismo, nos anos 1980, baseado na idéia do “estado mínimo”, largamente divulgado em todos os países capitalistas, o recurso ao planejamento enfraqueceu, uma vez que ele ainda nutria estreita relação com o Estado intervencionista. É nesse momento de enfraquecimento do planejamento que, segundo Souza (ibidem), se popularizou o termo “gestão” como ação que busca resolver os problemas em curto prazo e não em longo prazo como exige o planejamento.

A atividade de planejar baseia-se em quatro elementos segundo Culling-Worth (1997, apud SOUZA, 2006 p. 34), que são: Pensamento orientado para o futuro; escolha entre alternativas; consideração de limites, restrições e potencialidades, prejuízos e benefícios; e possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis. O planejamento que interessa no presente trabalho é o planejamento sócio-econômico, ou seja, o planejamento urbano, que difere, segundo Souza (ibidem), da gestão urbana. Mas que devem ser pensados e utilizados complementarmente, no sentido da busca, como meta, do desenvolvimento sócio-espacial e urbano.

A diferenciação da gestão para o planejamento, como já dito, reside principalmente no tempo de ações conseqüentes e nos tipos de atividades. Se na gestão as respostas às ações devem ser imediatas, no planejamento o médio e o longo prazos são os tempos necessários para que os resultados apareçam. Souza (2006, p. 46) diz:

[...]gestão remete ao presente, gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*. O planejamento é preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre indispensáveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem decorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*. (Grifos no original).

Ao mesmo tempo, planejar, segundo Matus (1996), remete a executar 04 passos: predizer e prever o futuro, ter flexibilidade para adaptarem-se às mudanças no quadro que foi previsto e

aprender com os erros. Neste processo de planejamento é preciso atacar, mas ao mesmo tempo buscar mecanismo de proteção. O mesmo autor chama os quatro passos referidos de trincheiras que são ferramentas de proteção indispensáveis ao planejamento.

Também, o planejamento sócio-econômico e a gestão devem ser ferramentas utilizadas no sentido de se alcançar melhorias da qualidade de vida e aumento da justiça social. Só assim poder-se-á realizar o desenvolvimento sócio-espacial. Para tanto, é preciso que se atente para a espacialidade, ou seja, não se deve perder de vista a importância do espaço enquanto instância social. É preciso que se leve em conta o tipo de espaço ao qual receberá as ações, uma vez que o espaço não é apenas lócus, mas é também reflexo e, ao mesmo tempo, subsídio para o desenrolar da sua realização e o acontecer da vida social.

Por isso, além da necessidade de não se confundir planejamento com gestão, para se realizar objetivos que visam ao desenvolvimento, deve-se estar atento à escala de ação dos agentes e atores sociais e o tipo de espaço que se pretende atuar. Daí a importância da diferenciação entre planejamento nacional e regional e planejamento urbano. Quando se atenta para a questão da escala de ação do planejamento, entende-se que os territórios são distintos, ou seja, possuem suas peculiaridades. Portanto, quanto maior for à escala de ação a ser atendida pelo planejamento, tanto mais complexo será o ato de planejar e desenvolver a gestão.

Ao se atentar para estes dois aspectos do planejamento – o da espacialidade e o da escala de ação – surgem alguns questionamentos no sentido de observar se estes aspectos estão sendo levados em conta no planejamento em âmbito federal, regional e urbano. No caso específico da agricultura urbana em Recife, esta atividade parece não tem sido efetivamente contemplada no planejamento urbano.

4.2 A AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA CIDADE DO RECIFE

O planejamento governamental, no Brasil, data dos anos 1950, segundo Araújo (2000a), com o Plano de Metas, que norteou o governo de Juscelino Kubitschek e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. O planejamento governamental vem se ajustando aos processos econômicos de cada tempo, mediante as mudanças advindas da globalização latente no mundo. No caso específico da região Nordeste,

o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que deu suporte à criação da SUDENE, propôs a industrialização dessa região.

O esforço da industrialização do Nordeste foi tanto o foco para o desenvolvimento regional, que, mesmo que a SUDENE tenha proposto a diversificação da produção para a Zona da Mata, a produção do álcool, derivado da cana-de-açúcar, foi a grande beneficiária dos recursos estatais. A outra área que recebeu recursos para a agricultura é a do São Francisco, conforme mostra Araújo (ibidem).

Passadas as crises dos anos 1980, e com o avanço da revolução técnico-científica o setor de serviços tornou-se o “grande empregador” de mão-de-obra, suscitando também o aumento do número de pessoas trabalhando por conta própria. Chegados os anos 1990, com o advento do projeto neoliberal e as privatizações, a questão regional, segundo Araújo (2000a), foi deixada ainda mais de lado, baseando-se o governo na idéia de que as dinâmicas econômicas não possuem mais bases regionais. Sobre este assunto, a mesma autora concorda com Chico de Oliveira, quando diz que mesmo que a economia não seja mais regionalmente localizada, as especificidades locais devem ser levadas em conta quando se busca planejar para desenvolver algum lugar.

Independentemente do grau de tecnocracia presente na base do planejamento e da gestão urbanos, algumas ferramentas são utilizadas no sentido de se regular a densidade e a forma da ocupação do espaço. Esses instrumentos estão ligados a ações urbanísticas, aos zoneamentos de uso e ocupação do solo e aos índices ou parâmetros reguladores da densidade e forma de ocupação do espaço (SOUZA, 2006). Evidente que, dependendo da forma do uso (político, técnico etc.) que se faz dessas ferramentas, o espaço urbano será modificado em sua estrutura e, podendo-se vislumbrar o desenvolvimento sócio-espacial ou não.

Algumas destas ferramentas foram identificadas em Recife, principalmente as que interferem no uso e ocupação do solo urbano com a agricultura urbana, como foi destacado no capítulo 02 da presente dissertação. Das ferramentas ligadas ao planejamento, neste município, algumas são utilizadas. Para a implementação de cada um destes instrumentos, busca-se apoio nas ferramentas que traçam os princípios, as diretrizes e os objetivos das políticas urbanas, que são: A Lei Orgânica que foi recentemente reformada em 2007, e o Plano Diretor, também reformado em 2008.

Uma das principais ferramentas de gestão e planejamento, em Recife, é o zoneamento urbano que é utilizado desde 1936, quando se dividiu a cidade em 03 zonas. O zoneamento nesta cidade, segundo a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (RECIFE, 2001) busca atender as mais diversas necessidades, dependendo do órgão que estabelece a divisão. Nesse sentido, as divisões estão classificadas em 03 tipos: divisão pela legislação urbanística, divisão para gestão e administração municipal e divisões para fins de informações. As informações disponibilizadas a partir desses zoneamentos são as mais diversas e abrangem os mais distintos temas. O zoneamento mais divulgado é o das Regiões Político-Administrativas (RPA's). Talvez isso se justifique, hoje, pelo fato de seu objetivo maior ser o de facilitar a implementação do orçamento participativo.

Atualmente, o Recife está dividido em 06 RPA's, que são subdivididas em 03 microrregiões, formando um total de 18 microrregiões. As bases para este zoneamento remontam a 1986, quando a cidade tinha sido dividida em 12 RPA's com o intuito da implantação do programa Prefeitura nos Bairros, um protótipo do que hoje se chama Orçamento Participativo. A figura 20 mostra o atual zoneamento do Recife por RPA's.

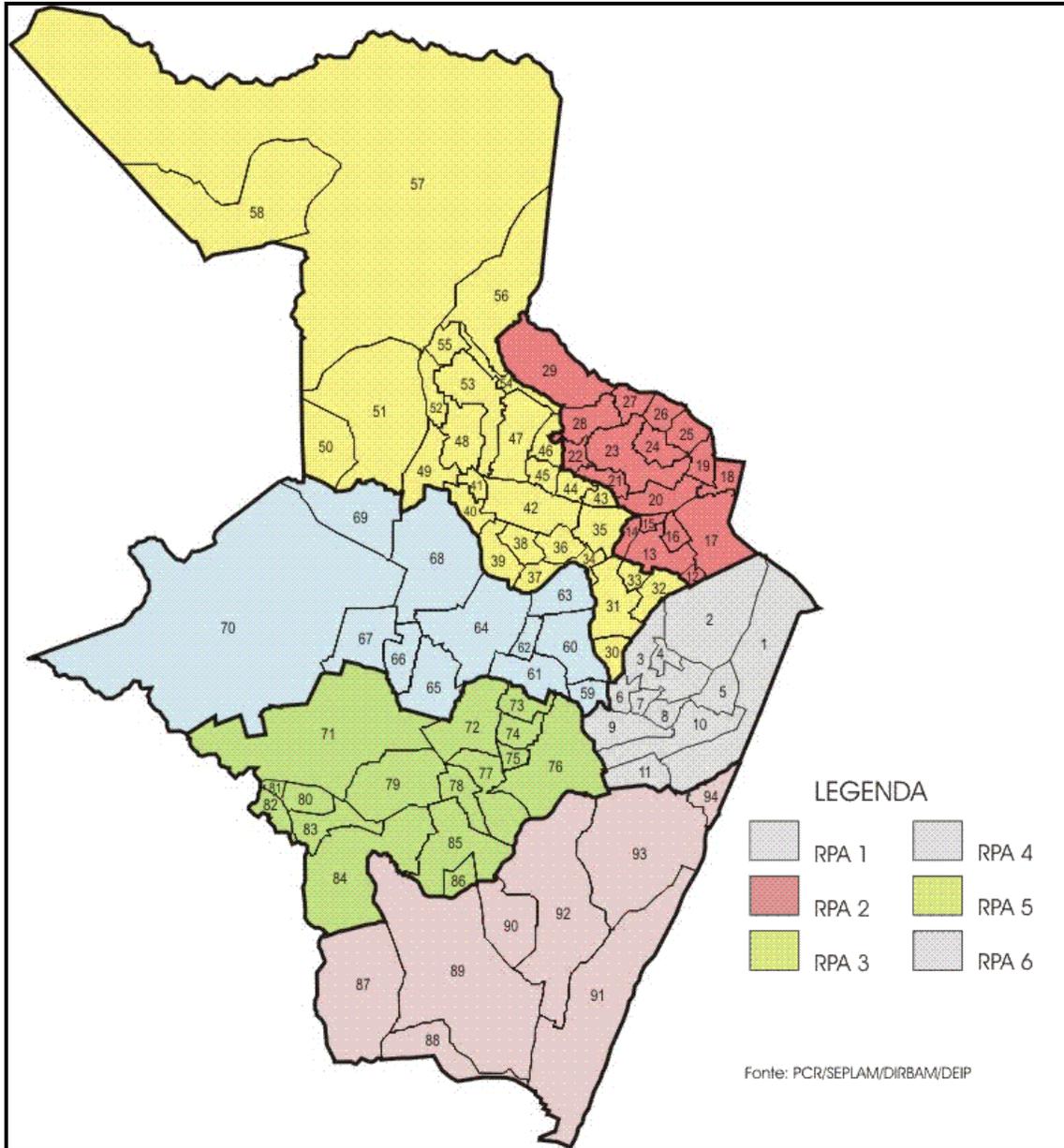


FIGURA 20

RECIFE – REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS¹⁷

Fonte: Prefeitura do Recife/Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/mapasRPA3.php>. Acesso em: 01/12/2008.

O número de bairros por cada RPA varia de maneira que a 3 – Noroeste, abrange 29 bairros, enquanto que a 6 – Sul, apenas 08. Como mostrado no quadro 04.

¹⁷ A lista dos bairros mostrados numericamente na figura 20 consta dos anexos desta dissertação.

Recife – Bairros por RPA e microrregião			
RPA - Referência Espacial	Microrregião	Bairros	Nº de bairros
1 - Centro		Nº total de bairros por RPA	11
	1.1	Recife e Santo Amaro	02
	1.2	Boa Vista, CABANGA, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José e Soledade.	07
	1.3	Coelhos e Ilha Joana Bezerra.	02
2 - Norte		Nº total de bairros por RPA	18
	2.1	Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho e Torreão.	09
	2.2	Água Fria, Alto Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Fundão e Porto da Madeira.	06
	2.3	Beberibe, DOIS UNIDOS e Linha do Tiro	03
3 - Noroeste		Nº total de bairros por RPA	29
	3.1	Aflitos, Alto do Mandu, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço, Santana e SÍTIO DOS PINTOS.	14
	3.2	Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição e Vasco da Gama.	05
	3.3	Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, CÔRREGO DO JENIPAPO, GUABIRABA, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho e PAU FERRO.	08
4 - Oeste		Nº total de bairros por RPA	12
	4.1	Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre e Zumbi.	07
	4.2	Engenho do Meio e Torrões.	02
	4.3	Caxangá, CIDADE UNIVERSITÁRIA E VÁRZEA.	03
5 - Sudoeste		Nº total de bairros por RPA	16
	5.1	Afogados, Bongü, Mangueira, Mustardinha e San Martin	05
	5.2	Areias, Caçote, Estância e Jiquiá	04
	5.3	Barro, Coqueiral, CURADO, JARDIM SÃO PAULO, SANCHO, Tejipió e TOTÓ	07
6 - Sul		Nº total de bairros por RPA	08
	6.1	Boa Viagem, Brasília Teimosa, IMBIRIBEIRA, Ipsep e Pina	05
	6.2	Ibura e Jordão	02
	6.3	Cohab	01
		Nº total de bairros do Recife	94

QUADRO 04
BAIRROS DO RECIFE POR RPA E MICRORREGIÃO

Fonte dos dados: Prefeitura do Recife. Disponível em:

<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/>. Acesso em: 02/10/2008.

Os bairros nos se pratica AU estão destacados em caixa alta. Pelo que se pode ver, estão distribuídos em todas as 06 RPA's, mas concentram-se nos ambientes de planície e baixo estuário.

Outro zoneamento que merece destaque é o que divide a cidade em 66 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Este zoneamento, realizado em 1983, teve apoio na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (LEI Nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983). Estas áreas são, segundo a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (PCR, 2001), áreas de assentamentos habitacionais da população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo poder público, onde haja possibilidade de consolidação fundiária. Mesmo que o zoneamento tenha sido feito em 1983, apenas em 1987, com o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), que houve alguma regulamentação e posteriores conquistas sociais. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (Recife, 2005) esta cidade possui 61 ZEIS, abrangendo em 2000, um contingente total de 583.724 pessoas. O Quadro 05 mostra a área que ocupa cada uma das ZEIS.

As ZEIS do Recife – Área			
ZEIS	Área (km ²)	ZEIS	Área (km ²)
01 Afogados	0,31	33 Jardim S. Paulo II	0,02
02 Alto da Jaqueira	0,35	34 Jardim Uchôa	0,10
03 Altos Mandu/Santa Isabel	0,63	35 João de Barros	0,02
04 Apipucos/Vilas Marcionila-Mussum/S.João	0,12	36 Linha do Tiro	0,63
05 Areias	0,29	37 Mangueira	0,63
06 Aritana	0,02	38 Mangueira da Torre	0,01
07 Barro	0,29	39 Mustardinha	0,50
08 Beirinha	0,13	40 Novo Prado	0,06
09 Borborema	0,06	41 Pina/Encanta Moça	0,64
10 Brasília Teimosa	0,65	42 Planeta dos Macacos	0,28
11 Brasilit	0,12	43 Poço da Panela	0,03
12 Caçote	0,33	44 Prado	0,08
13 Campo do Banco	0,09	45 Rosa Selvagem	0,51
14 Campo do Vila	0,01	46 Rua do Rio/Iraque	0,15
15 Campo Grande	0,99	47 Santo Amaro	0,39
16 Capuá	0,06	48 Sítio do Berardo	0,13
17 Carangueijo/Campo Tabaiaras	0,10	49 Sítio do Cardoso	0,14
18 Casa Amarela	9,07	50 Sítio Grande	0,72
19 Cavaleiro	0,75	51 Sítio Wanderley	0,06
20 Coelhos	0,21	52 Tejipió	0,23
21 Coque	0,76	53 Torrões	0,96
22 Coqueiral	0,01	54 UR5/Três Carneiros	1,17
23 Coronel Fabriciano	0,01	55 Vietnã	0,08
24 Dois Unidos	0,35	56 Vila Arraes	0,13
25 Entra-Apulso	0,11	57 Vila do Siri	0,02
26 Fundão de Fora	0,22	58 Vila Esperança/Caboco	0,05
27 Greve Geral	0,01	59 Vila Felicidade	0,04
28 Ibura/Jordão	1,64	60 Vila Redenção	0,06
29 Ilha de Deus	0,09	61 Vila União	0,05
30 Ilha do Destino	0,14		
31 Ilha do Joaneiro	0,09	Total ZEIS	25,92
32 Jardim S. Paulo I	0,02	Total Recife	218,75

QUADRO 05

ÁREAS DE OCUPAÇÃO DAS ZEIS EM RECIFE

Fonte dos dados: Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (Recife, 2005).

Outros zoneamentos existem na cidade, atendendo os mais diversos propósitos, dentre os quais se destacam: o de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), o de Zonas Especiais de Urbanização (ZUP), os ligados aos aspectos físicos ambientais (ZEPA) etc. Como nos últimos tempos, as questões ambientais somadas às questões sociais têm sido foco de diversas discussões e de atenção de planejadores e gestores públicos, e sabendo-se que é no espaço urbano que há concentração de diversos tipos.

No que tange à agricultura urbana, mediante os instrumentos de planejamento e gestão, os zoneamentos são de fundamental importância, visto que quando são identificados terrenos ociosos ou subutilizados na cidade, eles podem ser utilizados para a produção agrícola. No entanto, não há zoneamento que identifique os lugares onde existe agricultura urbana, nem os lugares potenciais para esta atividade.

Outro aspecto importante, a ser destacado, acerca dos instrumentos de planejamento de gestão é a influência desses instrumentos sobre as atividades dos agentes sociais. Souza (2006) diz que estas ferramentas influenciam as ações dos agentes modeladores do espaço urbano podendo servir para informação, estímulo, inibição, coerção etc. destas ações.

Ademais, é preciso atentar para o fato de que esses instrumentos exercem influências sobre as atividades sociais, não podendo ser desconsideradas as articulações entre os diversos agentes socioespaciais envolvidos (poder público, em suas diferentes esferas e sociedade). Senão corre-se o risco de não se compreender a realidade socioespacial que se pretende mudar. Para que haja desenvolvimento sócio-espacial, é preciso que haja mudança positiva na qualidade de vida, como defende Souza (2006). O desenvolvimento sócio-espacial é vislumbrado como uma meta maior. Portanto, já que o sistema capitalista *per se* dificulta a formação de uma sociedade autônoma, a pressão social deve ser considerada uma ferramenta fundamental para que se vislumbre o desenvolvimento sócio-espacial. É nesta perspectiva que a integração entre os diversos instrumentos de planejamento urbano possam contribuir para o desenvolvimento sócio-espacial.

Contudo, se houver integração entre os diversos instrumentos de planejamento urbano, haverá caminhos que possam apontar essa direção. Sobre este aspecto, Monteiro (2005), quando estudou as hortas comunitárias em Teresina (PI), e Arruda (2006), as hortas comunitárias em Campinas (SP), concluíram que a articulação entre as secretarias, e os departamentos das prefeituras são fundamentais para o desenvolvimento e realização dos objetivos propostos nos projetos de apoio à agricultura urbana.

No caso de Recife, a secretaria que desenvolve o projeto que apóia a agricultura urbana visa ao desenvolvimento econômico e tecnológico, não havendo nenhuma articulação com a secretaria de desenvolvimento social. Este é um dos fatores que, somado à falta de interesse por parte dos gestores, impedem que a agricultura urbana nesta cidade seja incluída no

planejamento e sejam desenvolvidas ferramentas de gestão que possibilitem o desenvolvimento efetivo desta atividade.

O Plano Diretor do Recife (Lei Nº 15.547/91), realizado na década de 1990, deu suporte à realização de zoneamentos e elaboração de diversas outras ferramentas legais de planejamento urbano, tais como: Lei Orgânica, Lei de Uso e Ocupação do Sdo, Lei de Edificações e Instalações etc. O Plano foi revisto em 2006, o que gerou um “Diagnóstico Urbano” que destaca quatro pontos: Dinâmica Social do Recife, Dinâmica Físico-Territorial, Identidade Urbanística e Gestão. A quantidade de zoneamentos em Recife é grande e de excelente qualidade técnica¹⁸, podendo servir para o planejamento e a gestão deste espaço urbano, desde que seja considerada a importância dos aspectos sociais, econômicos, territoriais e espaciais na sua totalidade. Na segunda metade de 2008, a Câmara Municipal do Recife aprovou a nova revisão do plano diretor, o que deve ser utilizado nos próximos anos.

A agricultura urbana ainda não é avaliada como uma atividade a ser contemplada no planejamento urbano do Recife, se assim o fosse haveria menção a esta atividade em algumas das ferramentas supracitadas. Pelo contrário, quando tratam da questão da produção e organização do espaço urbano (capítulo III do Plano Diretor do Recife), fala-se em intensificar a ocupação do espaço urbano, para desestimular a retenção de terrenos vazios em áreas dotadas de infra-estrutura básica. Quando este mesmo plano trata das diretrizes para a promoção do desenvolvimento econômico, aborda o turismo, a cultura, o lazer, os setores modernos de serviços, indústria, comércio e a **produção artesanal e familiar**, além de capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico.

Ao verificara menção ao apoio à produção artesanal e familiar, nota-se que a agricultura urbana é incluída como a produção artesanal e familiar, dizendo respeito às pequenas indústrias (dentre elas as de alimentos). Portanto, o apoio que é dado à agricultura urbana, como foi mostrado nesta dissertação, não passa de ações pontuais baseadas em políticas de abastecimento de alimentos, que visam atender apenas às necessidades nutricionais da população de baixa renda.

¹⁸ O Sítio, na internet, da Prefeitura disponibiliza uma gama de informações acerca das suas atividades, dentre elas documentos da maioria das ferramentas de planejamento e gestão: plano diretor, lei de uso e ocupação do solo etc. além de grande parte dos zoneamentos. Constitui-se, portanto, uma importante ferramenta de consulta para a população interessada no assunto.

Viu-se, portanto, que o descaso com a agricultura urbana em Recife impede seu desenvolvimento. Se sequer é contabilizado o número exato de agricultores na cidade, como se conhecer com maior profundidade os espaços onde estas pessoas trabalham? Como identificar suas reais necessidades? Enquanto a agricultura urbana não for vista, pelo poder público, como uma atividade social e legítima, não se poderá promover inclusão social a partir desta atividade, tal como veiculado – como objetivos – nos programas públicos.

4.3 AGRICULTURA URBANA: FATOR DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL?

A agricultura urbana em Recife, assim como os demais atividades, não apresenta indícios de que tenha capacidade de gerar desenvolvimento sócio-espacial, até porque ela não promove mudança social *per se*. Ela funciona apenas como amenizadora de problemas sociais cuja base é a dinâmica das relações de produção mediante estruturas de poder que favorecem indiretamente apenas ao capital.

Mesmo que a agricultura urbana traga alguns benefícios, já que pode promover renda, segurança alimentar, fortalecer a solidariedade e a troca de informações (pelo menos no caso das hortas comunitárias), etc. não promove mudança social efetiva. Uma evidência disso é que, dependendo do espaço em que ela seja praticada, não há autonomia, concreta melhora da qualidade de vida das pessoas, nem justiça social. Contudo, além das potencialidades da agricultura urbana, há fatores que podem funcionar como entraves ao desenvolvimento da atividade e, conseqüentemente, ao desenvolvimento sócio-espacial, identificados com a nossa pesquisa.

Entraves e Potencialidades da Agricultura Urbana em Recife

1. Com relação à agricultura urbana localizada às margens das rodovias

Entraves

- Poucos recursos financeiros disponíveis à maioria dos agricultores, resultando em pouco ou nenhum investimento no ciclo produtivo, comprometendo cada vez mais a renda familiar;
- Pouco ou nenhum controle da qualidade dos produtos e do manejo, resultando em desequilíbrio ambiental, risco de contaminação dos produtos, necessidade

excessiva de uso de agrotóxicos e adubos químicos, assim como a dependência excessiva dos fatores climáticos;

- Uso clandestino de terras públicas ou de terceiros, resultando em tensões entre os agricultores e o Estado e os proprietários legais da terra, beirando a ilegalidade e exigindo dos agricultores a condição de não serem notados, bem como uso muito intensivo do solo urbano para fins diversos e simultâneos como agricultura e moradia;
- Ausência de articulação política e pouca solidariedade entre os agricultores;
- Ausência de apoio efetivo para a produção e comercialização possibilitando a irregularidade dos preços (dependência extrema das oscilações do mercado) e ausência de políticas públicas que reconheçam a agricultura urbana como estratégica para a ocupação de áreas ociosas no espaço urbano.

Potencialidades

- Disponibilidade de terras ociosas;
- Proximidade com o mercado consumidor;
- Área de intensos fluxos;
- Disponibilidade de água;
- Interesse da sociedade civil (agricultores) em cultivar a terra;
- Uso de espaços como os das LT's.

2. Com relação às hortas comunitárias urbanas

Entraves

- Poucos recursos financeiros disponíveis;
- Pouco interesse em trabalho comunitário;
- Busca, por parte dos agricultores, por lucros imediatos;
- Ausência de políticas públicas efetivas e, as ações do Estado são apenas pontuais.

Potencialidades

- Disponibilidade de terras;
- Interesse de ONG's em fornecerem terras e apoio logístico;
- Valorização de “produtos orgânicos”;
- Contribuição ao equilíbrio ambiental do sistema urbano;
- Contribuição à identidade do agricultor.

3. Com relação às terras situadas às margens de reservas florestais

Entraves

- Pouco interesse, por parte dos moradores, em atividades ligadas ao mundo rural, havendo interesse maior é por trabalhos urbanos;
- Distância do mercado, resultando na elevação dos custos de produção;
- Pouca cooperação entre os agricultores;
- Infra-estrutura insipiente;
- Risco de trazer efeitos negativos para as áreas de proteção ambiental, tais como: falta de controle de pragas, erosão, poluição das águas etc.

Potencialidades

- Disponibilidade de área maior para o cultivo, do que nas áreas de urbanização mais densa;
- Interesse, por parte de ONG's, em apoiar atividades com princípios agroecológicos;
- Possibilidade de manejos alternativos (agricultura orgânica, agroflorestas etc.);
- Agricultores experientes;
- Disponibilidade de água.

Se as potencialidades da agricultura urbana, nos lugares supracitados, forem consideradas e desenvolvidas ferramentas para a redução dos entraves ao desenvolvimento, ela será capaz de contribuir para o desenvolvimento sócio-espacial do Recife.

Contribuições da Agricultura Urbana para o Desenvolvimento Sócio-espacial Urbano Mediante Eliminação de Entraves

1. Nos aspectos sociais

- Segurança alimentar – produção de alimentos frescos e saudáveis e produção de plantas medicinais;
- Fortalecimento de laços de solidariedade – produção coletiva (comunitária) ou familiar; troca de experiências e produtos; doação de produtos; fortalecimento da identidade e da auto-estima dos agricultores.

2. Nos aspectos econômicos

- Geração de ocupação e renda;
 - Oportunidade de emprego;
 - Investimento inicial de recursos financeiros baixo;
 - Proximidade com o mercado – menor custo da produção, menor concorrência;
 - Pouca exigência de qualificação profissional – esta é uma evidência de que a AU é uma atividade socialmente pertinente, visto que pode atender a uma mão-de-obra disponível e relativamente de poucos custos.
3. Nos aspectos ambientais (ecológicos)
- Reciclagem de material orgânico;
 - Reutilização de água;
 - Menor incidência de desgaste do solo;
 - Redução de processos erosivos.
4. Nos aspectos urbanísticos
- Ocupação de espaços ociosos – terrenos baldios, margens de viadutos etc.
5. Nos aspectos políticos
- Ferramenta de inclusão social;
 - Ferramenta de proteção social;
 - Diminuição de desigualdades sociais;
 - Demanda social clara e objetiva;
 - Mão-de-obra disponível a custos baixos;
 - Necessidade de poucos técnicos para desenvolvimento de projetos.

De forma geral, a agricultura urbana acontece em variadas situações que, por sua vez, são bastantes heterogêneas no que tange ao uso dos recursos (ZEENW et. al, 2000). Portanto, ela coexiste numa variedade de combinações contribuindo para a geração de renda, segurança alimentar e ecológica. Trata-se de combinações de diversidades de produtos, benefícios, situações, interesses e ambientes.

Assim sendo, se se pretende promover desenvolvimento sócio-espacial numa cidade como o Recife, não se pode deixar de considerar também a agricultura urbana. Para tanto, antes de serem elaborados projetos de apoio a esta atividade, deve-se incluí-la no planejamento urbano considerando-se os cinco aspectos acima colocados. Com isso, constroem-se um conjunto de políticas fundamentais: política de uso do solo, política de proteção social e políticas ambientais. O que somente um planejamento conseqüente poderá concretizar.

No que tange às políticas de uso do solo, não se pode esquecer que há intensa disputa pelo solo urbano. Portanto, a agricultura deve ser considerada, pelos planejadores, como uma forma legítima do uso do solo urbano, como defende Zeenw et al. (2000). Outro aspecto é a integração da agricultura urbana nos zoneamentos desenvolvidos como ferramenta para o planejamento. Portanto, o planejamento deve ser específico com objetivos específicos contribuindo para o desenvolvimento da agricultura urbana a qual, por sua vez, contribuirá, num futuro, para o desenvolvimento sócio-espacial.

A partir dessa inclusão efetiva da agricultura urbana no planejamento, deve-se pensar em projetos que estimulem a participação comunitária, a articulação organizada entre os agentes (agricultores, ONG's e Estado) desde sua elaboração. As questões (sociais, políticas, econômicas e ecológicas) que permeiam a agricultura urbana devem ser enfrentadas, pelos agentes espaciais como um todo, se assim se quiser usufruir das potencialidades desta atividade para o desenvolvimento do sócio-espacial.

Em Recife, sabe-se que algo está sendo feito, mas é pouco diante da realidade de uma cidade fortemente marcada pelo desenvolvimento geográfico desigual. Se não forem tomadas atitudes que busquem incluir, efetivamente, a agricultura urbana no planejamento, perder-se-á outra oportunidade de promover inclusão social, autonomia e mudança de qualidade de vida, para um grupo considerável de cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi iniciado com a árdua tarefa de discutir a definição e a delimitação do rural e do urbano, com o objetivo de tentar esclarecer algumas inquietações acerca de duas dimensões tão distantes e, ao mesmo tempo, tão próximas na cidade. Isto, com o objetivo maior, por sua vez, de compreender as ruralidades construídas a partir da agricultura urbana em espaços de Recife, através da sua dinâmica sócio-espacial; visando contribuir para o reconhecimento da importância da inclusão desta atividade no planejamento.

Em termos de características físicas e, sobretudo, de paisagem, o espaço urbano e o rural permanecem diferenciados. Todavia, cada vez mais o processo de urbanização tende a influenciar o espaço rural, provocando mudanças sócio-econômicas e espaciais. Questionamos a validade da dicotomia rural/urbano, para concluirmos que o que existe, na verdade, é um *continuum* espacial entre eles, uma vez que o espaço rural atravessa um processo renovador, a despeito de manter parcialmente sua identidade. Assim sendo, há uma interdependência, uma complementaridade rural-urbana que, a um só tempo, interliga e distingue duas realidades paralelas.

As dimensões urbana e o rural sempre funcionaram, e ainda funcionam, complementando-se. Esta complementaridade existe na medida em que o processo de reprodução de cada uma dessas dimensões do espaço da cidade acontece de maneira conexa, ou seja, ambas funcionam de forma associada, mantendo entre si relativa vinculação. O processo de globalização vigente, atualmente, no mundo, é um fator que, em certa medida, acentua esta complementaridade.

A agricultura urbana é uma atividade que, por excelência, integra o urbano e o rural em diversos aspectos, nos âmbitos político, econômico e social. Isto é tão verdade que esta relação complementar é tão antiga quanto a história da cidade. É notório que cada vez mais, a agricultura urbana tem sido praticada no mundo. O que falta ainda, em alguns casos, é haver interesse político no sentido de se reconhecê-la como legítima e se desenvolverem ações de apoio com estratégias de gestão sustentável e equitativa.

A agricultura urbana tem capacidade de fortalecer a segurança alimentar urbana, enfrentar a pobreza na cidade, melhorar o meio ambiente local e a saúde, e desenvolver uma governabilidade mais participativa e menos excludente, além de propiciar maior biodiversidade (CABANNES & DUBBELING, 2000).

Assim como o espaço urbano do Recife possui peculiaridades, a AU desenvolvida nesta cidade também possui suas próprias características. Isto acontece, dentre outros motivos, porque o próprio espaço não é estático. Ao mesmo tempo em que toma a forma que a sociedade lhe dá, também interfere no acontecer social.

A agricultura urbana em Recife tem como principal função, complementar as rendas familiares dos agricultores, mas, no âmbito mais geral esta atividade, contribui em diversos outros aspectos para a realização do espaço local.

No que diz respeito à interferência da AU na realização do espaço local, observa-se que sua contribuição pode ser notada em diversos aspectos:

- No âmbito ecológico (dimensão ambiental), a AU contribui pra a reciclagem de material orgânico, nas hortas cuja produção é realizada mediante princípios da agroecologia, as hortas comunitárias. Paradoxalmente, as técnicas de produção das hortas localizadas às margens das rodovias provocam intenso desgaste do solo e uso excessivo das águas subsuperficiais. Outro aspecto que não se pode deixar de considerar no que tange aos fatores ecológicos refere-se ao risco de contaminação dos artigos produzidos. Neste aspecto, a AU ainda funciona aquém da possibilidade de contribuir, em larga escala, para o desenvolvimento da cidade. Portanto, se forem implementadas técnicas que viabilizem menor uso dos recursos naturais, considerando-se, também, as especificidades de cada espaço, a AU poderá tornar-se ecologicamente viável e socialmente eficaz.
- No aspecto econômico, a AU tem gerado renda e oportunidade de emprego. Se forem desenvolvidos projetos que considerem as potencialidades específicas de cada lugar da agricultura, esta atividade será capaz de suprir economicamente as famílias envolvidas, deixando de ser uma atividade complementar e tornando-se principal, contribuindo para a economia municipal.
- No aspecto social, a AU tem promovido segurança alimentar para produtores e consumidores, bem como fortalece os laços de solidariedade, no caso das hortas comunitárias.

Portanto, a agricultura urbana apresenta condições de contribuir para o desenvolvimento sócio-espacial do Recife, desde que os projetos desenvolvidos pelo Estado e ONG's não percam de vista as peculiaridades em todos os aspetos desta atividade. O que tem dificultado a realização das metas propostas nos projetos de apoio à agricultura urbana pode ser traduzido

pela desconsideração das reais necessidades dos agricultores, pela falta de articulação entre os agentes e atores espaciais e pelo limitado conhecimento dos espaços da AU.

Sobre este aspecto, sugere-se que se façam levantamentos detalhados das potencialidades, dos fatores limitantes da agricultura urbana, bem como dos anseios e das reais necessidades dos agricultores. Para assim serem desenvolvidos projetos que não apenas visem, mas efetivem melhoria da qualidade de vida dos envolvidos com a AU. Isso será possível quando esta atividade for inserida no planejamento urbano, fazendo-se zoneamentos, legislações específicas e inclusão do tema nos fóruns de gestão realizados neste município.

A agricultura urbana é uma atividade que notoriamente apresenta potencialidades para o desenvolvimento sustentável dos sistemas urbanos. Assim sendo, ela precisa ser alvo de investimentos concretos por parte dos poderes públicos, no sentido do seu desenvolvimento e maior acesso por parte da população. Portanto, ela deve ser inserida no planejamento urbano e não apenas ser mais um tema para elaboração de projetos que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento sócio-espacial.

Ao que se sabe, até o momento, a agricultura urbana está incluída no planejamento a nível federal, mas no nível local apenas são desenvolvidos projetos de apoio à atividade. Estes projetos significam ações pontuais que, pelo menos pelo que foi constatado, não realizam seus próprios objetivos, tornando-se cada vez mais distantes de promoverem inclusão social efetiva das populações envolvidas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Uso do Solo. In: **São Paulo em Perspectiva**. V.11, nº 2, p. 73-78, abr/jun, 1997. Disponível em: <[HTTP://WWW.ECON.FEA.USP.BR/ABRAMOVAY/ARTIGOS_CIENTIFICOS/1997/AGRICULTURA_FA_MILIAR.PDF](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/AGRICULTURA_FA_MILIAR.PDF)>. Acesso em: 12/08/2007.
- _____. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA, Texto para Discussão nº 702. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[HTTP://WWW.ECON.FEA.USP.BR/ABRAMOVAY/ARTIGOS_CIENTIFICOS/2000/FUNCOES_E_MEDIDAS.PDF](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/FUNCOES_E_MEDIDAS.PDF)>. Acesso em 12/06/2006.
- ABREU, Maurício de Almeida. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 56 , n.1/4, p. 21:122, jan./dez.1994.
- ALBUQUERQUE, G. M. R. ; OLIVEIRA, J. ; MUSSER, R. S. . **Panorama geral das hortas instaladas, beneficiadas pelo Projeto Agricultura Urbana: manutenção das hortas e pomares comunitários**. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- ALVES. Ruben, **Filosofia da ciência. Introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 2005. 190 p.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **O Processo de Ocupação do Espaço Nordestino**. Recife: CONDEPE. 1976a. 67p.
- _____. **O Processo de Ocupação do Espaço Pernambucano**. Recife: CONDEPE. 1976b. 75p.
- _____. **Problemática de Uma Metrópole de Região Subdesenvolvida**. Recife: UFPE 1979. 120p.
- AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas com Base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.X, n.1, p. 137-150, jan.-jun. 2007.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan:Fase, 2000a. 392p.
- _____. Descentralização das Políticas Públicas no Brasil: um destaque para a descentralização das políticas de apoio à Reforma Agrária. In: SOUZA, Aldemir do Vale; MOUTUNHO, Lúcia Maria Góes (Org.). **Os Desafios da Políticas Públicas Diante da Crescente Importância do Poder Local**. Recife: Sapientia, 2000b. 252p.
- ARRUDA, Juliana. **Agricultura Urbana e Peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – UEC/FEA, Campinas, 2006. Disponível em: [HTTP://LIBDIGI.UNICAMP.BR/DOCUMENT/?CODE=VTLS000413310](http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000413310). Acesso em: 20/10/2008.
- BAUMAN. Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 145p.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258p.

BEZERRA, Antonio Marcos Esmeraldo; SOUZA, Ana Angélica G; FARIA, Gilmara de Sá; MENDES, Janaina Barros S. Panorama Geral da Hortas Comunitárias de Teresina-PI. **Ciência Agrônômica**, v.27, n.1/2, p. 53-66. 1996.

BICALHO A. M. S. M. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In: ABREU. Maurício de Almeida, (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992. 235-316p.

BITOUN, Jan. O Intra-Urbano: a geografia e o urbanismo. In: SILVA, J.B; COSTA, M. C. L e DANTAS, E. W. C (Org). **A Cidade e o Urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997. 318p.

BOUKHARAEVA, Mansourovna Louiza; CHIANCA, Gustavo Kaurark; MARLOIE, Marcel; MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de. Agricultura Urbana como um Componente de Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.22,p.413-424,maio/ago. 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas Para Sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Documento Referencial Geral – Versão Final. Brasil: Brasília, 2007. 90p.

Bremaeker, François E. J. de. **Instrumentos de gestão urbana existentes nos Municípios**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2001 23p. (Estudos especiais, 24). Disponível em: [HTTP://WWW.IBAM.ORG.BR/PUBLIQUE/MEDIA/ESP024P.PDF](http://www.ibam.org.br/publique/media/ESP024P.pdf). ACESSO EM 23/18/2007.

CABANES, Yves; DUBBELING, Marielle. A Agricultura Urbana como estratégia para o desenvolvimento municipal sustentável. **Revista da Agricultura Urbana**, nº 1. Disponível em: <[HTTP://WWW.IPES.ORG/AU/PDFS/RAUP1/8_AU1ESTRATEGIA.PDF](http://www.ipes.org/au/pdfs/raup1/8_AU1ESTRATEGIA.PDF)>. Acesso em: 25/09/2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**. UFRJ, nº 11, outubro, 1998. 53-75 p. Disponível em: <[HTTP://BIBLIOTECAVIRTUAL.CLACSO.ORG.AR/AR/LIBROS/BRASIL/CPDA/ESTUDOS/ONZE/ZEZE11.HTM](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm)>. Acesso em: 12/02/2006.

_____. Apresentação. In: **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. MOREIRA, R. J. (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.07 -13.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 3ª Ed. 617p.

CEASA-PERNAMBUCO. **Folder**. O Melhor lugar para comprar é também o melhor lugar pra vender. Recife, CEASA-PE, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1994, 2ª Ed. 96 p.

COSTA, Eda Maranhão Pessoa da. **Expansão Urbana e Organização Espacial**. Recife: UFPE, 1982. 248p.

DOLFUSS, O. **A Análise Geográfica**. São Paulo: DIFEL. 1973. 130p.

_____. **O Espaço Geográfico**. São Paulo: DIFEL. 1991. 121p.

FAO. *Cuestiones de la agricultura urbana*. **Revista Enfoques**, 1999. Disponível em: <[HTTP://WWW.FAO.ORG/AG/ESP/REVISTA/9901SP2.HTM](http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm)>. Acesso em 23/08/2007.

FARFÁN, Silver Alves; ARAGÃO, Carlos Alberto; ALBUQUERQUE, Gilton, Carlos Anísio. Hortas Comunitárias Urbanas no Dipolo Juazeiro – BA e Petrolina – PE: perfil social econômico e demandas de apoio. In: Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura Familiar e Desertificação, 2. 2008. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2008.

FERREIRA, Rubio José. **O Processo de Produção Agrícola em Áreas do Entorno da CEASA-Recife/PE: Uma Atividade Rural no Centro de uma Metrópole: Quais as perspectivas de inclusão social para os trabalhadores envolvidos?** 2006. 78 f (Relatório de Pesquisa) PIBIC/Propesq/CNPq. Recife, UFPE, 2006.

_____. **A. Espaços do Entorno da CEASA-Recife: reprodução de ruralidades do núcleo de uma metrópole**. 2007. 99 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - UFPE, Recife, 2007.

_____; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Agricultura Urbana e Ruralidades: construção de territorialidades em espaços de interface urbano-rural. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7, 2007. Niterói, **Anais...** Niterói: UFF/ANPEGE, 2007a.

_____; _____. Agricultura Urbana: Discutindo algumas de suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia** (Recife), v. 24, p. 07-24, 2007b.

_____; _____. Agricultura Urbana: uma face da agricultura familiar que permanece na cidade. In: II SEMILUSO, 2008, João Pessoa. II Seminário Luso-brasileiro: Agricultura Familiar e Desertificação. João Pessoa, **Anais...** João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2008.

_____; MACIEL, Caio Augusto Amorim. Espaço Rural e Espaço Urbano: Elementos para discutir os significados de sua diferenciação. **Revista de Geografia** (Recife), v. 24, p. 36-46, 2007.

FRANCA, Terezinha Joyce Fernandes; CARVALHO, Yara Maria Chagas de; ANDRADE, João Paulo; VIÉGAS, Jéssica Fagá. Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, XLIII, 2005. Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto (SP), 2005. Disponível em: [HTTP://WWW.IEA.SP.GOV.BR/SOWLOAD/997-FRANCA.PDF](http://www.iea.sp.gov.br/sowload/997-FRANCA.PDF). Acesso em: 05/06/2006.

FREITAS, Elisa Pinheiro, COUTO, Elisângela. O Espaço Rural-Urbano no Brasil Contemporâneo: um híbrido. In: Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil, 1., 2007, São Paulo. **Anais**.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Recife: Massangana, 1982. 153p.

GADÊLHA, Everaldo da Rocha. **RMR: O Espaço de suas Relações Funcionais**. 1997. 304f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE, Recife, 1997.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo: Difel, 1976. 317p.

_____. **O Homem na Terra: a geografia em ação**. Tradução: João Gama. Lisboa: Edições 70, 1993. 183.p

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUMUCHIAN, Hervé; MAROIS, Claude. *Iniciation à La Recherche em Geographie: Aménagent, développement territorial, environnement*. Paris: Econômica, 2000.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e debate**, São Paulo, ano XVI, n.39, p.48-64,1996.

_____. **Condição Pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança social**. São Paulo: Loyola, 11ª ed. 2002. 349p.

IBGE. **Dados do Censo 1950**. Disponível em:

[HTTP://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/MONOGRAFIAS/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_XVII_T1_PE.PDF](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_XVII_T1_PE.PDF). Acesso em 03/10/2006.

[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/PRESIDENCIA/NOTICIAS/NOTICIA IMPRESSAO.PHP?ID NOTICIA=892](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=892). Acesso em: 12/02/2006.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em

<[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/ESTATISTICA/POPULACAO/CENSO2000/METODOLOGIA/DEFAULT.SHTM?C=3](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/default.shtm?c=3)>. Acesso em 03/05/2006.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Disponível:

[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/ESTATISTICA/POPULACAO/CENSODEM/DEFAULT_CENSO1991.SHTM](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm). Acesso em: 12/02/2007.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Disponível em

[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/ESTATISTICA/POPULACAO/CENSO2000/METODOLOGIA/DEFAULT.SHTM?C=3](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/default.shtm?c=3). Acesso em 03/12/2006.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2003**. Disponível em:

<[HTTP://WWW.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/PROTABL.ASP?Z=T&O=10&I=P](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=10&i=p)>. Acesso em 06/01/2007>.

_____. **Censo Agropecuário 2006 - Resultados Preliminares**. Disponível em:

[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/ESTATISTICA/ECONOMIA/AGROPECUARIA/CENSOAGRO/2006/AGROPECUARIO.PDF](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf). ACESSO EM 27/03/2008.

_____. **Comunicação Social 17/05/2006**. Disponível em:

<[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/PRESIDENCIA/NOTICIAS/NOTICIA_IMPRESSAO.PHP?ID_NOTICIA=600](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=600)>. Acesso em: 08/11/2008.

_____. **Cidades**. Disponível em: [WWW.IBGE/CIDADES](http://www.ibge/cidades). Acesso em 27/06/2007.

JACOBS, Jane. *La economía de las ciudades*. Barcelona: Edición 62 S/A, 1971. 287 p.

KAYSER, Bernard. *La Renaissance Rurale: Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990. 317 p.

_____(org). *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: éditions de l'Aube, 1996. 174 p.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Moraes, 1968. 133 p.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978. 268p.

LIMA, Diva M.A. **Abastecimento Hortícola do Recife: procedência dos produtos recebidos pela CEASA-PE**. 1983. 247f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPE, Recife, 1983.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos Rurais em Vidas Urbanas. In: DAMIANI, A. L. CARLOS, A.F.A. SEABRA, O.C.L. (org.) **O Espaço no Fim do Século: a nova raridade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 220p.

_____. Uso e Ocupação de Vales Fluviais em Área Urbana. In: MOREIRA, E.; WATANABE, T. **Ambiente, Trabalho e Saúde**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2006. p. 17-48.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Tradução: Leandro Konder e Renato Guimarães. São Paulo: Paz na Terra. 7ª Ed. 346 p.

_____; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987. 97p.

MATUS, Carlos. Política, Planejamento e Governo. 2 v.,2. ed. Brasília: IPEA, 1996.

MEDINA, R. S. Agricultura Urbana En La Ciudad De La Habana, Cuba. *Published by City Farmer, Canada's Office of Urban Agriculture*. Disponível em:

<[HTTP://WWW.CITYFARMER.ORG/CUBA/ROBERTO.HTML](http://www.cityfarmer.org/cuba/ROBERTO.HTML)>. Acesso em: 25/11/2007.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: UFPE, 1978. 256p.

MELO, Normando J. A. “**Não contavam com a minha astúcia**”: ensaio sobre uma **experiência de cidade**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFPE, Recife, 2007.

MENDONÇA, M.M; MONTEIRO, D; SILVA, R.M. Agricultura Urbana: ensaio exploratório e pequeno mosaico de experiências. In: **Agricultura na Cidade – Coletânea de textos sobre as experiências desenvolvidas no âmbito do “Programa de Agricultura Urbana” da AST-PTA, na zona Oeste do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: AST-PTA, 2005.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Urbanização e Dispersão: as “granjas” e a organização espacial em Carpina – PE**. 1997. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPE, Recife, 1997.

_____. **Produção do Espaço e Planejamento em Áreas de Transição Rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). UFPE, Recife, 2008.

MONTEIRO, Ana Victória Vieira Martins. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.32, n.6, jun. 2002.

MONTEIRO, Juliana Portela do Rego. **Hortas Comunitárias de Teresina: alternativa econômica, social e ambiental?** 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFPI, Teresina, 2005. Disponível em:
<[HTTP://WWW.UFPI.BR/MESTAMBIENTE/INDEX1.PHP?PG=2005&PGID=10](http://www.ufpi.br/mestambiente/index1.php?pg=2005&pgid=10)>. Acesso em: 02/07/2008.

MOUGEOT, L.J.A. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. **International Development Research Centre (IDRC)**. Disponível em:
[HTTP://WWW.AGRICULTURAURBANA.ORG.BR/RAU/AU1/AU1CONCEITO.HTML](http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1CONCEITO.HTML). Acesso em: 12/06/2007.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História – Suas Origens, Transformações e Perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

NEVES, Leonardo Azevedo. Um Novo Tempo para Novas Urbanidades: o papel da paisagem nos estudos do mundo rural. In: MARAFON, Gláucio José. RIBBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Revisitando o Território Fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

PERNAMBUCO; CONDEPE-FIDEM, **Anuários Estatísticos de Pernambuco, 1980 – 1990**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento, 1981 a 1990.

_____; FIDEPE. **Indicadores Sociais de Pernambuco**. Governo de Pernambuco/Secretaria de Planejamento, Recife: FIDEPE, 1982.

_____. SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL E REFORMA AGRÁRIA. **Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco**. Fernando Barreto Rodrigues e Silva [et al.]. Recife: Embrapa Solos – UEP. Recife; Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária), 2001. CD-ROM (Embrapa Solos. Documentos; no. 35).

_____. **Região de Desenvolvimento: Região Metropolitana do Recife**. Disponível em: HTTP://WWW.CONDEPEFIDEM.PE.GOV.BR/REGIÃO_DESENVOLVIMENTO/RMR/MUNICIPIOS.ASP. Acesso em: 25/09/2006.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001. 267p.

RECIFE, Prefeitura. **LEI Nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983, Lei de Uso e Ocupação do Solo**. Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Recife: Raíz, 1983.

_____; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. ALBUQUERQUE, Ronald Fernando; BEZERRA, Onilda Gomes (org.). **Atlas Ambiental da Cidade do Recife**. Recife: PCR/ Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000. 151p.

_____; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. **Regiões Político-Administrativas do Recife: Aspectos Gerais**. Recife: PCR/ Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente / DIRBAM, 2001, 33 p. mimeo. Disponível em: <HTTP://WWW.RECIFE.PE.GOV.BR/PR/SECPLANEJAMENTO/INFOREC/ESTUDOS.PHP>. Acesso em: 02/10/2008.

_____; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Programa Agricultura Urbana: hortas e pomares comunitários**. Recife: PCR, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2004. 17 p. Disponível em: <HTTP://WWW.RECIFE.PE.GOV.BR/ESPECIAIS/FOMEZERO/>. Acesso em 23/04/2007.

_____; SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Apoio Complementar ao Programa de Agricultura Urbana e Peri-Urbana do Município do Recife**. Recife: PCR / Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico / Diretoria de Abastecimento e Segurança Alimentar, 2007, 18 p. Mimeo.

_____ et al. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal**, 2005. CD-Rom.

ROCA, M. N. O. Migrações Internas e Circulação da População: O caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo. In: Congresso Português de Demografia - ABEP. 2., 2004, Lisboa. **Anais...** Lisboa: ABEP, 2004. Disponível em: <HTTP://WWW.APDEMOGRAFIA.PT/ROCA.PDF>. Acesso em 26/12/2006.

RUA, João. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, 2005. n. 2, ano 2, p. 45-65.

SABATO, E. **Homens e Engrenagens: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada de nosso tempo**. Tradução: Janer Cristaldo. Campinas: Papirus, 1993. 138p.

SACARENO, E. "O Conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia". In: **Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento das áreas rurais: métodos de análise de políticas de intervenção**: Roma, 1996. Trad. Ângela Kageyama. Disponível em: [HTTP://WWW.ECO.UNICAMP.BR/CONTENT.IE5\5RJ4ZFLU\RURBAN01\[1\].ZIP](HTTP://WWW.ECO.UNICAMP.BR/CONTENT.IE5\5RJ4ZFLU\RURBAN01[1].ZIP). Acesso em: 30/06/2007.

SANTANA, Jorge. **Notas Introdutórias ao Planejamento**, Recife: [sine nonine], 1990. Mimeo. 150p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo; Hucitec, 1988. 124p.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2004. 384p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190p.

_____. **Mudar a Cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 4º ed. 556 p.

SOUZA, Roberto S. de. **Zona Rural de Olinda: contradições da produção e reprodução do espaço em um contexto metropolitano**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFBA, Salvador, 2001.

SOS CORPO. **Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas Focadas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Recife**. Recife: SOS Corpo, 2007. 141 p. Mimeo.

SILVA, Maria Sheila Bezerra. **Da ex-sociedade de caranguejos e dos seus irmãos de leite aos "pombos sem asas"**. 2004 123f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

SILVA, G. C. ; XAVIER, B. T. L. ; CAMPOS, Aroldo Ferreira ; COSTA, J. C. ; MUSSER, R. S. . Oficina Hortas e Pomares Comunitários: o PET/Agronomia. In: V ENEPET, 2006, Salvador. **Anais do V Encontro Nordeste dos Grupos PET**, 2006.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. -. Sao Paulo: Brasiliense: CEBRAP, 1975. 151p.

SUDENE. **Região Nordeste do Brasil em Números**. Rio de Janeiro: SUDENE, 1999. 72p.

TEIXEIRA, M.A.; LAGES, V. N. Transformações no Espaço Rural e a Geografia Rural: Idéias para discussão. **Revista de Geografia** (São Paulo). V. 14: p. 9-33. São Paulo, 1997.

TURNOWSKI, Salomón. **A Organização do Espaço no Estado do Rio de Janeiro: as áreas periurbanas.** [S.l.:s.n.]. 1992. Mimeo.

VALE, Ana Rute do. Definindo o Conceito e Descobrimo a Plurifuncionalidade do Espaço Periurbano. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6.,2004, Goiânia. **Anais...** Disponível em: <[HTTP://WWW.IGEO.UERJ.BR/VICBG-2004/EIXO3/E3_017.HTM](http://www.igeo.uerj.br/vicbg-2004/eixo3/e3_017.htm)>. Acesso em: 05 de junho de 2006.

_____. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP).** 2005. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro 2005.

_____. O Rural e o Urbano se Diluindo no Espaço Periurbano. **In:** Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil, 1., 2007, São Paulo. **Anais.**

VEIGA, José Eli da. A Face Territorial do Desenvolvimento. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** São Paulo: USP Vol. 3, N. 5, p. 5-19, set. 2002.

_____. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização. **Estudos Avançados**, n. 51, maio-agosto 2004, pp. xx, FEA - USP 2004. Seminário nº 16/2004 – 12/08/2004. Disponível em: [HTTP://WWW.ECON.FEA.USP.BR/SEMINARIOS/ARTIGOS2/ZEELI.PDF](http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos2/zeeli.pdf). Acesso em: 23/03/2008.

_____. Mudanças nas Relações entre Espaços Rurais e Urbanos. In: PIQUET, Rosélia; OLIVEIRA, Elzira (org.) **“Economia e Território no Brasil Contemporâneo”** (no prelo, 2007). Disponível em: [HTTP://WWW.ECON.FEA.USP.BR/ZEELI/LIVROS/2006_B_MUDANCAS_RUR_UBR.PDF](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/livros/2006_B_MUDANCAS_RUR_UBR.PDF). Acesso em: 17/06/2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel FAPESP: Lincoln Institute. 1998, 373p.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. O “Lugar” dos Rurais: O meio rural no Brasil moderno. **Anais...** XXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1997. Disponível em: <[HTTP://WWW.ECO.UNICAMP.BR/NEA/RURBANO/TEXTOS/TEXTOS.HTML](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/textos.html)>. Acesso em: 20/06/2005.

_____. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca(Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v., p. 31-44. Disponível em: <[HTTP://168.96.200.17/AR/LIBROS/RURAL/WANDERLEY.PDF](http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf)>. ACESSO EM 02/10/2006.

ZEEUW, Henk; GÜNDEL, Sabine; WAIBEL, Hermann. A Integração da Agricultura nas Políticas Urbanas. **Revista de Agricultura Urbana nº 16.** Disponível em: <[HTTP://WWW.IPES.ORG/AU/PDFS/RAUP1/5_AU1INTEGRACAO.PDF](http://www.ipes.org/au/pdfs/raup1/5_AU1INTEGRACAO.PDF)>. Acesso em: 23/08/2007.

APÊNDICES

A - Roteiro de entrevista com lideranças e/ou agricultores

Identificação do entrevistado

Nome _____ Data ____/____/____

Relação com o lugar do estudo _____

I – Localização da Área

1. Nome da área _____
2. Em que RPA/bairro/localidade a área está inserida? _____
3. Como se chama localmente a área? _____

II – Identificação da Área

1. Qual tipo de espaço é destinado para a cultivo/produção/criação?
() Quintais das residências () Margens de rodovias () Terrenos baldios () Margens de rio/riacho () Mangue
() Outros. Quais? _____
2. Você sabe quantos hectares ou metros² tem a área?
() Sim. Quantos? _____ () Não
3. Qual a forma de acesso a terra?
() Compra () Posse () Arrendamento () Outros.
Qual? _____
4. Há quanto tempo a atividade está sendo praticada no local? _____
5. O que é produzido na área?
 - a. () Roça. Quais? _____
 - b. () Horta/Pomar. Quais? _____
 - c. () Criação de animais. Quais? _____
 - d. () Extrativismo. Quais? _____
 - e. () Beneficiamento de Produtos. Quais? _____
 - f. () Outros. Quais? _____
6. Nos últimos 05 anos a atividades cresceram/diversificaram-se?
() Sim () Não
Se sim, de que forma? _____

Se não, por quê? _____

III – Trabalho

1. Quantas pessoas cultivam/criam/produzem na área? _____

2. Quantas famílias são beneficiadas? _____

3. As atividades recebem apoio externo?

() Sim () Não

Se Sim, de quem?

() Prefeitura Municipal () Governo do Estado () Governo Federal

() ONG(s). Qual(is)? _____

() Outros? Quais? _____

4. Existe crédito para as atividades?

() Sim () Não

Se sim, de qual instituição?

() Bancos () Cooperativa () Associação () Outros.

Quais? _____

5. Todos que trabalham na área fazem parte da “comunidade”?

() Sim () Não

Se não,

a. De onde vêm os outros trabalhadores? _____

b. Como são contratados? _____

6. Os trabalhadores têm outras fontes de renda?

() Sim. Quais? _____

() Não

7. Para o caso de agricultura, utiliza-se de irrigação?

() Sim () Não

Se sim, de qual tipo?

() artesanal () motorizada

8. Como você classificaria o trabalho no local?

a. Roça

() Familiar () Produção de baixa renda () Subsistência

Outro

Qual? _____

b. Horta/Pomar

() Familiar () Produção de baixa renda () Subsistência

Outro

Qual? _____

c. () Criação de animais

() Familiar () Produção de baixa renda () Subsistência

Outro Qual? _____

d. () Extrativismo

() Familiar () Produção de baixa renda () Subsistência

Outro Qual? _____

e. () Beneficiamento de Produtos

() Familiar () Produção de baixa renda () Subsistência

Outro Qual? _____

IV – Produção

1. Qual o destino da produção?

() Consumo das próprias famílias () Comercialização () Outros. Quais? _____

2. Se comercialização, as vendas são feitas:

() Em barracas instaladas na própria comunidade () Em feiras livres. Quais? _____

() Em supermercados/mercadinhos localizados nas proximidades () Ambulantes. Onde? _____

() Outros. Quais? _____

V – Acesso a serviços públicos

1. De onde vem a água utilizada nas atividades?

() Água encanada fornecida pela COMPESA () Água encanada retirada da COMPESA () Poço () Rio, Riacho () Água da Chuva () Outros. Quais? _____

2. De onde vem a água utilizada nas residências?

() Água encanada fornecida pela COMPESA () Água encanada retirada da COMPESA () Poço () Rio, Riacho () Água da Chuva () Outros. Quais? _____

3. De onde vem a energia elétrica utilizada nas atividades?

() Fornecida pela CELPE () Retirada da CELPE () Não se utiliza de energia elétrica

() Outros. Quais? _____

4. De onde vem a energia elétrica utilizada nas residências?

() Fornecida pela CELPE () Retirada da CELPE () Não se utiliza energia elétrica

() Outros. Quais? _____

5. Para onde vai o lixo produzido nas atividades?

() Coletado pela Prefeitura () Jogado em terrenos () Jogado nos rios () Enterrado () Queimado

() Outros. Quais? _____

6. Para onde vai o lixo produzido nas residências?

() Coletado pela Prefeitura () Jogado em terrenos () Jogado nos rios () Enterrado () Queimado

() Outros. Quais? _____

7. Para onde vai o esgoto sanitário das residências?

() Vaso sanitário para cada casa () Vaso sanitário compartilhado () Fossa escavada no solo () Mato

() Rio, riacho () Outro. Qual? _____

8. Para onde vai o esgoto doméstico (cozinha, banho etc.)?

() Canalizado para tubulações coletivas (saneamento) () Canalizado para canais abertos nas ruas () Fossa escavada no solo () Rio, riacho



() Outro. Qual _____

9. Qual o tipo de acesso que liga a “comunidade” as outras áreas da cidade?

() Rua asfaltada () Rua calçada () Rua de barro () Avenida () Rodovia

() Caminho () Ponte () Outros. Quais? _____

10. Que tipo de transporte atende a “comunidade”?

a. () Transporte coletivo regular – EMTU

() ônibus () micro-ônibus () Van () Outros. Quais _____

b. () Transporte alternativo

() Van () Combi () Outros. Quais? _____

() Outros. Quais? _____

ANEXOS

A – Lista dos Bairros do Recife

1 - Recife	33 - Aflitos		
2 - Santo Amaro	34 - Jaqueira		
3 - Boa Vista	35 - Tamarineira		
4 - Soledade	36 - Parnamirim		
5 - Santo Antônio	37 - Santana		
6 - Paissandu	38 - Casa Forte		
7 - Ilha do Leite	39 - Poço		
8 - Coelhos	40 - Monteiro		
9 - Ilha Joana Bezerra	41 - Alto do Mardu		
10 - São José	42 - Casa Amarela		
11 - Cabanga	43 - Mangabeira		
12 - Torreão	44 - Alto José do Pinho		
13 - Encruzilhada	45 - Morro da Conceição		
14 - Rosarinho	46 - Alto José Bonifácio		
15 - Ponto de Parada	47 - Vasco da Gama		
16 - Hipódromo	48 - Macaxeira		
17 - Campo Grande	49 - Apícuos		
18 - Peixinhos	50 - Sítio dos Pintos	65 - Torrões	80 - Sancho
19 - Campina do Barreto	51 - Dois Irmãos	66 - Engenho do Meio	81 - Totó
20 - Arruda	52 - Córrego do Jenipapo	67 - Cidade Universitária	82 - Coqueiral
21 - Bomba do Hemetério	53 - Nova Descoberta	68 - Iputinga	83 - Tejipó
22 - Alto Santa Terezinha	54 - Brejo do Beberibe	69 - Caxangá	84 - Barro
23 - Água Fina	55 - Brejo da Gaabiraba	70 - Várzea	85 - Areias
24 - Fundão	56 - Passarinho	71 - Curado	86 - Caçote
25 - Cajueiro	57 - Guabiraba	72 - San Martin	87 - Cohab
26 - Porto da Madeira	58 - Pau Ferro	73 - Bongí	88 - Jordão
27 - Beberibe	59 - Ilha do Retiro	74 - Mustardinha	89 - Iburá
28 - Linha do Tiro	60 - Madalena	75 - Mangueira	90 - Ipsep
29 - Dois Unidos	61 - Prado	76 - Afogados	91 - Boa Viagem
30 - Derby	62 - Zumbi	77 - Jiquiá	92 - Imbinheira
31 - Graças	63 - Torre	78 - Estância	93 - Pina
32 - Espinheiro	64 - Cordeiro	79 - Jardim São Paulo	94 - Brasília Teimosa

LEGENDA			
	RPA 1		RPA 4
	RPA 2		RPA 5
	RPA 3		RPA 6

Fonte: PCR/SEPLAM/DIRBAM/DEIP

B - Notícias de implantação de hortas comunitárias em Recife:

27/03/2006

09:00 - Terceira horta comunitária será entregue nesta segunda-feira



Foto: Paulo Lopes

A Prefeitura do Recife, através do **Fome Zero**, entrega, nesta segunda-feira (23), às 11h, mais uma horta comunitária ao Recife. A horta, a terceira de um total de 12, vai funcionar em um terreno cedido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) à comunidade do Córrego do Jenipapo, sob a coordenação do Centro de Educação e Medicina Popular (Cempo). A iniciativa faz parte do **Programa de Hortas Comunitárias** do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, e vai beneficiar mais de 20 famílias em situação de vulnerabilidade. A horta foi instalada ao lado da Sementeira da Emlurb, em Dois Irmãos.

As famílias participantes foram selecionadas pela Secretaria de Assistência Social e participaram de uma capacitação através de um convênio com a Fundação Apolônio Sales (Fadurpe). Todas receberam aulas teóricas sobre a implantação de hortas, informações sobre plantio e manutenção, e aulas práticas, diretamente nos canteiros, utilizando os kits doados pela Prefeitura. O material distribuído possui pás, enxadas, pulverizador costal, caixa d'água de 500 litros, regadores, baldes plásticos, tela de arame, mangueira, sementes orgânicas, adubo orgânico, inseticida natural e bobona plástica de 200 litros. As famílias terão apoio técnico durante sete meses.

Segundo Ismael Cassimiro, gerente de Produção da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Recife, na horta serão cultivados coentro, alface, cebolinho, tomate, pimentão e beterraba. *“Parte do que for produzido será consumido pelas famílias participantes e a outra parte será comercializada”*, afirmou Cassimiro. Na próxima semana, terá início a capacitação das famílias que irão gerir a próxima horta comunitária, que deverá ser instalada no terreno da Conab.

As hortas comunitárias estão sendo instaladas em terrenos de até meio hectare. Além do Lar Fabiano de Cristo, que já possui uma horta, foram escolhidos o Campo dos Delegados, em Dois Unidos; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Quartel do Cabanga; Torre e um terreno da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Fonte:PCR. Disponível em:

<[HTTP://PUBLICA.RECIFE.PE.GOV.BR/PR/SECFINANCAS/EMPREL/PUBLICA/INDEX.PHP?GRUPOCODIGO=15&ULTANT=20692&DATANT=27/03/2006&GRUPOCODIGOMATERIA=15](http://publica.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/emprel/publica/index.php?grupoCodigo=15&ultAnt=20692&datAnt=27/03/2006&grupoCodigoMateria=15)>. Acesso em 02/01/2009.

10/07/2006

12:17 - Prefeitura capacita famílias para horta comunitária



A Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, iniciou, nesta segunda-feira (10), mais uma capacitação das famílias que vão trabalhar na horta comunitária que será instalada no Centro Social Urbano Bido Krause, no Totó. A iniciativa faz parte do Programa de Hortas Comunitárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, e vai beneficiar 20 famílias em situação de vulnerabilidade. Nesta segunda-feira, houve uma dinâmica para que as famílias conhecessem o programa e seu funcionamento.

As famílias participantes foram selecionadas pela Secretaria de Assistência Social. As aulas, que serão ministrados por estagiários do curso de Agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), começam nesta terça-feira (11). As famílias receberão aulas teóricas sobre a implantação de hortas, informações sobre plantio e manutenção e aulas práticas, diretamente nos canteiros, utilizando os kits doados pela prefeitura. O material distribuído possui pás, enxadas, pulverizador, caixa d'água de 500 litros, regadores, baldes plásticos, tela de arame, mangueira, sementes orgânicas, adubo orgânico e inseticida natural. As famílias terão apoio técnico durante sete meses.

Segundo o gerente do Projeto de Hortas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Recife, Robson Xavier Lopes, na horta serão cultivados coentro, alface, cebolinha, tomate, pimentão e beterraba. “*Metade do que for produzido será para consumo próprio das famílias e os outros 50% será para comercialização*”, afirma Robson. As hortas comunitárias estão sendo instaladas em terrenos de até meio hectare (cerca de 5 mil metros quadrados). Além do Lar Fabiano de Cristo, que já possui uma horta comunitária, foram escolhidos o Campo dos Delegados, em Dois Unidos; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Quartel do Cabanga; Torre e um terreno da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).



ENVIAR



IMPRIMIR

Fonte:PCR. Disponível em:

<[HTTP://NOTICIAS.RECIFE.PE.GOV.BR/INDEX.PHP?GRUPOCODIGO=15&ULTANT=22428&DATANT=10/07/2006&GRUPOCODIGOMATERIA=15](http://noticias.recife.pe.gov.br/index.php?grupoCodigo=15&ultAnt=22428&datAnt=10/07/2006&grupoCodigoMateria=15)>. Acesso em 02/01/2009.

C – Animais na “Praça do Poeta”, na Avenida Caxangá.

